

# **O IMPACTO DA IDENTIDADE NACIONAL NA DEFINIÇÃO DO EUROCEPTICISMO SUÍÇO**

**António João Ferreira Vieira**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
– Especialização em Estudos Europeus**

**Setembro, 2011**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Especialização em Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catherine Moury.

*Aos meus pais*

## **AGRADECIMENTOS**

A realização da presente dissertação resultou de um intenso exercício de investigação que contou com a colaboração de diversas pessoas aos mais diferentes níveis. Desde a escolha do tema de análise até à última revisão do trabalho tive o acompanhamento e o incentivo de amigos, familiares e professores que me ajudaram a definir e moldar esta dissertação de Mestrado.

Recebi palavras que me aconselharam, orientaram e incentivaram a continuar, especialmente nos momentos mais difíceis. O apoio e a colaboração que recebi garantiram que nesta caminhada não estivesse só, e que a elaboração deste trabalho fosse um constante e profícuo processo de aprendizagem, tanto a nível profissional como pessoal.

Agradeço a Jonas Hagmann, Daniel Möckli e Wilhelm Mirow, da ETH Zürich, pelo fulcral encaminhamento na percepção da realidade Suíça e da relação com a UE. O seu contributo foi fundamental para o estabelecimento de um quadro de análise devidamente estruturado. Também o meu agradecimento à Professora Catherine Moury pela sua preciosa orientação, por todos os conselhos que me providenciou e pela sua pronta disponibilidade.

Amigos e família foram fundamentais para a realização desta Dissertação, não só pelo interesse demonstrado no tópico abordado, mas também pela força que me transmitiram. Por isso a eles dirijo igualmente o meu muito obrigado. Um especial agradecimento ao meu pai, à Tina e ao Luís, pela sua fundamental ajuda em alguns dos momentos mais críticos no desenvolvimento deste trabalho.

Face à impossibilidade de discriminar todos aqueles que, em algum momento, contribuíram para o resultado final da presente Dissertação, gostaria finalmente de efectuar um agradecimento geral às várias pessoas que me acompanharam ao longo destes últimos meses, e que, de forma directa ou indirecta, colaboraram comigo nos mais variados momentos.

# **O IMPACTO DA IDENTIDADE NACIONAL NA DEFINIÇÃO DO EUROCEPTICISMO SUÍÇO**

**António João Ferreira Vieira**

## **RESUMO**

A população Suíça desenvolveu uma atitude céptica face à União Europeia desde o início do projecto de integração europeia. Este eurocepticismo encontra-se, a nosso ver, fortemente fundamentado por características inerentes à sociedade helvética e à própria identidade nacional Suíça.

Fruto da diversidade cultural que caracteriza a Suíça, a população desenvolveu uma identidade nacional suportada por instrumentos de acção política e cívica, garantindo a unidade e a cooperação das diversas comunidades integrantes da Confederação Helvética. Estes instrumentos – a neutralidade, o federalismo, a democracia directa e a própria soberania - foram e continuam a ser promotores de uma vivência democrática e profícua, fomentando a defesa dos ideais que unem a população Suíça enquanto nação.

Encarando a adesão à União Europeia como um acontecimento que limitaria e prejudicaria a manutenção destes elementos identitários, a população Suíça desenvolveu um sentido de cepticismo como forma de protecção à sua identidade e aos elementos-base que caracterizam o seu Estado-Nação. O eurocepticismo é, assim, uma forma de defesa da especificidade do sistema político Suíço, e que a população entende incompatível face às exigências da organização europeia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suíça, Identidade Nacional, Instituições Políticas, União Europeia

## **ABSTRACT**

The Swiss population developed scepticism towards the European Union right from the beginning of the European integration project. This euroscepticism is, we believe, deeply related to specific characteristics that distinguish the helvetic society and the Swiss national identity.

Due to its cultural diversity, the Swiss population developed a national identity supported by political and civic instruments, guaranteeing the cohesion and cooperation between the different communities making up the Helvetic Confederation. These instruments – neutrality, federalism, direct democracy and even sovereignty – promoted, and continue to promote, a democratic and proficuous experience, spurring the defense of the ideals that unite the Swiss population as a nation.

Facing the accession to the European Union as an event which would limit and damage the maintenance of these identitarian elements, the Swiss population developed a sense of scepticism as a means to protect its identity and the foundations of the Nation-State. Thus, Swiss euroscepticism is a mode of defending the uniqueness of the Swiss political system, which the population considers incompatible with the demands of the European organization.

**KEYWORDS:** Switzerland, National Identity, Political Institutions, European Union

# ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO .....	IV
ABSTRACT.....	V
ÍNDICE GERAL.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS .....	VIII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE GRÁFICOS.....	X
LISTA DE TABELAS.....	XI
GLOSSÁRIO .....	XII

INTRODUÇÃO .....	1
------------------	---

<b>1. ESTADO-NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E EUROCEPTICISMO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>3</b>
1.1. O Estado-Nação .....	4
1.1.1. A homogeneidade cultural enquanto base do Estado-Nação .....	4
1.1.2. O desafio da diversidade cultural .....	5
1.1.3. A Nação por vontade própria enquanto alternativa à <i>Kulturnation</i> .....	7
1.2. Identidade nacional .....	8
1.2.1. A formação da Identidade Nacional .....	10
1.2.2. O simbolismo na identidade nacional .....	12
1.3. Eurocepticismo .....	13
1.3.1. Um fenómeno marcadamente Europeu .....	15
1.3.2. O eurocepticismo enquanto manifestação identitária .....	17
<b>2. A SUÍÇA: UM CASO PARTICULAR</b> .....	<b>19</b>
2.1. Perspectiva histórica de formação da Confederação Helvética .....	19
2.2. Unida na Diversidade.....	26
2.2.1. A diversidade linguística .....	27
2.2.2. A diversidade religiosa .....	28
2.2.3. As ligações linguístico-religiosas: uma coincidência afortunada .....	29
2.3. O Estado-Nação Suíço.....	30
2.3.1. A Suíça enquanto Estado por vontade própria .....	32
2.3.2. O elo de ligação pela cidadania política.....	34
2.3.3. O papel da cultura na definição da nação Suíça .....	36
2.4. A Identidade Nacional Suíça .....	37
2.4.1. Os elementos-base da identidade nacional Suíça .....	38
2.4.1.1. Neutralidade .....	40
2.4.1.2. Federalismo.....	45
2.4.1.3. Democracia Directa.....	47
2.4.1.4. Soberania .....	49
2.4.2. O estímulo integracionista das elites .....	51
2.4.3. As identidades cultural e subnacional na Suíça .....	53
<b>3. O RELACIONAMENTO ENTRE A SUÍÇA E A UNIÃO EUROPEIA</b> .....	<b>57</b>
3.1. Breve resenha histórica .....	57
3.1.1. Primeira fase: do final da II Guerra Mundial à fundação da EFTA .....	57
3.1.2. Segunda fase: os “Anos de Ouro” da política europeia .....	59

3.1.3.	Terceira fase: a aproximação à Europa .....	60
3.1.4.	Quarta fase: o regresso à via bilateral .....	61
3.2.	O Eurocepticismo Suíço .....	65
3.2.1.	Um fenómeno económico ou identitário? .....	66
3.2.2.	A expressão pública de descrença na UE .....	70
3.2.3.	As formas de eurocepticismo Suíço .....	72
3.2.4.	Movimentos cívicos contra a adesão .....	74
3.2.5.	A (in)compatibilidade entre identidade nacional e Identidade europeia .....	78
3.2.5.1.	O <i>Sonderfall Schweiz</i> .....	78
3.2.5.2.	Um impedimento à identidade europeia? .....	79
3.2.6.	As divisões internas face à União Europeia .....	82
3.2.6.1.	O <i>Röstigraben</i> e a Europa .....	84
3.2.7.	A influência da opinião pública sobre a posição oficial do Estado Suíço .....	88
3.3.	O impacto das instituições políticas na definição do eurocepticismo Suíço .....	90
3.3.1.	A adesão à UE e a perda da posição neutral .....	92
3.3.2.	O federalismo europeu enquanto forma de centralização .....	95
3.3.3.	A ameaça do défice democrático europeu .....	98
3.3.4.	A UE enquanto limitadora da soberania nacional .....	104
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DO RELACIONAMENTO ENTRE SUÍÇA E UNIÃO EUROPEIA</b>	
	.....	109
4.1.	Uma recusa eterna à adesão à UE? .....	109
4.2.	A via bilateral enquanto opção mais viável .....	111
4.3.	A “Suicificação” da UE .....	112
	CONCLUSÃO .....	116
	BIBLIOGRAFIA .....	119
	ANEXOS .....	128



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AELC	Associação Europeia de Livre Comércio
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
EEE	Espaço Económico Europeu
EFTA	European Free Trade Association (AELC)
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Parlamento Europeu
UE	União Europeia

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Distribuição das línguas nacionais da Confederação Suíça em 2000 (p. 128)

Figura 2 – Os 26 cantões da Confederação Suíça (p. 129)

Figura 3 – Distribuição das religiões católica e protestante na Confederação Suíça em 2000 (p. 129)

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Orgulho em ser Suíço e a ligação da população à Suíça (p. 130)

Gráfico 2 – Orgulho da população Suíça na prática da neutralidade e importância da neutralidade para o futuro do país (p. 131)

Gráfico 3 – População Suíça defensora da manutenção da política de neutralidade (p. 132)

Gráfico 4 – Orgulho da população Suíça na prática do federalismo e importância do federalismo para o futuro do país (p. 133)

Gráfico 5 – Orgulho da população Suíça na prática da democracia directa e importância da democracia directa para o futuro do país (p. 134)

Gráfico 6 – Ligação da população Suíça aos diferentes espaços onde se insere (p. 135)

Gráfico 7 – Ligação da população Suíça à Europa (p. 136)

Gráfico 8 – Percepção das consequências da adesão à UE na neutralidade da Suíça (p. 137)

Gráfico 9 – Percepção das consequências da adesão à UE no federalismo da Suíça (p. 138)

Gráfico 10 – Percepção das consequências da adesão à UE na democracia directa da Suíça (p. 139)

Gráfico 11 – População Suíça defensora da manutenção da soberania nacional (p. 140)

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Ligação da população ao seu país na Suíça e na União Europeia (% de população ligada ou muito ligada) (p. 141)

Tabela 2 – Ligação da população à Europa na Suíça e na União Europeia (% de população ligada ou muito ligada) (p. 141)

## GLOSSÁRIO

Cantão	Divisão territorial de alguns países, incluindo a Suíça. É cada um dos 26 Estados que compõem a Confederação Suíça. Não deverá ser confundido com as regiões linguísticas.
Comuna	Unidade territorial inferior à do cantão e que será equivalente ao município em outros países.
Confederação	Associação de diferentes Estados que mantêm a sua autonomia e soberania, e cuja colaboração é bastante limitada. Uma Confederação é usualmente formada com o intuito de uniformizar a política externa dos diversos Estados, sendo as decisões normalmente tomadas por unanimidade.
Confederação Suíça	Nome oficial da Suíça. O país poderá ser igualmente designado por Confederação Helvética (do latim <i>Confoederatio Helvetica</i> ), Estado Helvético ou país Helvético.
Estado	Estrutura política que detém o poder sobre determinado território e sua população.
Estado-Nação	Estado cujos cidadãos reconhecem a partilha de elementos comuns, agindo enquanto comunidade, e atribuem legitimidade ao poder soberano que os governa.
Eurocepticismo	Atitude de desconfiança ou objecção relativamente ao processo de construção europeia preconizado pela União Europeia.
Federação	União política de diferentes Estados ou unidades políticas que mantêm uma elevada autonomia e se associam sob um governo comum. Distingue-se da Confederação por atribuir parte da soberania a um Estado Federal de forma a garantir uma unidade e coesão internas.
Identidade nacional	Conjunto de elementos caracterizadores de determinada nação que fortificam a ligação entre os diversos indivíduos e garantem a sua unidade.

Instituições políticas	Princípios e normas que se encontram na base do sistema político onde operam. No caso Suíço, são exemplo de instituições políticas a política de neutralidade, o federalismo, a democracia directa e a soberania política.
<i>Kulturnation</i>	Nação cultural que se define pela partilha de elementos como língua, religião, origem étnica e/ou outros elementos culturais.
Nação	Comunidade de indivíduos que partilha determinadas características e que reconhece a existência de um elo de ligação entre os vários elementos do grupo.
<i>Röstigraben</i>	Conceito que exprime a diferença entre a Suíça francófona e a Suíça alemã. <i>Rösti</i> é um prato típico Suíço e <i>graben</i> significa fosso.
<i>Staatsnation</i>	Nação política cujo elo de ligação se traduz em valores cívicos e instituições políticas comuns.
<i>Willensnation</i>	Nação criada por vontade própria, independentemente da disparidade cultural e étnica dos seus elementos.

## INTRODUÇÃO

A Suíça é um caso paradigmático de contradição face ao projecto de construção europeia que aproximou o continente a partir de meados do século XIX e que, na actualidade, continua a atrair a atenção de países fronteiriços do espaço comunitário. Uma ilha isolada num imenso mar integracionista, a Confederação Suíça encontra-se rodeada por países que decidiram embarcar neste projecto europeu, alguns deles - Alemanha, França e Itália - desde a sua génese. Um afastamento face ao projecto europeu que, curiosamente, contrasta com a visão que os próprios precursores da integração europeia tinham da Suíça, onde viam um caso exemplar de coesão das diferenças internas e que para alguns adventistas da integração europeia, como Victor Hugo, inspirava à criação de uns Estados Unidos da Europa (Ehs, 2008:27-28).

A Suíça, devido à sua especificidade, poderá ser encarada com um caso único no espaço europeu pela forma como concilia a sua multiplicidade cultural e dá voz às diferentes etnias através de um sistema político baseado na democracia directa. Tal combinação multicultural levou-a a ser denominada de “Europa em miniatura” (Gabriel, 2000) ou “Microcosmo da Europa” (Church e Dardanelli, 2005), com diversos autores a reiterarem o sistema Suíço como exemplo e fonte de inspiração para a construção de uma Europa fundamentada no princípio da união na diversidade. A perseverança da Confederação Suíça em manter-se enquanto *outsider* do projecto de construção europeia suscita, por isso, em muitos, a estupefacção de ver desunido aquilo que o multiculturalismo e a promoção dos ideais cívicos e democráticos parecem querer juntar. Apesar das similitudes que aproximam o país Helvético e a União Europeia e que marcam as suas realidades, estas acabam por não impedir que ambas continuem a percorrer caminhos distintos.

Através da presente dissertação procuraremos estudar alguns dos factores que incentivarão a Suíça manter-se formalmente independente da UE e não demonstrar sinais de vir a aderir à União Europeia num futuro próximo. Defende Clive Church (2007: 3) que a entrada na UE requereria dos Suíços uma maior perda de identidade do que noutros casos europeus. Será nosso objectivo entender de que forma a identidade nacional Suíça estará relacionada com esta tendência anti-europeísta que persiste em caracterizar o povo Helvético. Explorar a questão da identidade nacional e entender de que forma esta tem um impacto na não adesão da Suíça à UE será pois o objectivo deste estudo. Um trabalho que, a nosso ver, ganha especial importância pelo facto de a ligação entre a da identidade nacional Suíça e a atitude eurocéptica ser, apesar da sua preeminência, uma temática que ainda não se encontra suficientemente desenvolvida (Christin e

Trechsel, 2002: 421; Church, 2003). Note-se que o eurocepticismo Suíço fora fundamentalmente abordado enquanto fenómeno económico, abordagem que a nosso ver se revela insuficiente para explicar a atitude contemporânea no país. Como tal, procuraremos contribuir para um campo de estudo fulcral no entendimento das relações entre a Confederação Suíça e a União Europeia, e que permitirá elucidar o porquê de a Suíça não integrar o projecto de construção europeia, extrapondo a simples assumpção de que o eurocepticismo Suíço se rege por razões de ordem económica.

Ao procurar analisar a atitude eurocéptica Suíça, centraremos o nosso estudo na própria população que, face às características politico-institucionais da Confederação Suíça, desempenha um papel preponderante na política externa prosseguida pelo país. A Suíça encontra-se dotada de um sistema de democracia directa que garante à população a participação activa e permanente na vida política. Aliás, regra geral, a votação em temas relativos à política externa do país regista níveis de participação dos eleitores superiores à média (Hirter e Linder, 2009: 2) e desde 1977 que uma adesão à UE terá obrigatoriamente de ser aprovada pela população através de referendo. Desse modo, a atitude da população face a um dos assuntos de maior significado da actualidade – o relacionamento com a União Europeia e possível adesão à organização – ganha uma ponderação incontestável. Ainda que os partidos e a elite política Suíços tenham igualmente relevância na definição da posição Suíça face à Europa, esta Dissertação não examinará a sua actividade, centrando-se unicamente na análise da atitude eurocéptica dos cidadãos Suíços, ou seja, do eurocepticismo popular (Leconte, 2010: 161), com base nos vários resultados eleitorais e estudos de opinião efectuados junto da população helvética.

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos. O primeiro aborda as questões de foro teórico que nos permitirão enquadrar o processo de formação e solidificação do Estado-Nação, da identidade nacional e do eurocepticismo. No segundo capítulo apresentamos um retrato da nação e da identidade nacional Suíças, explorando a sua diversidade e caracterizando a sua especificidade. O capítulo terceiro analisa as relações entre a Suíça e a União Europeia, o modo como a população helvética tem agido face a este elo e a existência do eurocepticismo Suíço. Será neste capítulo que colocaremos em evidência a ligação entre a identidade nacional Suíça e o receio popular pela adesão à UE. No quarto capítulo efectuaremos uma breve análise do futuro desenrolar das relações entre a Suíça e a UE e uma reflexão sobre os desafios para ambas as partes intervenientes. Finalmente, no quinto capítulo efectuar-se-á uma síntese conclusiva da presente investigação e das conclusões mais pertinentes relativas ao tema em análise.



# 1. ESTADO-NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E EUROCEPTICISMO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

*Power politics create a state, but its endurance is guaranteed only if the psychological nation is built*

William Bloom

A questão de partida da presente dissertação pressupõe a existência de uma identidade nacional que, de algum modo, terá um impacto na formulação do eurocepticismo Suíço. Contudo, antes de formular esta conexão e procurar determinar a sua importância na definição da atitude face à Europa, dever-se-á antes determinar se, de facto, existe uma identidade nacional Suíça. Num país onde a multiplicidade cultural, linguística e religiosa é uma das características inegáveis da diversidade com que os cidadãos se deparam no seu quotidiano, de que modo poder-nos-emos dirigir à Confederação Suíça<sup>1</sup> como um caso onde existe uma identidade única, partilhada pela comunidade? Será possível conceber a existência de um elo de ligação partilhado por tão desconforme comunidade?

A corroboração da existência de uma identidade nacional por parte dos cidadãos Suíços passará pela determinação da própria Nação Suíça. A definição sobre se a Suíça é um Estado-Nação (uninacional) ou, pelo contrário, multinacional será por isso um ponto fulcral de análise. Conforme Paolo Dardanelli (1998) notou, para que um sistema político possa ser legítimo será essenciais desse Estado partilhe de um certo grau de identidade comum. Como tal, reconheceremos que a percepção do Estado Suíço enquanto meramente formado por várias minorias nacionais impedirá a percepção de um elo de coesão generalizado que fomente uma identidade nacionalmente partilhada. Mas pelo contrário, a existência de uma nação Suíça, una e coesa, permitirá conceber uma identidade comumente desenvolvida pela população. De forma a definir a nação Suíça, apoiar-nos-emos na literatura política que, ao longo dos últimos séculos, tem discutido os moldes através dos quais se estabelece a ligação entre a nação de cada país. Nesse sentido, Wodak et al. (2009: 18) notariam que:

“scholarly discussions revolve principally around two conceptions of the nation and the lines of argumentation connected to them: the political ‘nation by an act of

---

<sup>1</sup> Ainda que, oficialmente, o país continue a ser chamado de Confederação Helvética, é na actualidade um Estado Federal (Church e Dardanelli, 2005: 181, nota 3; Fleiner, 2002: 72), não funcionando como verdadeira Confederação desde 1874 (Schwok, 2009: 113).

will' '(the German *Willensnation*) and the nation defined by culture (*Kulturnation*) which is often linguistically defined and ethnically based."

Nesta definição do Estado-Nação, centrar-nos-emos pois na distinção entre *Kulturnation* (nação cultural) e *Willensnation* (nação por livre vontade) enquanto quadro teórico de análise, e que no segundo capítulo permitir-nos-á desenvolver os conceitos de Estado-Nação e Identidade Nacional aplicados ao caso Suíço. Note-se que, apesar de nação e Estado-Nação serem conceitos diferenciados, ao fazermos deste estudo uma análise centrada na sociedade Suíça, admitiremos que deverá existir uma coincidência entre Nação e Estado-Nação, na medida em que a população Suíça deverá atribuir legitimidade governativa às instituições políticas soberanas, e apenas ao verificar-se tal paridade se poderá entender a existência de uma verdadeira identidade nacional comum aos cidadãos Suíços.

## **1.1. O Estado-Nação**

### **1.1.1. A homogeneidade cultural enquanto base do Estado-Nação**

O fenómeno do nacionalismo, e a existência dos ditos Estados-Nação, são, ao contrário daquilo que usualmente se supõe, o resultado de movimentos da contemporaneidade, de uma doutrina política moderna (Safi, 1992: 339). Ainda que, por senso-comum, se defenda a existência destes enquanto resultado inato à própria existência humana, na verdade, recorda Francisco Lucas Pires que "o Estado-Nação não é uma obra da natureza mas um produto histórico" (Teixeira, 2008: 82). O Estado-Nação ganhou expressão com o findar da época medieval e o advento do liberalismo europeu, encontrando-se par-a-par com as ideias emergentes de revolução, liberdade nacional e democracia (Winderl, 1999: 21). A emergência de uma doutrina democrática levaria a que intelectuais e políticos, sobretudo no final do século XIX, vissem na promoção da unidade cultural a solução para os conflitos entre os diferentes grupos sociais que partilhavam o mesmo território e Estado, impulsionando uma igualdade intrasocietal. Este ímpeto de unificação da sociedade sob a égide de uma cultura comum, com vista à edificação de um Estado-Nação, levaria por isso à supressão de minorias e à homogeneização da população em diversos Estados europeus (Safi, 1992: 338). Por esse facto, os elementos culturais desde cedo ganhariam uma relevância inigualável na definição do próprio Estado-Nação. Face à necessidade de uma população homogénea dentro do Estado, a existência de Estados multinacionais passaria assim a ser encarada como "unnatural", potenciando o risco de perda da identidade nacional (Safi, 1992: 339). Nesse sentido, a acção do Estado no processo de "nacionalização" acabaria por ser o garante para a

estabilidade interna, incentivando autores como Louay Safi (1992: 338) a defender que:

“a national government tends to suppress minority groups and is therefore inappropriate to societies with heterogeneous and diverse populations”.

A visão de Louay Safi reflecte a importância que uma cultura homogênea apresenta na definição de Estado-Nação para os defensores da *Kulturnation* (nação cultural), na medida em que para os mesmos a nação se define “on the basis of ethnic and cultural elements (ethnic nation)” (Kleiner-Liebau, 2009: 31). Também Andrew Heywood (2004: 98) define a Nação enquanto “a cultural entity, a body of people bound together by a shared cultural heritage”. A unidade cultural é por isso apresentada como a base de formação da Nação, e condição *sine qua non* para a sobrevivência do Estado e manutenção de uma identidade nacional. Somente através de uma cultura comum será possível a uma sociedade manter os diversos elementos unidos (Cinpoes, 2008: 4).

### **1.1.2. O desafio da diversidade cultural**

A existência de Estados cuja população, apesar da disparidade cultural, se encontra intrinsecamente coesa e unida, levaria a que a ciência política encontrasse na designação de “Estado-Nação” um verdadeiro desafio. Andrew Heywood (2004), ao analisar a questão cultural na formação das Nações nota que, em diversos casos mundiais, a disparidade cultural intrínseca a um Estado não preveniu a formação de uma nação<sup>2</sup> duradoura e bem-sucedida, onde as diversas expressões culturais convivem sob a administração de uma estrutura governamental. Reconhecendo a existência de Estados multiculturais, alguns autores apresentariam como definição teórica para o problema da falta de unidade cultural o conceito de “Estado-Multinações”. Estes reconheceriam, portanto, a existência de diversas comunidades, caracterizadas por elementos distintos, mas que partilham e atribuem soberania a um mesmo Estado, originando portanto um Estado multinacional. Will Kymlicka (1996: 11), enquanto apologista desta teoria, defenderia que:

“a country which contains more than one nation is, therefore, not a nation-state but a multinational state, and the smaller cultures form national ‘minorities’”.

Também Donald Ipperciel (2007), ao centrar a sua análise na questão linguística, reiteraria

---

<sup>2</sup> O autor refere os casos da Suíça, da Indonésia e dos Estados Unidos da América, e à existência de uma Nação em cada um dos Estados apesar dos respectivos multilinguismo, diversidade religiosa e multiplicidade cultural e étnica.

que a falta de um idioma comum e consequente ausência de um espaço comunicacional único resultaria na impossibilidade de se formar um Estado-Nação, estabelecendo-se portanto um Estado multinacional. No entanto, tal concepção voltaria a incidir, na sua génese, na apresentação da cultura e do etnicismo enquanto elemento de partida para a definição de nação. Como tal, ainda que comprovando a coexistência de diferentes grupos culturais, fracassariam em explicar a existência de um elevado elo de ligação entre indivíduos desses tais Estados-Multinações.

Por outro lado, notemos que a própria uniculturalidade não é, por si, garantia da existência de um Estado-Nação. Conforme William Bloom (1990: 145) refere, políticas do Estado que visem atingir uma homogeneidade linguística, religiosa e cultural não são garantia de um processo de *nation-building*, e, como tal, a própria homogeneidade cultural não garante a identificação ou lealdade para com uma estrutura política (Bloom, 1990: 143). Também Andrew Heywood (2004: 98) partilha desta ideia, ao defender que as características objectivas que costumam definir uma nação - como língua, tradições ou consciência histórica e até religião - não são por si só um garante para o estabelecimento de uma Nação, pois:

“they do not in any sense provide a blueprint for deciding when a nation exists, and when one does not”.

Desse modo, inclusive a assumpção de que a homogeneidade cultural num Estado potencia a existência de um Estado-Nação poderá ser relativizada e alvo de crítica. Esta volatilidade do Estado-Nação cultural ou do Estado Multinações não possibilitará ainda reconhecer de que forma poderemos definir a Suíça enquanto Estado-Nação. No entanto, apresenta desde logo a impotência dos defensores da *Kulturnation* em explicarem a razão da existência de Estados, de entre os quais a Suíça onde: a) apesar da multiplicidade cultural não existe uma tentativa de homogeneização da mesma; b) as populações encontram uma forte ligação entre si e ao seu Estado, agindo enquanto nação; e c) não existem sinais ou demonstrações de haver uma preferência pela secessão.

Assim, defenderemos que o distanciamento face à uniculturalidade enquanto elemento *sine qua non* do Estado-Nação será um exercício necessário a uma análise mais objectiva que não enviesse a observação de Estados multiculturais e que exclua, à partida, a existência de uma Nação única. A aceitação da multiculturalidade de um Estado-Nação poderá parece desafiar algumas das regras tidas como fundamentais para a nação (Dardanelli, 2008: 551), pois de facto o factor étnico-cultural continua, na actualidade, a influenciar sobejamente as percepções de nação apresentadas

na sociedade civil<sup>3</sup>. No entanto, a existência de quadros alternativos de análise da realidade nacional possibilitam quebrar com o dogmatismo da etnicidade homogênea enquanto definidor imperativo de uma Nação.

### **1.1.3. A Nação por vontade própria enquanto alternativa à *Kulturnation***

Historicamente, o final da Guerra Fria promoveu a consolidação de um paradigma teórico que se apresentava enquanto alternativa ao modelo da *Kulturnation*. O então estabelecimento de sistemas políticos incompatíveis com o Estado etnicamente homogêneo reforçaria o debate e colocaria em causa a definição de Estado-Nação (cultural) até então privilegiada. Conforme Bruno Schoch (2000: 6) notou:

“With the reconfiguration of nation-states that has accompanied the end of international bipolarism, reflection on alternatives to the ethnically homogeneous nation-state have acquired renewed relevance”.

William Bloom (1990: 56) por sua vez também partilharia da visão de que o processo de “nation-building” que caracterizou a Europa no período do pós-II Guerra Mundial se demarcava por não existir um claro elo de ligação cultural entre a sociedade e o novo Estado, sendo esse vínculo bastante ténue ou até inexistente. Tal realidade recolocaria em evidência a necessidade de uma percepção da conexão entre a sociedade e o Estado que não encarasse a partilha do etnicismo enquanto elemento definidor do estabelecimento de um Estado-Nação.

Como tal, e em contraponto à definição de Estado-Nação etnicamente determinado (*Kulturnation*), ganharia relevo uma corrente alternativa de definição do Estado-Nação baseada na componente política e cívica de união dos elementos da sociedade. Este Estado caracterizar-se-ia pela sua fundação ser resultado da vontade inerente da população em estabelecer uma união, face à partilha de valores e ideais comuns, sendo por isso denominado de *Willensnation* (Nação por vontade própria). A legitimidade da existência de tais Estados-Nação baseados na vontade própria basear-se-ia, segundo Anthony Smith (1992: 62), “on the aspiration of a heterogeneous population to unity in terms of public culture and political community, as well as popular sovereignty”.

O Estado-Nação é por isso apresentado pelos defensores da *Willensnation* como uma

---

<sup>3</sup> Segundo a definição do Dicionário Oxford, uma Nação será “a large body of people united by common descent, history, culture, or language, inhabiting a particular state or territory” (Oxford Dictionaries, 2010). O dicionário da Porto Editora apresenta uma definição muito semelhante, ao descrever a Nação enquanto um “conjunto de indivíduos ligados pela mesma língua e por tradições, interesses e aspirações comuns” (Infopédia, 2011).

construção social e política, fruto da razão e acção voluntária dos seus constituintes. Assim, e ultrapassando a visão de homogeneidade cultural, uma nação poderá ser entendida como algo de subjectivo (Heywood, 2004: 98), definida pela consciência e lealdade do indivíduo em pertencer a um grupo social.

## **1.2. Identidade nacional**

A identidade nacional é um elemento de soberana importância no processo de construção e manutenção de um Estado-Nação. Actuando enquanto conector entre Estado e Nação (Bostock e Smith, 2001), permite a cada elemento identificar-se com os demais membros da “comunidade imaginada”<sup>4</sup> e fortalecer o papel do Estado na manutenção do vínculo que garante a estabilidade e robustez da comunidade nacional. Será através da criação desta comunidade, que se imagina interligada e partilhando os mesmos valores, dentro de um Estado que se assiste ao surgimento de um verdadeiro Estado-Nação. Nesse ponto, refere William Bloom (1990: 79) que:

“If nation-building has been successful, then identification links the individual citizen with his or her mass of fellow citizens through the shared national identity”.

Já Alexander Wendt (1994: 385) ao aplicar a sua definição de “corporate identity” ao nível dos Estados estabeleceria esse mesmo paralelismo, defendendo a necessidade de crenças e instituições comuns que possibilitassem aos vários indivíduos funcionar enquanto um “nós”. A identidade nacional poderá, pois, ser entendida como um elemento de ligação que se caracteriza por ter uma dupla valência: se por um lado se traduz num factor de coerência e aproximação de entre os elementos de uma mesma comunidade, por outro, e numa vertente institucional, é igualmente o factor que garante o vínculo de uma comunidade a um determinado Estado.

O papel desempenhado pela identidade nacional enquanto elemento conector de uma nação tem sido, aliás, manifestamente consonante nas várias definições de identidade nacional apresentadas por diversos autores. Christin e Trechsel (2002: 417), inspirados pela teoria da identidade social desenvolvida por Tajfel e Turner em 1979, definem a identidade nacional como um processo duplo de ligação (“identification”) e avaliação positiva (“comparison”) do grupo nacional. Já Radu Cinpoes (2008: 4), ao analisar a temática da identidade nacional e do

---

<sup>4</sup> A literatura mais recente tende aliás em apresentar a Nação como uma “comunidade imaginada” (Christin e Trechsel, 2002: 418; Wodak et al, 2009: 186), um conceito inicialmente proposto por Benedict Anderson em 1983. A nação caracteriza-se assim por ser uma construção sócio-cognitiva, uma comunidade que se consciencializa de uma comunhão entre os seus diversos indivíduos (Christin e Trechsel, 2002: 418; Heywood, 2004: 98), ainda que esta relação não seja concreta e resultado de uma interacção física.

nacionalismo em cenário europeu, definira a identidade nacional como “a type of collective identity that gives allegiance to the nation”, ou seja, a uma comunidade cujos indivíduos que partilha dos mesmos valores. Opinião semelhante à de Schlesinger (1987: 259-260) que também a caracteriza como “a particular kind of collective identity”, e pressupondo a existência de processos de inclusão e exclusão. Ainda que o reconhecimento da identidade nacional enquanto elemento conector de uma comunidade seja geralmente aceite, a multiplicidade de factores susceptíveis de integrar este processo de identificação nacional não é unânime. Dificuldade que, naturalmente, não estará alheia ao facto de o próprio conceito de identidade nacional ser algo bastante complexo e abstracto (Smith, 1992: 60). Assim, a inexistência de um consenso quanto aos critérios e instrumentos que poderão levar à fomentação da identidade nacional (Christin e Trechsel, 2002: 417) determina que a própria definição de critérios de inclusão e exclusão se apresenta como um exercício ousado e, naturalmente, susceptível de crítica.

Neste ponto, gostaríamos de retomar a discussão anterior relativa à formação das próprias nações, pois acreditamos que esta permitir-nos-á suplantar algumas das dúvidas inerentes à essência da identidade nacional. A definição do tipo de nação – na nossa discussão, centrámos a análise nas formas de *Kulturnation* e *Willensnation* – será, pois, indicativa da identidade que nela se encontra embebida. Daí a análise da nação ser um dos pontos centrais de análise na tentativa de definir a identidade nacional de determinado Estado. Estados-Nação caracterizados por uma elevada homogeneidade cultural poderão servir-se desse elo enquanto promotor de uma identidade partilhada pela nação. Contudo, tal forma de análise, baseada no factor cultural enquanto elemento definidor e agregador da identidade nacional, encontra algumas limitações quando aplicada a Estados caracterizados por uma diversidade étnica, mas onde mesmo assim se encontra estabelecida uma forte coesão entre os diferentes grupos étnicos. Nesse sentido, Philip Schlesinger (1987: 227) refutava a possibilidade de se fazer equivaler a identidade cultural à identidade nacional de uma Nação:

“*Cultural* identity cannot be equivalent to *national* identity, as various linguistic groups may inhabit a given nation-state or be otherwise linked beyond its confines”.

Como tal, a identidade nacional poderá igualmente ser formada com base em elementos não culturais. Ao analisarmos a *Willensnation*, verificámos a possibilidade de existência de uma vontade intrínseca de união, suportada por instrumentos políticos, que possibilita a edificação de uma nação. Como tal, a identificação nacional passará pela partilha de um conjunto de ideais e

valores que as populações fomentaram enquanto marco de união e afinidade entre os diferentes grupos culturalmente díspares.

### **1.2.1. A formação da Identidade Nacional**

Esta análise dos elementos-base intrínsecos a uma identidade nacional reitera a possibilidade de a identidade nacional se fundar em elementos de diferente estirpe, sejam esses derivados da partilha de um passado comum ou impulsionados por uma vontade humana. Tal diversidade coloca igualmente em evidência a coexistência de diferentes mecanismos promotores dessa própria união. Tal facto leva-nos pois à questão: será a identidade nacional um elemento fixo e pré-existente aos indivíduos, que estes embebem através dos processos de socialização, ou será antes moldada e construída pelos mesmos através das suas vivências e experiências? Neste ponto, será importante reflectir sobre o próprio processo de edificação da identidade nacional, e de que forma se formam e mantêm o conjunto de valores que despertam o sentimento de união entre populações.

Inicialmente, as características comuns a uma Nação eram encaradas como naturais e pré-dispostas ao indivíduo que, à semelhança dos seus pares, interiorizava essas qualidades numa experiência social única, singular e comum a todos os elementos (Cerulo, 1997: 386-387). Esta percepção essencialista da realidade reiteraria, pois, a noção de os atributos identitários nacionais serem invariavelmente passados de geração em geração, garantindo a continuidade da Nação. Contudo, tal visão “essencialista” seria criticada por defensores da construção da identidade, pelo facto de esta negligenciar a capacidade crítica e activa da própria acção humana na definição da sua identidade. Assim, a teoria constructivista da identidade nacional “rejects any category that sets forward essential or core features as the unique property of a collective’s members” (Cerulo, 1997: 387).

Seguindo esta perspectiva construtivista, será possível entender a identidade nacional enquanto produto de uma acção humana, resultado de um enquadramento onde diferentes centros de poder procuram determinar e moldar a realidade social (Cerulo, 1997: 387). O debate entre estas duas visões de formação da identidade nacional, aparentemente contraditórias, evidencia a inexistência de uma resposta conclusiva e assertiva sobre como se formam as identidades nacionais. Ainda assim, procuraremos estabelecer um quadro de análise do processo de formação da identidade nacional que possibilite, numa fase posterior, centrar essa questão no caso da Confederação Helvética.



Nesse ponto, teremos por base o importante contributo que Anthony Smith (1992) deu na definição da formação da identidade nacional. Ao reconhecer factores relevantes nas duas teorias acima referidas, Anthony Smith (1992; 2008), acabaria por adoptar uma posição intermédia entre as visões essencialista e construtivista. O autor define a identidade nacional como sendo simultaneamente o resultado de uma comunhão étnica prévia (ou seja, da partilha histórica de território, mitos e memórias), mas igualmente da acção humana de manipulação, manutenção e disseminação desses mesmos valores na contemporaneidade (Smith, 1992: 58-62). Anthony Smith (2008: 19) define então identidade nacional como:

“the continuous reproduction and reinterpretation of the pattern of values, symbols, memories, myths, and traditions that compose the distinctive heritage of nations, and the identification of individuals with that pattern and heritage”.

Refere o autor que até nos casos de *Willensnation* a própria comunhão de uma cultura cívica comum “reveals the continuing influence of ethnicity and its common myths, symbols and memories in the life of modern European nations” (Smith, 1992: 62).

Como tal, salientemos o facto de a partilha de um passado histórico ser um traço identitário não só cultural, mas igualmente cívico, e que como tal estará subjacente a um qualquer Estado-Nação, independentemente de este se caracterizar por força da cultura ou da vontade própria de união. De facto, e seguindo esta linha de pensamento, será concebível que diferentes comunidades partilhem território e memórias de um passado comum sem que para tal tenham desenvolvido uma cultura uniforme e homogénea. Partindo desta definição agregadora de Anthony Smith, onde uma multiplicidade de factores será promotora da identidade nacional, adoptaremos igualmente ao longo desta dissertação uma posição intermédia na contextualização da identidade nacional. A simples assumpção de que a identidade nacional será fruto de uma experiência comum e predeterminada, não abrindo espaço à influência de factores humanos será, a nosso ver, bastante redutora. De facto, a identidade nacional é resultado de influências múltiplas por parte de diversos agentes sociais, que ao fazendo uso de mitos, símbolos e memórias colectivas, procuram determinar e formatar a nação e a sua identidade. No entanto, e recorrendo a estas raízes étnicas, garantem que haja igualmente características nos processos de socialização e interacção em sociedade partilhadas pela generalidade da população e que, apesar de mutáveis e evolutivas, mantêm uma certa coerência ao longo do tempo. Note-se, pois, que apesar de a identidade nacional beber do passado histórico da comunidade, de onde retira o seu simbolismo, tal

construção identitária requerer uma acção constante de renovação e cultivação de um elo de ligação. Salientamos pois a existência de vários processos de interacção social que garantem a repercussão de uma identificação com determinados instrumentos e valores, e acautelam que estes sejam defendidos como caracterizadores da sociedade nacional.

### **1.2.2. O simbolismo na identidade nacional**

Factor essencial na própria identidade nacional será o simbolismo que determinados instrumentos, materiais ou imateriais, adquirem dos valores defendidos pela comunidade, tornando-se verdadeiro estandarte da “alma” da nação. Reconhecendo a importância de tal valor simbólico, e a sua importância na posterior compreensão da identidade nacional Suíça e do eurocepticismo Suíço, entendemos ser importante analisar este processo, apoiando-nos no estudo pioneiro desenvolvido por William Bloom. Defende William Bloom (1990) que nos casos de sucesso de construção de um Estado-Nação existirá um conjunto de características intrínsecas ao Estado que garantem o benefício de ligação ao mesmo, sendo estes a base para a identidade embebida pela comunidade. Como tal, William Bloom (1990: 52) desenvolveu um conceito de identificação salientando o processo de simbolismo, descrevendo a identidade nacional enquanto:

“that condition in which a mass of people have made the same identification with national symbols – have internalized the symbols of the nation – so that they may act as one psychological group when there is a threat to, or the possibility of enhancement of, these symbols of national identity”.

A mera existência de instrumentos ou valores num Estado-Nação não garante, *per se*, que estes adquiram um carácter peculiar e sejam elevados ao carácter de identidade nacional. Nesse sentido, para que determinado objecto, material ou imaterial, de um Estado-Nação passe a ser expressão da identidade nacional é imperativo que os indivíduos dessa comunidade reconheçam neste uma índole simbólica. Neste aspecto, William Bloom salienta a necessidade de uma “meaningful and real experience” (Bloom, 1990:51) para que a evocação de uma identificação de grupo possa de facto ocorrer. O indivíduo apenas se identificará com determinado simbolismo se tal for, de facto, positivo e benéfico (Bloom, 1990: 51). Aplicando essa ideia ao campo da ciência política, William Bloom (1990: 52) chega à conclusão de que:

“political ideologies and ideas of nationalism cannot of themselves evoke identification. Political ideologies do not work in a psychological vacuum. They must

provide appropriate modes of behaviour, appropriate attitudes, appropriate ideologies, appropriate identity-securing interpretive systems, for dealing with real, experienced situations. Popular support – i.e. identification with such an ideology – comes only if it interprets and provides an appropriate attitude for an experienced reality”.

Aplicando as ideias de William Bloom ao caso Suíço, identificaremos estruturas intrínsecas ao próprio Estado e à sua estrutura política que se enquadram neste ideal de evocação do simbolismo pela experiência comum. Tais estruturas, que abordaremos mais em detalhe no decorrer da presente dissertação, são factores de satisfação por parte da população na medida em que resultam em benefícios práticos, garantindo por isso a sua funcionalidade identitária.

### **1.3. Eurocepticismo**

Fenómeno que desbrotou no Reino Unido, no início do processo de integração europeia, o eurocepticismo surgiu enquanto fruto do tradicional isolamento deste país face ao restante continente e da desconfiança que a população britânica desenvolveu relativamente às comunidades europeias (Harmsen e Spiering, 2004: 13). Na actualidade, no entanto, o eurocepticismo não é um fenómeno circunscrito ao Reino Unido. Formas semelhantes de desconfiança surgiram por toda a Europa, expressando um complexo relacionamento de actores anti-construção europeia, como governos, classes políticas, sociedade civil e média (Leconte, 2010: 9). De facto, com o aprofundar da construção europeia - especialmente através do estabelecimento do Tratado de Maastricht (1992) -, o cepticismo face à União Europeia expandiu-se e fomentou-se pelos restantes países europeus (Harmsen e Spiering, 2004: 17). A contínua expansão dos poderes e das competências da UE originaria em vários europeus o desconforto e discordância de ver um poder europeu demasiado centralizado. Como tal, poder-se-á afirmar que o eurocepticismo tem caminhado par-a-par com o processo de integração europeia, reforçando-se à medida que se intensifica a própria construção europeia (Taggart, 1998). De facto, e como Harmsen e Spiering (2004: 13) ironizam, “the integration process may be seen as a victim of its success”, pois o êxito na construção de uma Europa unida suscitou igualmente o receio junto daqueles que veem nesse contínuo processo de integração um inconveniente.

Apesar da expressa importância do eurocepticismo na vida política e civil dos vários Estados europeus, a análise e o estudo deste fenómeno por parte da ciência política é, ainda assim, bastante recente. Note-se que somente no final dos anos 90 surge a primeira literatura política

assente no “eurocepticismo”. De facto, e se no início da aventura europeia os opositores à UE eram simplesmente apelidados de nacionalistas, “anti-marketeers” ou “Gaullistas”, entre outros (Leconte, 2010: 3), seria somente em 1998 que o termo “eurocepticismo” surgiria pela primeira vez na literatura política e seria alvo de estudo, através de Paul Taggart (Kaniok, 2009: 160)<sup>5</sup>.

Desde o estudo inovador de Paul Taggart (1998) que o eurocepticismo tem sido objecto de estudo nas diferentes sociedades europeias, nomeadamente ao nível do espectro dos partidos políticos que se identificam enquanto pró ou contra a integração europeia<sup>6</sup>. Ainda assim, e apesar dos estudos já efectuados, a atitude eurocéptica continua a suscitar profundas dúvidas teóricas, ao ser bastante difícil de quantificar, medir e conceptualizar (Chiva, 2010: 218). De facto, o eurocepticismo está longe de ser uniforme de entre a sociedade descrente no processo de construção europeia, assistindo-se a uma significativa variedade na intensidade e no fundamento do que dão aso a este fenómeno. Paul Taggart (1998: 365-366) identificaria diferentes fundamentos que poderão estar na base do cepticismo face à União Europeia: se por um lado esta pode ser uma oposição face à própria ideia de integração europeia e, por conseguinte, à União Europeia; por outro haverá indivíduos que, não se opondo à ideia de integração europeia, encaram a UE com cepticismo por esta ser uma construção europeia demasiado inclusiva (agrupando elementos demasiado diversos para que possa existir uma compatibilidade) ou exclusiva (excluindo geográfica e socialmente os mais desfavorecidos). Assim, e seguindo a definição de Paul Taggart (1998: 366), o eurocepticismo “expresses the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration”. Cécile Leconte (2010: 4) reiteraria essa mesma multiplicidade semântica do termo, ao observar que eurocepticismo “became a ‘catch-all’ synonym for any form of opposition or reluctance towards the EU”.

Como tal, o eurocepticismo não deverá ser invariavelmente entendido enquanto uma oposição ao processo de integração europeia em si, podendo antes significar uma descrença face ao modo como a União Europeia se tem construído. Paul Taggart e Aleks Szczerbiak (2004) defendem por isso que no universo da atitude eurocéptica poderá ser efectuada uma distinção entre o eurocepticismo “hard” e “soft”. Se a vertente “hard” pressupõe que o indivíduo rejeite por completo a ideia de integração política e/ou económica da Europa e o modo geral de como a UE se

---

<sup>5</sup> O termo “eurocepticismo” terá, no entanto, surgido pela primeira vez na imprensa inglesa, num artigo to The Times de Junho de 1986 (Harmsen e Spiering, 2004: 15).

<sup>6</sup> A este propósito ver por exemplo Taggart (1998), Kopecký e Mudde (2002), Taggart e Szczerbiak (2004) e Fuchs, Magni-Berton e Roger (2009). Note-se que, ainda na actualidade, a investigação sobre o eurocepticismo ao nível dos partidos nacionais continua a concentrar a atenção de investigadores políticos (Arató e Kaniok, 2009: 8).

tem construído, já o eurocéptico “soft” não se opõe ao projecto de construção europeia na sua generalidade, manifestando antes uma oposição contingente ou categorizada, face a políticas específicas (Taggart e Szczerbiak, 2004: 3-4). Como Paul Taggart (1998: 366) sintetiza: “all opponents of the EU are, at least, sceptical, but not all sceptics are opponents”.

A simplicidade com que o eurocepticismo fora dividido entre “hard” e “soft” levaria Petr Kopecký e Cas Mudde (2002) a criticar o trabalho iniciado em 1998 por Paul Taggart. Em alternativa, os autores apresentam uma divisão entre quatro atitudes face à integração europeia e à UE, ao nível dos grupos partidários, onde se incluem os eurocépticos, os europragmáticos e os euro-opositores<sup>7</sup>. Assim, Kopecký e Mudde (2002) defendem que um eurocéptico se caracteriza por ser um defensor da integração europeia, mas pessimista face à UE, enquanto um euro-opositor se posiciona contra ambas. Se ambas definições poderão ser relativamente comparáveis ao eurocepticismo “soft” e “hard” apresentado por Taggart e Szczerbiak (2004), respectivamente, já o conceito de europragmático introduz uma noção inovadora, ao explicar o posicionamento do indivíduo que, apesar de não apoiar (nem necessariamente opor) a integração europeia, é favorável a um determinado relacionamento com a União Europeia.

Reconhecendo o facto de existir um elevado espectro de atitudes sob as quais se constroem as dúvidas face à construção europeia, optaremos por centrar a análise na posição do cidadão face à União Europeia, com base na definição de eurocéptico apresentada por Cécile Leconte (2010). Defende a autora que “literally, Eurosceptics are those who submit the issue of European integration to a sceptical examination” (2010: 5). Assim, e enquanto o cidadão eurocéptico colocará sempre em causa a construção europeia promovida pela União Europeia, poder-se-á distinguir o eurocéptico “hard”, caracterizado por ser um actor que se opõe à adesão à UE enquanto princípio, rejeitando por completo a integração em tal organização, do eurocéptico “soft”<sup>8</sup>, que não excluindo à partida a adesão à UE, expressa hostilidade face ao sistema político e à organização da mesma.

### **1.3.1. Um fenómeno marcadamente Europeu**

A atitude eurocéptica não deverá ser entendida enquanto escassa e insignificante no seio de uma Europa sobejamente integrada. Apesar da inegável construção europeia que tem aliado os

---

<sup>7</sup> Para mais informações consultar Kopecký e Mudde (2002).

<sup>8</sup> Cécile Leconte (2010) efectua a distinção entre “hard Eurosceptic” e “Eurosceptic” sem se referir ao último enquanto “soft”. No entanto, optaremos por apelidá-lo dessa forma de modo a distingui-lo do termo eurocéptico que está na base destas duas vertentes.

diferentes povos europeus, o eurocepticismo é um elemento intrínseco a cada uma das nações que preconiza o projecto da UE. Note-se que mesmo em países ditos eurófilos, pela elevada ligação à UE demonstrada pelos estudos do Eurobarómetro, poderá esconder-se uma hostilidade face a uma maior integração e a um aprofundar de competências europeias (Leconte, 2010: 68). A ideia expressa por Cécile Leconte (2010) vai ao encontro daquela já professada no final do século XX por Paul Taggart que, ao assistir a uma escalada da atitude eurocéptica por parte dos próprios Estados promotores e fundadores da União Europeia, reconheceria que “even in the most pro-European of countries, it is possible to see significant traces of Euroscepticism” (Taggart, 1998: 364)<sup>9</sup>. O eurocepticismo não deverá por isso ser entendido como um “fenómeno marginal” (Leconte, 2010: 10), mas antes como uma realidade com robustez suficiente para ter um elevado impacto no processo de integração e legislação europeias (Leconte, 2010: 10).

Será, no entanto, importante compreender que, à semelhança da polissemia do termo “eurocepticismo”, também a base deste fenómeno se caracteriza por uma elevada variedade consoante o país em análise (Leconte, 2010: 4). Ainda que haja sempre um denominador comum, na medida em que “all Euroscepticisms are marked by a doubt or an opposition as regards the particular *political* forms which have been assumed by European integration” (Harmsen e Spiering, 2004: 18), o eurocepticismo é multifacetado e poderá ser estudado e analisado a partir de diferentes prismas. Cécile Leconte (2010) apresenta uma tipologia de quatro tipos de eurocepticismo, colocando em evidência a multiplicidade de fundamentos que levam diferentes actores de diferentes países a colocar em causa o projecto europeu<sup>10</sup>. Como tal, ao analisar as diferentes formas de eurocepticismo, poderemos identificar: (1) “utilitarian euroscepticism”, dúvida face aos ganhos que a adesão à UE trará a nível pessoal e nacional (ex: Áustria e Suécia); (2) “political euroscepticism”, desconfiança face ao impacto que a UE terá na soberania e identidade nacionais (ex: Dinamarca ou França); (3) “value-based euroscepticism”, no que se refere aos valores e moralidade defendidos nacionalmente (ex: Polónia e Irlanda); (4) “cultural anti-Europeanism”, onde já existe uma hostilidade enraizada face à Europa (ex: Reino Unido) (Leconte, 2010).

Deste modo, será o contexto nacional e a especificidade de cada país que determinará o tipo de eurocepticismo que mais commumente lhe será associado (Leconte, 2010: 69). Refira-se,

---

<sup>9</sup> Para uma análise do eurocepticismo em diversos países europeus, entre os quais Alemanha, França e Países-Baixos ver, por exemplo, Harmsen e Spiering (2004).

<sup>10</sup> Para mais informações consultar Leconte (2010).

ainda assim, que tais modalidades não são estanques e absolutas, devendo a associação de cada um dos tipos de eurocepticismo aos diferentes Estados-membros ser encarada como uma mera generalização de uma realidade bem mais complexa. Seria demasiado simplista assumir que a cada Estado se associe uma só forma de eurocepticismo. No entanto, e face às particularidades de cada país, será possível desvendar uma presença mais acentuada de determinado eurocepticismo no seio de determinada sociedade europeia.

### **1.3.2. O eurocepticismo enquanto manifestação identitária**

A possibilidade de o eurocepticismo ter por base questões de ordem identitária fora durante bastante tempo negligenciada sendo somente na actualidade alvo de investigação (McLaren, 2005). Lauren McLaren (2005) inclui nas suas formulações de eurocepticismo a possibilidade de este se formar pelo receio de perda da identidade nacional. Mais tarde, Cécile Leconte (2010) abrangeria também na sua análise o eurocepticismo enquanto resultado de uma preocupação face à perda de identidade do país (incluída no “eurocepticismo político”).

Assim, e dependendo do país europeu em análise, será possível relacionar o eurocepticismo a o medo de perda da identidade nacional, ainda que em variados países não se observe tal correlação. Alguns estudos efectuados demonstrariam que em vários Estados-membros da UE a identidade nacional não será o fundamento para a existência de um eurocepticismo (McLaren, 2005; Fuchs, Guinaudeau e Schubert, 2009: 107)<sup>11</sup>. De facto, e face à elevada multiplicidade de factores que poderão estar na origem do eurocepticismo nacional em cada Estado, não será surpreendente que o cepticismo enquanto expressão identitária não seja verificável em todos os Estados europeus. Mas ainda que o *mainstream* do eurocepticismo não se fomite por razões identitárias, a sua importância poderá ser verificada através da análise de determinados Estados que, face à sua especificidade, encaram com maior precaução o impacto da UE na sua identidade nacional.

Refere Cécile Leconte (2010: 92) que, apesar da sua fraca expressão em muitos países, a identidade nacional poderá na verdade implicar o estabelecimento de um eurocepticismo caso esteja seja de índole exclusiva, ou seja, caso o indivíduo considere existir uma incompatibilidade entre a sua identidade nacional e o actual modelo de integração europeia. A autora exemplifica, nesse ponto, os casos do Reino Unido, da Dinamarca e da Áustria, países já membros da União

---

<sup>11</sup> O estudo de Lauren McLaren (2005) é efectuado com base no Eurobarómetro 57.1, de 2002, enquanto Dieter Fuchs, Isabelle Guinaudeau e Sophia Schubert (2009) analisaram o Eurobarómetro 62.0, de 2004.

Europeia, onde existirá uma correlação entre o medo de perda da identidade nacional e a atitude eurocéptica (Leconte, 2010: 93-94). Situação semelhante ter-se-á desenvolvido em Estados da Europa central e de Este que mais recentemente aderiram à UE, onde a identidade nacional será o factor-chave para o eurocepticismo a que assiste em seis dos novos Estados-membros<sup>12</sup> (Vetik, Nimmerfelt e Taru, 2006). Adicionalmente, em outros países onde o eurocepticismo não era particularmente afectado pela questão da identidade nacional, surgem na contemporaneidade indícios de que o cepticismo face à UE com base identitária comece a fomentar-se (Leconte, 2010: 180)<sup>13</sup>.

A preeminência identidade nacional enquanto objecto de análise do eurocepticismo é, pois, inegável. Como tal, defendem Harmsen e Spiering (2004: 30), “the place assumed by ‘identity’ should not be minimised”. E se em alguns Estados-membros da UE a identidade nacional não é um impedimento à integração europeia, tal não destitui a importância e o impacto desta na atitude da população de outros países face à União Europeia. Em última instância, reforçar-se-á a importância da análise da identidade nacional na medida em que esta poderá ser, aliás, um dos principais constituintes da recusa de alguns países a aderir à União Europeia, como é o caso da Confederação Helvética.

---

<sup>12</sup> Os autores identificam os casos da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Polónia e República Checa.

<sup>13</sup> Refere Cécile Leconte (2010: 180) que a erosão da identidade nacional foi o segundo motivo pelo qual os cidadãos de Irlanda e Países-Baixos votaram “não” nos últimos referendos realizados recentemente sobre os tratados da UE.



## 2. A SUÍÇA: UM CASO PARTICULAR

*Switzerland is not like any other state*

Napoleão I

Em 1992, na Exposição Mundial de Sevilha, o pavilhão da Suíça apresentava a polémica frase “la Suisse n’existe pas”. Escrita por um artista francês, Ben Vautier, tal afirmação suscitara uma profunda reacção por parte da sociedade Suíça que, numa década de maiores dificuldades, procurava descobrir a sua própria identidade (Villiger, 2002). Fruto do verdadeiro mosaico cultural, social e político característico da Confederação Helvética, a ideia de que *uma* Suíça seria inexistente acabaria por ser reflexo de um interesse debate sobre a definição da natureza do Estado Suíço. O país helvético, especialmente no que se refere à sua componente cultural, é de tal modo diverso que à semelhança de outros Estados suscita a dúvida sobre se estaremos perante um Estado-Nação ou a um Estado repleto de diferentes nações. De modo a procedermos à aplicação desta questão teórica ao caso Suíço, efectuaremos em primeira instância uma apresentação da resenha histórica e cultural do país. Será, a nosso ver, fulcral um enquadramento do passado e da multiculturalidade da Confederação Suíça para que seja exequível uma análise reflectida da realidade do país. A partir de tal quadro, passaremos numa fase posterior à definição da nação Suíça e depreenderemos de que forma se estabeleceu uma identidade nacional no país.

### 2.1. Perspectiva histórica de formação da Confederação Helvética

Ainda que a história da Confederação Suíça tenha início somente em 1291, com a assinatura do Pacto Federal dos *Waldstätten*, o território actualmente delimitado pela Suíça fora antes dessa data habitado por vários povos e impérios<sup>14</sup>. Não sendo o propósito desta dissertação efectuar uma análise exaustiva do território pré-Confederação Suíça, efectuaremos, uma breve análise que providenciará as bases para a compreensão da existência dos cantões suíços e subsquente evolução. Como tal, salientemos que no ano de 917, o território actualmente pertencente à Suíça se encontrava dividido entre dois reinos: as partes Este e Central da actual Suíça eram pertencentes ao Ducado da Suábia, enquanto a parte Oeste estava subjacente ao Reino de Borgonha. Somente em 1032 a totalidade do território da actual Suíça passaria a estar sob o domínio de um único imperador, quando seria integrado no Sacro Império Romano-Germânico. No entanto, e face à vastidão do império, a administração de pequenas unidades territoriais seria

---

<sup>14</sup> Os Helvécios foram um dos povos celtas mais importantes a habituar o actual território Suíço, originando a actual designação da Suíça de Confederação Helvética.

efectuada através de um sistema feudal, com famílias da nobreza e elementos do clero a administrarem essas terras e encarregues de as protegerem. Aliás, em momentos de maior fraqueza do Imperador as famílias senhoriais conseguiam actuar mais ou menos autonomamente e exercer uma elevada influência sobre os territórios. Na Suíça, esses territórios delimitados que formavam pequenos estados medievais acabariam por ser originários dos actuais Cantões. Note-se, aliás, que a região alpina sempre fora votada a um certo abandono e desinteresse por parte dos grandes impérios, em parte devido à sua dificuldade de acesso e à pobreza em recursos naturais, facilitando o surgimento de pequenos Estados soberanos e autónomos (Sebastião, 2005: 44).

Das famílias senhoriais mais influentes em território Suíço, destacam-se as Casas de Zähringen, da Sabóia, de Kyburgo e de Habsburgo. Estas impelidas pela opulência e vaidade, mas também pela dispersão do poder pelas várias famílias aristocratas, entrariam em conflito na luta pelo controlo dos vários estados feudais. No entanto, note-se que o Imperador continuava a ser senhor máximo de todos os territórios, e com o passar do tempo acabaria por garantir a alguns dos pequenos Estados a “liberdade imperial”, ou seja, estes passariam a estar somente sujeitos ao próprio imperador sem nenhum suserano intermediário.

Por volta de 1220 é aberta uma importante estrada que permite atravessar os Alpes, a passagem de São Gotardo, que se torna numa rota comercial bastante lucrativa. Os cantões ao norte desta passagem (Uri e Schwyz) tornam-se pois territórios bastante apetecidos pelas grandes famílias senhoriais. Contudo, o imperador Friedrich II acabaria por conceder a “liberdade imperial” aos cantões de Uri (1231) e Schwyz (1240), ficando estes isentos do controlo de qualquer outro suserano que não o próprio imperador. Contudo, em 1273, a Casa de Habsburgo ganha o domínio completo sobre a região quando Rudolfo I de Habsburgo se torna Rei da Alemanha e do Sacro Império Romano-Germânico (Sebastião, 2005: 45). Os cantões suíços temem que os Habsburgos, reconhecendo a importância estratégica das rotas que atravessavam os Alpes, procurem retirar os privilégios que lhes foram anteriormente concedidos.

A história da Confederação Suíça começa assim a delinear-se em 1291, quando os três cantões fundadores do país – Uri, Schwyz e Unterwalden -, estabelecem uma liga de defesa através da assinatura do Pacto Federal dos *Waldstätten* (“cantões florestais”)<sup>15</sup>, com o intuito de garantir a paz interna e a sua independência face à ameaça vinda de inimigos externos, nomeadamente do

---

<sup>15</sup> A Liga de Defesa estabelecida através do Tratado de 1291 é de tal forma central na fundação do Estado Helvético que o dia da assinatura do tratado, 1 de Agosto, é hoje celebrado como Dia Nacional da Suíça.

Rei da Alemanha que ameaçava retirar a independência e soberania adquirida por estes cantões ao tentar impor direitos feudais. O sucesso da Confederação dos três *Waldstätten* na defesa da sua autonomia<sup>16</sup> impeliu outros cantões a juntar-se a esta liga com o mesmo propósito de garantirem a sua independência. Assim, os cantões de Lucerna (1332), Zurique (1351), Glarus (1352), Zug (1352) e Berna (1353) aceitam os termos políticos acordados pelo Tratado de 1291 e integram a aliança, elevando a Confederação Suíça para um total de oito cantões. Até 1481 a Confederação manter-se-ia inalterada, ano de adesão dos cantões de Friburgo e Soleura. Note-se que as alianças então efectuadas garantiam a autonomia e soberania dos diversos cantões, sendo unicamente destinadas a estabelecer uma defesa comum. Esta liga de defesa militar seria, no entanto, para Alexander Wilner, muito diferente daquelas existentes na época (Wilner, 2007: 6). Defende o autor que nela se encontra a génese de uma Nação Suíça, pois os três cantões acordaram em não aceitar a legitimidade de nenhum outro poder que não fosse exercido por um dos habitantes dos cantões. Um ímpeto de afirmação que também Sónia Sebastião (2005: 64-65) constata estar na base do país helvético:

“as origens da Suíça ficaram marcadas pela união de várias células territoriais com vista à sua ordem, prosperidade e autonomia em relação às famílias aristocráticas”.

A Confederação Suíça era igualmente única por aliar, num princípio de igualdade, áreas rurais (os três cantões fundadores) e cidades, respeitando a autonomia de cada parte interveniente. Tal não acontecera em muitas outras alianças, onde eventualmente as cidades acabariam por usurpar os membros rurais. No entanto, note-se que os primórdios da Confederação ficariam ainda assim marcados por constantes conflitos, nomeadamente entre regiões urbanas e rurais, e entre cantões pela disputa de regiões subalternas (Sebastião, 2005: 52-53), algo que acabaria por não colocar em causa o projecto comum:

“Nem as lutas com o exterior para manutenção da independência, nem mesmo as divisões internas, inibem a coragem e a decisão dos confederados. Pelo contrário, reforçam a sua coesão e determinação rumo à formação de uma nação.”

No século XV, a Confederação Suíça inicia uma luta pela posse territorial das regiões em seu redor, aderindo no século seguinte à Confederação os cantões de Basileia (1501), Schaffhausen (1501) e Appenzell (1513), enquanto outras regiões passam a fazer parte da Confederação mas

---

<sup>16</sup> Exemplo do sucesso desta liga fora a Batalha de Morgarten (1315), onde um pequeno grupo de confederados Suíços derrotou um numeroso exército do Império de Habsburgo.

com um estatuto inferior ao dos Cantões. No século XVI a Confederação Suíça já era composta por 13 membros e desenvolvera um poder militar bastante respeitado na Europa (Wilner, 2007: 6-7). Ainda assim, tal poderio não seria suficiente para adoptar uma estratégia de permanente conquista e expansão territorial, pelo que a Confederação centrar-se-ia na defesa da sua segurança e na manutenção de um estilo de vida marcado pela proeminência da liberdade e autonomia. É nesta época que surge o primeiro órgão comum aos Cantões – a Diète – com o objectivo de administrar todo o território confederal, nomeadamente as regiões sujeitas aos Cantões<sup>17</sup>, e discutir sobre matérias de interesse comum, especialmente sobre guerra e paz (Kriesi e Trechsel, 2008: 1).

Contudo, em 1798 Napoleão Bonaparte invade a Suíça e dá-se o fim da Confederação Helvética – o então conjunto de cantões autónomos e independentes com uma ténue ligação -, para ser criada uma República Helvética (1798-1803), com um sistema de poder centralizado e soberano a toda a Suíça. Conforme o art. 1º da Constituição, a Suíça passaria a ser una e indivisível, abolindo o sistema de cantões até então em vigor. De entre as novidades introduzidas pela República Helvética destacam-se o estabelecimento legal da igualdade de indivíduos e territórios, a elevação do Italiano a terceira língua oficial<sup>18</sup>, a impressão de uma moeda e selos nacionais. É implementado um órgão executivo central, o chamado Directório, composto por cinco elementos, e que está na base do actual Conselho Federal (Seiler, 1996: 38), e a Diète é substituída por um Parlamento bi-cameralista.

No entanto, o conflito gerado pela elevada centralização imposta por França ameaçava a desagregação da República Suíça. Napoleão acabaria por passar uma Acta de Mediação (1803), uma nova Constituição, que restaurava grande parte da autonomia dos cantões, numa tentativa de compromisso entre o sistema confederal anterior e a república. A Acta de Mediação resultaria na implementação de uma Constituição federal profundamente influenciada pelos ideais do Iluminismo e que procuraria garantir a liberdade e direitos do cidadão. Antigos territórios anexados pelos cantões confederados ganham autonomia e são elevados a cantões de igual direito. Assim, em 1803, passam a fazer parte da então República Helvética os cantões de São Galo, Grisões, Argóvia, Turgóvia, Tessino e Vaud. Já o cantão de Unterwalden, um dos fundadores da

---

<sup>17</sup> A Diète reunia-se regularmente e era composta por dois elementos de cada Cantão, independentemente da sua dimensão territorial ou populacional, decidindo por unanimidade. As decisões tomadas pela Diète tinham obrigatoriamente de ser ratificadas posteriormente por cada Cantão.

<sup>18</sup> Alemão, francês e italiano passavam a ser consideradas as línguas oficiais a partir de 1798 (Sebastião, 2005: 69), sendo esse estatuto garantido pela Constituição Federal de 1848 (Elmiger e Forster, 2005).

Confederação Helvética, que continuava a actuar enquanto unidade única apesar da cisão oficial de 1340 em dois semi-cantões, formalizaria por completo a divisão ao serem reconhecidos os semi-cantões de Obwalden e Nidwalden enquanto unidades distintas. A estrutura institucional central passaria a ser marcada pela restauração de uma Diète, com um representante por cada cantão independentemente da sua dimensão, e que normalmente se reunia anualmente. Quando a Diète não se reunia, a administração geral da Confederação era atribuída, em sistema rotativo bianual, aos cantões de Zurique, Berna ou Lucerna (Church e Dardanelli, 2005: 165). É igualmente nesta época que surge um dos instrumentos políticos que, ainda na actualidade, marcam o panorama político nacional pela sua extensiva utilização: o referendo.

Ainda assim, tal solução não perduraria durante muito tempo, pois com a queda do império napoleónico, a Suíça voltaria a restabelecer a Confederação de Estados soltos, através do Pacto de 1815, mantendo somente a política externa em comum. Tal como na Confederação anterior à invasão francesa, o objectivo central da Confederação de 1815 era o de garantir a segurança e defesa dos seus membros. A existência de um federalismo com elevada convergência de poderes num Estado central demonstrara ser um sistema demasiado centralizado para uma nação multi-étnica e defensora das suas particularidades como a Suíça. Ainda assim, apesar de curta, a República Helvética trouxera ao país uma experiência que teria efeitos duradouros no sistema político Suíço (Church e Dardanelli, 2005: 164).

A defesa da igualdade entre todos os cantões levaria a Confederação a aceitar a adesão de Genebra, Neuchâtel e Valais<sup>19</sup> em 1815, alargando para 22 o número de cantões membros. Apesar de haver uma promoção da igualdade entre cantões, ao nível da população não seria feita nenhuma provisão que garantisse o estabelecimento de uma verdadeira “cidadania confederal”, com os direitos de cada cidadão a serem unicamente aplicáveis no seu cantão de origem, sendo os indivíduos considerados “estrangeiros” nos restantes cantões (Church e Dardanelli, 2005: 166). Algo que não equivaleria a uma recusa de uma união entre os cidadãos e ao estabelecimento de uma nação. Pelo contrário, defendem Church e Dardanelli que “a sense of Swiss national identity was already present” (Church e Dardanelli, 2005: 166) quando o Pacto de 1815 foi assinado.

O centralismo e a unificação impostos por Napoleão tinham também então resultado em vantagens económicas e sociais que se perderiam com o regresso às autonomias cantonais:

---

<sup>19</sup> Os cantões de Genebra e de Valais foram indexados a França em 1798 após a invasão de Napoleão. Em 1813, readquirem a sua independência e apresentam o seu pedido de adesão à Confederação Helvética.

“the restoration of cantonal autonomy was an obstacle to economic development, as each canton once again minted its own money, levied tolls and customs and had its own system of weights and measures. Doing business between cantons was as complicated as doing it with foreign countries” (Presence Switzerland, 2011).

Tal fragmentação derivada da existência de diferentes sistemas em cada cantão seria por isso encarada como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento e progresso do Estado helvético (Church e Dardanelli, 2005: 167). A Suíça viveria então um período conturbado de divisões e disputas internas, com os cantões mais conservadores a defenderem a manutenção de um federalismo ténue e os cantões mais liberais a defenderem a necessidade de uma maior centralização<sup>20</sup>. A divisão do país acentuar-se-ia através das disputas religiosas, com um crescente desentendimento entre Católicos conservadores e Protestantes liberais.

A discórdia levaria sete cantões conservadores de maioria católica a formar secretamente<sup>21</sup>, em 1845, a chamada *Sonderbund*, uma Liga Separatista que visava defender os seus interesses contra a centralização de poderes. No ano seguinte os liberais responderiam militarmente por meio do Exército Federal, iniciando-se uma guerra civil que não duraria mais do que 26 dias e tirando a vida a pouco mais de cem homens (Kriesi e Trechsel, 2008: 2). A batalha principal desenrolar-se-ia em Lucerna, onde a vitória das forças liberais levaria os membros da *Sonderbund* a render-se. Com o desfecho favorável às forças liberais na guerra civil Suíça estabelecia-se um marco na história do país.

A nova orientação do país levou ao estabelecimento de uma nova Constituição, em 1848, e à fundação do Estado Federal Suíço moderno. Os Suíços seriam, pois, os primeiros europeus a estabelecer uma República Constitucional, um caso exemplar para todo o continente (Gabriel, 2000: 11). O Estado Suíço caracteriza-se por centralizar e harmonizar algumas das competências anteriormente soberanas aos cantões, criando uma coesão nacional e favorecendo o desenvolvimento económico. Claramente inspirado pelo modelo federalista norte-americano, foi criado um Parlamento Federal com poderes legislativos, e formado por duas câmaras,

---

<sup>20</sup> Tais confrontos levariam mesmo à secessão, em 1833, do cantão de Basileia em dois semi-cantões: Basileia-cidade e Basileia-campo.

<sup>21</sup> Apesar do regresso a um sistema de Confederação, a Constituição de 1815 colocaria alguns limites à liberdade e soberania dos diversos cantões, nomeadamente no estabelecimento de contractos ou alianças com entidades externas ou entre cantões. Refere o art.º 6 que “les cantons ne peuvent former entre eux de liaisons préjudiciables au pacte fédéral, ni aux droits des autres cantons.” (Digithèque MJP, 2007). Assim, à luz do Tratado Federal Suíço de 1815, o estabelecimento de uma aliança entre uma parte dos cantões era ilegal por entrar em conflito com os ideais defendidos pela Confederação. (Church e Dardanelli, 2005: 167).

representando a população (*Nationalrat*) e os cantões (*Ständerat*), e um Tribunal de Justiça Federal. Como características inovadoras do sistema Suíço, o poder executivo seria atribuído a um Conselho Federal<sup>22</sup>, composto por sete membros e com uma Presidência rotativa, e seria implementada a democracia directa (Gabriel, 2000: 11)<sup>23</sup>. O estabelecimento deste novo quadro institucional, assente em instituições federais, constituiria para Church e Dardanelli (2005: 168) a maior inovação face às Constituições Suíças anteriores.

Ainda assim, a Constituição mantém a elevada autonomia e soberania dos cantões e das suas comunas, tal como era defendido pelos cantões mais conservadores, não alienando as especificidades dos vários níveis sub-nacionais. Este entendimento conseguiria portanto encontrar um equilíbrio entre os excessos da República e as deficiências da Confederação. Desse modo, a Suíça:

“established the proper mechanisms and institutional balances that were needed to solidify the nascent Swiss nation and remedy the linguistic and ethnic differences that it encompassed. From that point on, a strongly unified Swiss nation prospered within a unified political federal system.” (Wilner, 2007: 10).

A partir da Constituição de 1848 gerou-se um equilíbrio institucional que “ended any possibility that Switzerland might break up” (Chancelaria Federal, 2005), através de um compromisso entre liberais vitoriosos e conservadores derrotados, surgindo uma Suíça forte e unida por um sistema federal. Apesar de a Constituição ter sofrido, posteriormente, duas profundas revisões (em 1874<sup>24</sup> e em 1999), a estrutura política criada pela Constituição de 1848 mantém-se, desde então, praticamente inalterada. Pelo contrário, a distribuição das competências e poderes entre os diferentes níveis federais (cantonal e federal) sofreram profundas alterações, com uma significativa transferência da soberania de âmbito cantonal para o nível da Confederação (Church e Dardanelli, 2005: 164). Desde a implementação do Estado Federal moderno em 1848 e até à revisão Constitucional de 1891 não deverá ser igualmente descurada a importante introdução de instrumentos de democracia directa que possibilitam a participação activa da

---

<sup>22</sup> Uma lei não escrita de proporcionalidade estipula que não seja eleito mais do que um Conselheiro por cantão, que as duas religiões principais estejam representadas (Catolicismo e Protestantismo) e que pelo menos dois Conselheiros não sejam germanófonos.

<sup>23</sup> A data de introdução de um sistema de democracia directa na Suíça não é unânime. Abordaremos essa questão mais adiante nesta dissertação.

<sup>24</sup> A Constituição de 1874 atribuiria mais poderes à estrutura central da Confederação Helvética, procedendo-se a uma centralização de matérias relacionadas com defesa, direito privado, transportes e ambiente (Church e Dardanelli, 2005: 169).

população nos processos políticos do país ao nível federal. Note-se que a democracia directa era já uma prática habitual ao nível cantonal antes de ser adoptada ao nível mais elevado da estrutura política Suíça (Church e Dardanelli, 2005: 180). Em 1848, seria introduzida a obrigatoriedade de a população votar a alteração à Constituição Federal, requerida por uma maioria parlamentar, através do referendo obrigatório<sup>25</sup>. A democracia directa viria a ser expandida com as reformas constitucionais efectuadas em 1874 e 1891, alargando ainda mais os poderes conferidos aos eleitores Suíços. A reforma da Constituição em 1874 teria como a mais significativa inovação a introdução do referendo facultativo, através do qual a população, recolhendo a assinatura de 50.000 eleitores, tem a possibilidade de referendar uma decisão efectuada ao nível federal, aprovada pelo Parlamento Federal<sup>26</sup>. Mais tarde, em 1891, seria incluída a iniciativa popular. Esta define-se por possibilitar que os cidadãos Suíços possam, ao recolher um número mínimo de 100.000 assinaturas num prazo de 18 meses, apresentar propostas de revisão parcial da Constituição, incluindo em assuntos relacionados com a Europa<sup>27</sup>, sendo posteriormente a proposta votada em referendo.

## **2.2. Unida na Diversidade**

A Suíça é um país onde a multiplicidade cultural, linguística e religiosa se traduz numa das características inegáveis de diversidade com que os cidadãos se deparam no seu quotidiano. Caso paradigmático de união na diversidade, apresenta-se como um verdadeiro “mosaic of great linguistic, ethnic, and religious complexity” (Wilner, 2007: 13). Tal diversidade não só é reconhecida como, inclusive, é o próprio governo um dos defensores do multilinguismo e do multi-eticismo. A alínea 2 do art.º 2 da Constituição do país reitera que é um dos objectivos da Confederação a promoção da pluralidade cultural do país (Confederação Suíça, 2003: 1). Tal missão contraria a opinião expressa por Louay Safi (1992) de que os governos nacionais tenderão a eliminar a heterogeneidade cultural. Procuraremos, pois, apresentar um panorama das principais segmentações que desenvolvem a multiculturalidade da Confederação Suíça, nomeadamente ao nível do multilinguismo e da diversidade religiosa<sup>28</sup>, que, a nosso entender, serão a base do multiculturalismo Suíço e das divisões intra-sociedade.

---

<sup>25</sup> Para que a alteração à Constituição seja aprovada é necessário obter uma dupla maioria (populacional e de cantões).

<sup>26</sup> Actualmente é necessário recolher a assinatura de 50.000 signatários até 100 dias após a legislação ter sido adoptada. Até 1977 o número de assinaturas mínimo era de 30.000, e até 1996 o período de recolha de assinaturas era de 90 dias. Para que o referendo seja aprovado tem de haver maioria populacional.

<sup>27</sup> Até 1977 o número mínimo de assinaturas era de 50.000, não existindo um período de prescrição.

<sup>28</sup> A multiculturalidade não se esgota naturalmente nestas duas dimensões, havendo uma variedade de distinções, costumes e interesses associados a diferentes grupos da sociedade (Pfaff-Czarnecka, 2004: 77).



### 2.2.1. A diversidade linguística

A diversidade linguística é, indiscutivelmente uma das imagens de marca da Confederação Helvética. Com pouco mais de 7.7 milhões de habitantes, a Suíça é caracterizada pela coexistência de quatro línguas nacionais: alemão, francês, italiano e romanche<sup>29</sup>. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas Suíço, o Alemão é o idioma nacional mais falado na Suíça (63.7% da população), seguido do Francês (20.4%), do Italiano (6.5%) e do Romanche (0.5%) (Federal Statistical Office, 2011)<sup>30</sup>.

Contudo, segmentar a população Suíça em quatro grupos linguísticos será apresentar um quadro demasiado simplista face à real multiplicidade linguística a que se assiste no país. Na verdade, à excepção da língua francesa, existe uma tal pluralidade de dialectos em cada um dos restantes idiomas – Alemão, Italiano e Romanche – que a percepção de homogeneidade intra-comunidades linguísticas não passará de uma mera ilusão.

Na Suíça alemã, apesar de o Alemão padrão ser a língua de utilização oficial, a língua coloquialmente utilizada pela população é na realidade um dialecto designado por *Schwyzerdeutsch* (Alemão Suíço), havendo mais de 20 variantes distintas dispersas pelos vários cantões (Wilner, 2007: 11). Na Suíça italiana, existem três dialectos do Italiano padrão, continuando este último a ser o idioma escrito partilhado pela comunidade. Já na mínima comunidade nativa da língua Romanche (cerca de 60.000 falantes), existem dois dialectos literários e outros dois somente coloquiais, sem componente escrita (Wilner, 2007: 11). A comunidade francófona Suíça é, assim, de facto, a única que não se vê confrontada com a existência de dialectos, partilhando o mesmo idioma padrão. A nível geográfico, as comunidades linguísticas encontram-se, em geral, circunscritas às fronteiras cantonais. A Suíça é composta por 26 cantões<sup>31</sup>, dos quais 17 são oficialmente de expressão alemã, quatro francófonos, um italiano, três são bilingues (alemão e francês) e finalmente um trilingue (alemão, italiano e romanche). Assim, será com naturalidade que chegaremos à conclusão de que na Suíça a língua não poderá constituir um elemento de unificação ou homogeneidade (Sebastião, 2005: 111), apresentando-se enquanto factor impeditivo à existência de uma Nação no sentido cultural da palavra. Pelo contrário,

“language and culture is precisely what *separates* the Swiss from each other” (Theiler, 2004: 644).

---

<sup>29</sup> A língua Romanche foi reconhecida como Língua Nacional, em 1938, mas não tem estatuto de Língua Oficial.

<sup>30</sup> Ver Figura 1 (Anexo I).

<sup>31</sup> Ver Figura 2 (Anexo I).

De facto, note-se que as divisões linguísticas motivaram algumas fragmentações de ordem intra-estatal em momentos históricos específicos, nomeadamente aquando da I Guerra Mundial. Defende Andreas Wimmer que as tensões linguísticas:

“produced a serious crisis during World War I, when for the first and only time in Swiss history political alliances became realigned on the basis of language” (Wimmer, 2002: 236).

Nesta época, alguns segmentos da Suíça alemã demonstram sinais de apoiar as forças do Eixo, em contraponto com a manutenção da neutralidade Suíça defendida pela comunidade francófona. Tal “ethnicisation of politics” (Wimmer, 2002: 236) não se confinaria somente às elites, fazendo-se igualmente sentir ao nível do ramo militar, da sociedade civil e da comunicação social (Wimmer, 2002: 236-237). Ainda assim, a disparidade de posições não perduraria durante muito tempo, com as instituições federais a actuarem rapidamente de forma a reconciliar as comunidades linguísticas e reforçar a posição neutra do país. No final, “signs of popular trans-ethnic patriotism” (Wimmer, 2002: 237) garantiam o sucesso da reconciliação do país. A II Guerra Mundial, pelo contrário, originaria o efeito oposto da primeira nas comunidades linguísticas:

“binding the country strongly together (...), the main linguistic communities banded together as never before in their opposition to Nazism and Italian and German imperialism.” (Schwok, 2009: 96).

Exceptuando, pois, o período da primeira Guerra Mundial, onde por momentos a fidelidade linguística criou um fosso entre germanófonos e francófonos, a comunhão entre as diferentes comunidades tem sido bastante pacífica. Ainda assim, a clivagem linguística é uma realidade que se tem manifestado, ainda que de forma pacífica, através dos plesbicitos e das votações efectuadas no país helvético. Aliás, na década de 90 ganhou alguma proeminência quando originou um resultado antagónico entre as principais comunidades linguísticas – germanófona e francófona – numa das mais importantes votações efectuadas a nível nacional sobre a questão europeia, e à qual faremos referência mais adiante nesta dissertação.

### **2.2.2. A diversidade religiosa**

Na Suíça não existe uma religião oficial. Sendo a religião um assunto da responsabilidade de cada um dos cantões, compete a estes regulamentar a relação entre as comunidades religiosas e o território cantonal. Ainda que na maioria dos cantões exista um reconhecimento oficial de uma ou

mais religiões, o cenário religioso demarca-se por elevadas disparidades: enquanto em certos cantões existe uma total separação entre Estado e religião, o caso de Genebra e Neuchâtel, noutros existe uma religião oficial, como em Zurique (Cattacin et al, 2003: 5).

Ao nível da religião professada, existe também uma elevada heterogeneidade na Suíça<sup>32</sup>. Apesar de o cristianismo ser claramente a base religiosa da maioria da população, existe uma clara divisão interna com Catolicismo e Protestantismo, com ambos a serem actualmente professados por 41.8% e 35.3% da população, respectivamente (Chancelaria Federal, 2011: 8).

Existe pois uma relativa divisão equitativa entre os principais grupos religiosos originária de um verdadeiro fosso entre na vida religiosa do país. Situação que, à semelhança da diversidade linguística, é na contemporaneidade bastante pacífica em contraste com a situação que a Confederação Helvética experienciou em séculos anteriores. Nota Jonathan Steinberg que especialmente entre os séculos XVI e XIX conflitos religiosos propagaram no seio da comunidade helvética, dos quais a cisão entre os semi-cantões<sup>33</sup> de Appenzell Interior (católico) e Appenzell Exterior (protestante) em 1597 é um exemplo crasso (Steinberg, 1996: 14).

No campo das batalhas religiosas, a Suíça não se caracterizou por ter uma realidade muito diferente daquela que caracterizou o resto da Europa, com a hegemonia da igreja católica e ser posta em causa pela igreja reformadora em alguns dos cantões suíços. No entanto, a religião já não é uma estrutura tão decisiva no quotidiano Suíço como fora outrora, e as divisões com base nesta estão a desaparecer gradualmente (Steinberg, 1996: 232-233; Kriesi e Trechsel, 2008: 15). A religião fora outrora o elemento mais influente de clivagem na sociedade Suíça, conforme comprova o estudo de Alexander Trechsel (1995). No entanto, e ainda que se mantenha relativamente importante na cena social, Alexander Trechsel (1995: 33) constata que perdeu a sua predominância, em parte devido ao aumento da laicização do eleitorado Suíço.

### **2.2.3. As ligações linguístico-religiosas: uma coincidência afortunada**

As diferenças internas relativas aos idiomas e às religiões professadas poderiam ser motivo de uma elevada instabilidade no país pela profunda disparidade que representam. De facto,

---

<sup>32</sup> Ver Figura 3 (Anexo I).

<sup>33</sup> A Constituição da Confederação Helvética de 1999 aboliu a distinção entre semi-cantões e cantões, sendo actualmente a Suíça formada por 26 cantões. No entanto, os antigos semi-cantões continuam a dispor somente de um representante no Conselho de Estados e a ter metade do peso dos outros cantões para o cálculo da maioria cantonal em referendos nacionais (Kriesi e Trechsel, nota 5, 2008: 38). Como tal, optaremos por manter a definição de semi-cantão por razões explicativas e de compreensão de resultados eleitorais.

acontecimentos históricos demonstram que a Suíça não ficou impune de sofrer momentos conturbados derivados da sua multiplicidade cultural. Note-se a esse propósito da independência do cantão do Jura em 1979, francófono e católico, face ao cantão de Berna, de maioria germanófona e protestante. Um episódio excepcional face à elevada estabilidade e solidez que caracteriza a construção do tecido social Suíço e que se deve a um “fortunate historical accident” (Wilner, 2007: 13): as fronteiras linguísticas e religiosas não são coincidentes. De facto, Catolicismo e Protestantismo são, em certa medida, praticados em todos os cantões, operando como um elemento de contrabalanço face à lealdade linguística. Como tal não existe nenhum grupo maioritário (a nível linguístico e religioso) que possa impor autonomamente a sua vontade nos processos políticos do país (Wilner, 2007: 14). Assim:

“many social divisions in Switzerland are both misleadingly compartmentalized (because of the existence of dozens of various German, Italian and Romansch dialects) and difficult to understand because of the cross-cutting nature of religious practice.” (Wilner, 2007: 14).

Ao abordar a questão da diversidade Suíça será por isso fundamental compreender que a multiplicidade interna muito dificilmente poderá ser compartimentada e que, de facto, existe uma elevada intersecção entre as várias expressões culturais e étnicas que tornam o enredo da diversidade Suíça especialmente enriquecido.

### **2.3. O Estado-Nação Suíço**

Alexander Wilner definiria a Suíça enquanto um “rather unusual and curious political animal” (Wilner, 2007: 22). De facto, a sua estrutura política extraordinária congrega uma multiplicidade de povos, e é de tal forma bem sucedida na acomodação de tal diversidade que a Suíça é um país coeso, unido e solidário na sua gestão. Esta união na diversidade tem no entanto suscitado a dúvida sobre a verdadeira índole nacional deste Estado. Afinal, estamos perante uma Suíça formada por uma ou várias nações? A dicotomia entre estas duas perspectivas, que, em certo ponto, se traduzem da percepção do país enquanto *Kulturnation* ou *Willensnation*, é alvo de disputa entre teóricos que abordam o caso Suíço. A multiculturalidade do país é, inegavelmente, um dos grandes promotores de discórdia, tendo a questão linguística recebido, por parte de diversos autores, uma atenção especial na definição da nação Suíça.

Para Ipperciel (2007) a Suíça não poderia ser comparada a um Estado-Nação pelo facto de a

inexistência de uma língua única impossibilitar a comunicação entre os seus membros, impedindo a criação de um verdadeiro espaço público de partilha. Dessa falta desse espaço comunicacional único resultaria, portanto, a impossibilidade de se formar um Estado-Nação. Também Tobias Theiler refere que a Suíça, ao contrário dos seus vizinhos europeus, não é um Estado-Nação porque a população Suíça não dispõe de uma língua nacional única, e, mais genericamente, de uma cultura uniforme que funcione enquanto “boundary marker and unifying glue” (Theiler, 2004: 643). Para estes autores será evidente a percepção de Estado-Nação baseada na componente de *Kulturnation*, impossibilitando a existência de um Estado uninacional. Como analisado anteriormente, à luz de uma definição de Estado-Nação onde uma composição étnico-cultural da população essencialmente homogénea será fundamental, a Federação Suíça encontra-se numa situação completamente desfasada. De facto, e analisando a Suíça simplesmente enquanto produto cultural seria com naturalidade que chegaríamos a essa mesma conclusão, e apresentá-lo-íamos antes enquanto Estado Multinacional.

Contudo, e encarando a Suíço como um Estado com Nações múltiplas, assistimos a paradoxos relevantes. Por natureza, defende Andrew Heywood (2004), uma nação procurará atingir uma independência política que possibilite formar o seu Estado-Nação, cenário inexistente na Confederação Helvética. De facto, as principais comunidades linguísticas (germanófono e francófono) são completamente contra uma secessão do país, defendendo que a Suíça se mantenha enquanto um Estado único (MIS Trend e L'Hebdo, 2009: 29)<sup>34</sup>. Strijbis e Eugster, ao analisarem as diversas comunidades linguísticas na Suíça e o seu impacto no nacionalismo, notaram que:

“swiss linguistic communities neither perceive themselves as distinct ‘nations’ nor identify themselves primary with their linguistic groups, but identify with Switzerland in general” (Strijbis e Eugster, 2010: 7).

Assim, a diversidade cultural e étnica do país impede a existência de um intrínseco vínculo à nação Suíça e ao Estado por parte das várias comunidades. Concluem Strijbis e Eugster (2010) que uma vasta maioria da população se sente ligada (46.8%) ou fortemente ligada (45.9%) ao país. Com 92.7% da população a manifestar o seu patriotismo e ligação à Suíça, existe um elo de conexão comum à população que não esmorece pela notória diversidade cultural, evidenciando a existência

---

<sup>34</sup> O estudo *Sophia 2009* demonstra que 92% da população Suíça é contra uma secessão, e que apenas 7% apoia esse desfecho (MIS Trend e L'Hebdo, 2009: 29).

de uma verdadeira nação. A forte ligação à Suíça é aliás uma constante que tem sido comprovada por vários estudos efectuados desde o final do século XX. O orgulho em ser Suíço e a ligação dos cidadãos à Suíça têm mantido elevados índices desde 1999 a 2009<sup>35</sup>, reforçando a existência de uma forte união que une a população Suíça em torno do seu país, à semelhança do que acontece nos Estados da UE<sup>36</sup>. Além do mais, a população Suíça reconhece que, apesar da sua diversidade cultural, existem factores que reconciliam as diferentes comunidades. De acordo com o estudo *Sophia 2009*, a ligação identitária nacional é o factor que mais Suíços reconhecem aproximar a população, suplantando mesmo a situação económica (MIS Trend e L'Hebdo, 2009: 6).

A existência de um Estado-Nação que não se sujeite às premissas da *Kulturnation* é, por isso, evidente a partir da análise do caso Suíço. Jonathan Steinberg (1996: 2519), ao analisar o processo de construção do Estado Suíço, caracterizado pelas diversas rivalidades internas, afirmaria que “it is true that Switzerland is not a multinational state but it is not a conventional state either”.

De facto, a Confederação Suíça nasceu em condições singulares e excepcionais, e construiu um sistema que fomentou a resolução dos conflitos internos e garantiu a multiculturalidade enquanto elemento central do dia-a-dia do país. O Estado-Nação Suíço caracteriza-se, pois, por dispor de uma elevada estabilidade, sobressaindo a sua excepcionalidade aquando da comparação com os sentimentos nacionalistas de base étnica ou cultural que assolam outros Estados<sup>37</sup> (Wilner, 2007: 3). Tais manifestações, defende Alexander Wilner (2007: 3), não têm equivalente na Suíça, e o país continua sendo “an island of calm and healthy multi-ethnicity in a sea of increasingly turbulent and oftentimes violent sub-state national aspirations”. Analisemos, pois, de que modo a Suíça constitui um verdadeiro caso de sucesso de construção de um Estado-Nação e, nessa medida, um *case study* na área dos Estados-Nação multi-étnicos.

### **2.3.1. A Suíça enquanto Estado por vontade própria**

A existência de formas alternativas ao do Estado-Nação monocultural abrem as portas à possibilidade de a Suíça se fomentar enquanto Estado-Nação por outros meios que não pela homogeneidade cultural. O Estado-Nação Suíço foi forjado ao longo dos últimos séculos como

---

<sup>35</sup> Ver Gráfico 1 (Anexo II).

<sup>36</sup> De acordo com dados do Eurobarómetro, de 1999 a 2007, a percentagem dos cidadãos da UE que se encontravam ligados ou muito ligados ao seu Estado situava-se em média entre os 89 e 91%. Nos anos em que a ligação ao país foi inquirida tanto na Suíça como na UE, a ligação dos Suíços ao seu país era mesmo, à excepção de 1999, ligeiramente superior àquela da média da UE (ver Tabela 1, Anexo III).

<sup>37</sup> Alexander Wilner (2007) refere os casos do Quebec no Canadá; da Flandres e da Valónia na Bélgica; da Irlanda do Norte no Reino Unido; e da Catalunha e País Basco em Espanha.

resultado da vontade própria de união e da acção dos seus cidadãos. A Suíça não se construiu na ilusão de uma unidade cultural, assumindo um contrato social entre os diferentes sectores da sociedade e construindo-se enquanto verdadeira *Willensnation* (Zierhofer, 2005: 232). Ainda que este contrato seja algo de abstracto e invisível, esta vontade de união e coesão da nação Suíça é expressa no dia-a-dia da sociedade (Wilner, 2007: 21). Assim, e ao analisar o processo de construção e manutenção da Confederação Suíça, defenderemos pois a tese de que esta se estabeleceu enquanto um Estado-Nação alternativo à *Kulturnation*.

Já em 1882, o historiador francês Ernest Renan refutava a obrigatoriedade de a Suíça necessitar de uma língua comum para se definir enquanto Estado-Nação e exultava a existência de uma nação por livre vontade:

“Il y a dans l’homme quelque chose de supérieur à la langue: c’est la volonté. La volonté de la Suisse d’être unie, malgré la variété de ses idiomes, est un fait bien plus important qu’une similitude souvent obtenue par des vexations” (D’Agostino et al, 2004: 106).

Também Bruno Schoch defende que a Suíça é exemplo claro de uma via alternativa ao da *Kulturnation*, onde o Estado fora bem sucedido na integração política de diferentes afinidades étnicas (Schoch: 2000, II). De facto, apesar dessa notória diversidade cultural, outros factores contribuíram para a construção de uma nação Suíça ao longo do tempo (Christin e Trechsel, 2002: 417). Na génese de criação da Confederação Suíça está o desejo de se unir de com o intuito de formar um Estado-Nação multicultural. Conforme Alexander Wilner (2007: 20) refere:

“any national project must depend, first and foremost, on a commonly-shared *will*, so that a nation is a group that *wants* to be treated as politically sovereign.”

Uma união que, apesar de tudo, não ficou livre de constantes contendas e conflitos internos derivados da sua diversidade interna e dos diferentes interesses associados aos diferentes grupos. Inegavelmente, “a national anomaly does indeed exist in the nation-state of Switzerland” (Wilner, 2007: 2), mas tal facto não impede que a Suíça não disponha de elementos característicos a um Estado unitário que reúne a sua população sob a égide de um objectivo comum. A Suíça é um caso de *Willensnation*, de um Estado cuja Nação nasceu de um impulso de congregação voluntária. O desejo de união acabaria pois por falar mais alto do que as divergências culturais. Conforme Ernest Weibel (1997: 45) notou:

"le consensus et la volonté de vivre ensemble ont permis à cet assemblage hétéroclite de tenir pendant longtemps : c'est le miracle suisse."

De facto, na base da nação Suíça estará um entendimento entre as diferentes etnias Suíças que levou ao reforço dos objectivos que os uniam, em detrimento de centrar a atenção nas suas diferenças e divisões internas (Wilner, 2007: 16). Assim, defenderemos também que a falta de homogeneidade cultural não será impedimento ao surgimento do Estado-Nação Suíço, na medida em que outros elementos, de força ainda maior, possibilitam criar esta conexão da sociedade. Ainda que as diferentes partes integrantes do projecto de construção nacional sejam discrepantes, é esta determinação de união e comunhão um dos garantes da estabilidade do país, e elemento essencial na definição da identidade nacional. Esta vontade de união é de tal forma prevalente que até os conflitos internos e externos com que a Confederação teve (e ainda tem de se deparar) acabam por ser, em última análise, um factor fortalecedor do Estado-Nação Suíço. Como tal:

"because of the need to balance the bonds within the confederation as well as with external powers, each crisis contributed to the cohesion of the confederation and strengthened its autonomy" (Zierhofer, 2005: 226).

### **2.3.2. O elo de ligação pela cidadania política**

Pela falta de um conjunto de características culturais que cimentassem a união da Nação Suíça, a *Willensnation* Suíça acabaria naturalmente por desvendar um conjunto alternativo de elementos que fomentassem a coesão nacional. A "pronunciada fragmentação" entre as comunidades linguísticas e religiosas acabaria por ser solucionada através de soluções institucionais e pela emergência de uma cultura política de ideais republicanos (Pfaff-Czarnecka, 2004: 78),

"the citizenry as bound together not by cultural commonalities, but by sharing equal rights and obligations" (Pfaff-Czarnecka 2004: 77)

Como tal, as várias comunidades suíças desenvolveriam uma intrínseca ligação às instituições cívicas e políticas que fomentavam a democracia em cada um dos Cantões e garantiam a unidade da Nação. Existe um elo de ligação que, não baseado no factor étnico, garante no entanto a unidade do país através de uma forte ligação às instituições políticas, aquilo a que Jürgen Habermas apelidou de "institutional attachment". Os vários cidadãos, independentemente da sua envolvente cultural, partilham por isso de uma identidade cívica e política. As instituições e



ferramentas políticas são, sem dúvida, o elemento unitário e de coesão que possibilitou colocar em prática o projecto de fundação da *Willensnation* e que tem garantido às diferentes etnias e comunidades helvéticas manter uma consolidada união. Nenad Stojanovic (2003: 57) recorda, aliás, que aquando do estabelecimento do Estado Federal em 1848, o conceito de nação “was used exclusively as a political concept, designing the entire body of citizens”.

Face à importância do factor político na definição da ligação entre o povo Suíço, Bruno Schoch (2000) e Wodak et al (2009) complementarizam a definição de *Willensnation* com a de a *Staatsnation*, ou seja, a Nação política, que se define por ser:

“a politically constituted people of free and equal citizens who participate in the political institutions, demonstrate their allegiance to them by an act of will, and assume responsibility for them” (Schoch, 2000: 9).

O facto de os cidadãos Suíços se encontrarem associados por uma cultura política comum, isto é, “a common attachment to a set of fundamental political principles and institutions (...) buttressed by a set of myths about past heroic struggles to defend these principles against outside aggressors” (Kriesi e Trechsel, 2008: 11) cria o elo de ligação, o denominador comum que possibilita a existência de uma Nação Suíça (Christin e Trechsel, 2002: 418). De facto, a elevada ligação da população ao seu Estado, mas também às estruturas políticas subnacionais (comunas e cantões) evidencia que na génese da Nação se encontra embebida a ideia de que a Suíça é sobretudo um Estado construído pela sua população, suportado pelas diversas instituições políticas, e que a fomentação de tal nacionalidade se fará através da prática do civismo, da democracia e da participação política activa. Por isso, defende Bruno Schoch (2000: 10) que “the Swiss concept of the nation is an exclusively political one, and nationality a synonym for citizenship”.

Note-se, no entanto, que este denominador (político) comum é bastante ténue, sendo o seu propósito garantir precisamente que a nação Suíça seja culturalmente diversa e mantenha as suas especificidades cantonais (Kriesi e Trechsel, 2008: 11). Assim, e a nosso entender, a homogeneidade cultural não poderá ser entendida como o elemento primordial e essencial na definição do Estado-Nação independentemente do Estado ao qual seja feita referência. Apoiaremos, portanto, a visão de que um Estado-Nação poderá também resultar da vontade cívica e política de união, e que a Confederação Suíça representa um exemplo de *Willensnation*, mais especificamente de *Staatsnation*. Assim, e ainda que sendo um verdadeiro “festival de minorias” (Dewulf et al, 2008: 1), a Suíça deverá ser encarada com um Estado-Nação. Optar-se-á, pois, no

decorrer da presente dissertação, por uma perspectiva uninacionalista, baseada no carácter de nacionalidade política que legitima a criação e manutenção de um Estado Suíço.

### **3.3.3. O papel da cultura na definição da nação Suíça**

A recusa de entendimento do Estado Suíço enquanto Multinacional não deverá ser, no entanto, entendida como uma rejeição ao multiculturalismo *per se* e à existência de uma multiplicidade étnica dentro das suas fronteiras. De facto, será inegável a existência de uma multiplicidade de grupos culturais que fazem da Federação Suíça um verdadeiro mosaico de realidades. Tal realidade resulta, por isso, num Estado multicultural. Contudo, tal multiplicidade não será originária de um Estado Multinações na medida em que não é através do elo cultural que o país sente a sua unidade dos cidadãos e através do qual se estabeleceu durante a formação do Estado federal. Daí a importância de se estabelecer uma clara distinção entre Estado Multinações e Estado Multicultural.

No entanto, uma nação, ainda que fruto de uma vontade intrínseca de união, não nasce de um vácuo. Como tal, e ao encarar a Suíça como Estado-Nação por vontade própria, não recusaremos a existência de factores históricos e étnicos que estarão na base da sua formação e solidificação. Como Andrew Heywood (2004: 99) defende, “there are strong reasons for believing that to some degree all nations have been shaped by historical, cultural or ethnic factors.”

Assim, e ao concentrar-nos nas características-chave e determinadoras da identidade nacional Suíça que, a nosso ver, são de índole política, admitiremos no entanto a existência de uma delicada base étnica no Estado Suíço, decorrente de uma história comum e da generalização de uma mitologia a toda a sociedade. Tal linha de pensamento fora aliás seguida por Anthony Smith (1991), que nos apresenta uma definição de “nação” baseada simultaneamente no carácter cívico e étnico da comunidade, conjugando dessa forma elementos da *Kultur* e *Willensnation*. Para o autor, nação deverá ser entidade como uma:

“named human population sharing a historic territory, common myths and historical memories, a mass public culture, a common economy and common legal rights and duties for all members” (Smith, 1991: 14).

Ainda que igualmente fazendo referência a elementos cívicos, esta definição apresenta como elemento forte a ligação histórica da comunidade aos seus antepassados, notando-se, pois, a sua índole étnica. Como tal, existe na base na nação Suíça traços de índole étnica que contribuem

para a fomentação e consolidação da unidade entre os seus elementos, algo igualmente defendido por Sónia Sebastião, para quem:

“A nacionalidade suíça é ‘cimentada’ por um substracto cultural constituído por símbolos, mitos, história e pela política federal” (Sebastião, 2005: 98).

Deste modo, note-se que, apesar da multiculturalidade do país, existe um conjunto de instrumentos de origem étnica e cultural que mesmo assim se encontra enraizado na nacionalidade Suíça, fruto de uma vivência comum no território helvético, e que garante ao país a existência de uma (delicada) comunhão cultural. Tal elo de ligação, apesar de insuficiente para garantir por si só a unidade da população, é revelador de uma base étnica que assiste a formação da Confederação Helvética.

## **2.4. A Identidade Nacional Suíça**

Reconhecendo que a Suíça se formou enquanto Estado-Nação por vontade própria, e que faz uso das instituições políticas e componente cívica da vida em sociedade como elemento de ligação, debrucemo-nos um pouco mais sobre a identidade que garante a coesão nacional Suíça. A análise das bases teóricas de formulação da identidade nacional possibilitou perceber a multiplicidade de factores susceptíveis de fomentar e dar força à existência de um elo de ligação no Estado-nação. No caso Suíço, ainda que essa tarefa se revele mais complexa pelo facto de não existir uma vasta leque de características que sejam comuns à população (Schwok, 2009: 93), note-se que a “swiss identity has much deeper and stronger roots than many Swiss imagine” (Steinberg, 1996: 128).

A particularidade do caso Suíço, e da identidade nacional a este associada, resulta da existência de uma nação que partilha de uma identidade cívica e política, independentemente das expressões culturais aos quais os diversos elementos possam estar igualmente associados. A Suíça é assim um caso excepcional no modo como construiu a sua nacionalidade e agregou um vasto e heterogéneo número de cidadãos sob uma identidade comum. Um feito extraordinário, não fosse o multiculturalismo do país um potencial demolidor desse sonho de união e fraternidade. Invariavelmente, face à diversidade e a conflitos internos, “Swiss national identity developed slowly and painfully as a process of conflict resolution.” (Steinberg, 1996: 51). Note-se que já em 1815, aquando do reestabelecimento de uma Confederação Helvética após o período napoleónico, os cantões poderiam ser apelidados de Estados soberanos, mas o mesmo já não se poderá dizer

relativamente ao termo de Estados-Nação (Dardanelli, 2005a). Defende Paolo Dardanelli (2005a) que:

“even if they were determined to defend their autonomy vis-à-vis encroachment from the centre, they accepted that a sense of Swiss national identity was already present”.

Confirma-se por isso a existência de uma identidade nacional Suíça, defende igualmente René Schwok (2009: 93). Procederemos de seguida à decomposição dos elementos que, a nosso entender, são a base da identidade nacional Suíça. Estes permitir-nos-ão definir concretamente quais os elementos intrínsecos a esta forma de identidade que serão posteriormente analisados em contraponto com o eurocepticismo suíço.

#### **2.4.1. Os elementos-base da identidade nacional Suíça**

Hanspeter Kriesi (1998), ao definir a identidade nacional Suíça, daria um importante contributo na percepção da importância do papel desempenhado pelas estruturas políticas do país. Defende o autor que:

“l’identité suisse, si identité commune il y a en Suisse, ne peut être autre chose qu’une identité politique et, par conséquent, les institutions politiques qui se sont développées en Suisse au fil des années assument une signification particulière pour le maintien de cette identité” (Kriesi, 1998: 5).

Como tal, e identificando essas mesmas instituições políticas, reforçaria a preponderância de três instrumentos do sistema Suíço que determinam a identidade nacional do país. A neutralidade, o federalismo e a democracia directa são para Hanspeter Kriesi, mas igualmente para outros autores (Theiler, 2004; Christin e Trechsel, 2002; Dardanelli, 2007) a base da identidade nacional Suíça, e a instrumentalização dos valores defendidos pela mesma. A estas três instituições políticas, acreditamos ser relevante acrescentar a própria soberania política do país, na medida em que esta é igualmente um aspecto fundamental nesta *Willensnation* e adquiriu um verdadeiro simbolismo identitário.

A importância da esfera política na definição da identidade nacional do país helvético levaria Paolo Dardanelli (2007: 19) a defender que a identidade nacional Suíça se encontra assente no “constitutional patriotism”, na ligação e no valor que a população atribui às instituições políticas. Analisando um recente estudo efectuado no país, o 7.º Barómetro da Identidade do

Credit Suisse, realizado em 2010, confirmaremos a importância das instituições políticas para a sociedade Suíça, com mais de 90% da população a ter orgulho ou muito orgulho na independência e autonomia do país, na política de neutralidade e nos mecanismos de participação popular, e o orgulho no federalismo a ficar pouco abaixo dos 90% (Credit Suisse, 2010).

Christin e Trechsel (2002: 416) explicam a importância da ligação às instituições políticas no caso Suíço, ao serem estas “the only national glue” que garante a unidade e estabilidade do país. Note-se, como referem estes autores, que as instituições políticas possuem um *statu* duplo, na medida em que para além dos benefícios práticos e tangíveis da sua aplicação, desenvolveram igualmente um simbolismo daquilo que é característico da nação, do que é a Suíça e do que é ser Suíço (Christin e Trechsel, 2002: 418). Também Tobias Theiler (2004: 643-644) defende que tais instrumentos de funcionamento político não se reduzem à sua mera utilização, mas ganharam uma função identitária e uma significância afectiva fulcrais à existência do próprio Estado. Opinião partilhada por Paolo Dardanelli (2007: 17), para quem as instituições políticas adquiriram:

“‘mythical’ properties which led them to become part of Swiss identity with an importance well beyond their practical effects.”

Federalismo, neutralidade, democracia directa e soberania são, por força do simbolismo que denotam, expressão dos valores da democracia, da liberdade e da autonomia que caracterizam a identidade nacional Suíça. Neste ponto, gostaríamos de recordar a análise efectuada ao simbolismo na identidade nacional, e lembrar que a mera existência destes não garante por si só a interiorização dos mesmos enquanto parte integrante da identidade nacional. De facto,

“for the individual to internalise the symbols of the nation, the nation (...) must impinge upon the actual experience of the individual. Not only must it directly touch the individual, but the experience of this contact must be such that it actually benefits the individual, in terms of the psychological security, to make an identification with the nation.” (Bloom, 1990: 59)

Como tal, tais instrumentos apenas foram interiorizados enquanto parte integrante da identidade nacional após uma experiência positiva e consequente simbolização das vantagens adquiridas. De facto, note-se que, em certa medida, o desenvolvimento económico e social do país, a paz duradoura e a real intervenção da população nos destinos do país são resultado da

existência destas estruturas políticas Suíças. Estas foram motor da prosperidade do país, tendo trazido benefícios aos diversos indivíduos ao longo dos séculos. Por esse facto, as estruturas políticas carregam-se de um simbolismo que se encontra intrinsecamente relacionado com a experiência real da população.

Em suma, defenderemos pois que a identidade nacional Suíça se encontra baseada num forte apego às instituições políticas do país, sobretudo àquelas a que Tobias Theiler (2004: 638) denominou de “Santíssima Trindade”, ou seja, o federalismo, a neutralidade e a democracia directa, e à soberania política. Este “institutional attachment” encontra-se, aliás, substanciado pelos estudos que comprovam o patriotismo dos Suíços, com uma forte ligação à sua nação. A identidade nacional derivaria, pois, de um sentido cívico e político do cidadão em responder às suas obrigações e defender os seus direitos enquanto elemento da sociedade. Um modelo que sofre críticas por equivaler o estatuto de cidadão àquele de identidade nacional (Wodak et al, 2009: 19), mas que será de relevo de explorar no ao caso Suíço onde, de facto, a ligação às instituições políticas goza de uma importância inigualável.

Será, de resto, interessante analisar que no estudo de Eugster e Stribijs (2010), a análise dos autores evidencia que o respeito pelas instituições e leis Suíças é apontado como o elemento mais importante para se ser Suíço (pelo menos 96% da população considera este factor como *fairly important*). Facto que põe em evidência o forte apego da população às suas instituições e o carácter de elemento identitário nacional. Procuraremos, pois, de seguida, efectuar uma análise mais pormenorizada de cada uma das quatro instituições políticas acima referidas, na medida em que o seu enquadramento histórico permitirá perceber o porquê de as mesmas terem garantido um simbolismo junto da população Suíça, justificando o seu carácter identitário.

#### **2.4.1.1. Neutralidade**

A neutralidade é uma das características-chave do sistema político Suíço, e uma das formas de política externa mais raras na Europa e no mundo (Kriesi e Trechsel, 2008: 18)<sup>38</sup>. As raízes da posição neutral da Suíça não são, no entanto, unânimes no mundo académico. Enquanto alguns autores defendem que a neutralidade Suíça, ainda que informal, remonta ao século XVI, quando em 1516 o país assina um tratado de paz com França, após a derrota com os franceses na batalha de Marignano, e inicia uma posição neutral, investigações mais recentes tendem a discordar de tal

---

<sup>38</sup> Na Europa, somente Áustria, Finlândia, Irlanda, Liechtenstein e Suécia são igualmente Estados neutros (Kriesi e Trechsel, 2008: 18).

longevidade (Kriesi e Trechsel, 2008: 18). Ainda assim, existe um consenso de que a formalização da neutralidade Suíça data de 1815, aquando da Conferência de Viena, onde o país explicitamente afirmava o seu isolacionismo face a qualquer evento a ocorrer fora das suas fronteiras e este seria internacionalmente reconhecido. Conforme referenciado anteriormente, no século XVII a Suíça estabeleceu um poderio armado que, no entanto, motivaria a Confederação a seguir a tendência expansionista dos “power-states” em ascensão (Wilner, 2007: 7). O facto de não adoptar uma atitude expansionista e a recusa de adoptar um Estado centralizado, que possibilitasse participar em conflitos armados internacionais, “forced the nascent state into a policy of neutrality” (Wilner, 2007: 7).

Por um lado, ao manter a sua posição de neutralidade internacional garantiria o seu distanciamento face a qualquer conflito envolvendo outros Estados (Goetschel, 2000: 23); por outro, ao nível doméstico, possibilitaria também abordar as duas crenças religiosas de forma igualitária e equiparada, independentemente da força da sua expressão (Wilner, 2007: 7). Nos tumultuosos tempos do movimento de reforma religiosa (século XVI), que levaram à queda do monopólio da Igreja Católica no mundo cristão, as disputas religiosas originaram décadas de guerras por toda a Europa. A Suíça, por sua vez, apesar de se ver dividida entre Católicos e Protestantes, conseguiria assim garantir a unidade e coesão nacional. “Mutual ignorance within and abstentionism without” (Kriesi et al. 1999: 18) era pois a fórmula mágica de manutenção de um Estado coeso. De elemento fundamental para a sobrevivência da Suíça - num cenário onde o país se viu, em diferentes momentos da história, confrontado com a ameaça de invasões imperialistas, ou rodeado de totalitarismos e conflitos armados à escala mundial<sup>39</sup> -, a questão de coesão nacional - onde a multiculturalidade e o multilinguismo exigiam do próprio país um distanciamento face a partidarismos que pudessem originar conflitos de ordem interna -, a necessidade de manter uma política externa não-intrusiva sempre fora um factor fundamental para a própria existência do país (Kriesi et al, 1999: 18; Welte, 2003: 53; Haltiner, 2002: 74; Kriesi e Trechsel, 2008: 18).

Mesmo quando a Suíça se comprometera a aplicar sanções económicas no âmbito da Liga das Nações, acabaria por, na prática, aplicar a sua política de neutralidade quando tal fosse necessário de modo a não comprometer a sua integridade interna. O momento-chave dá-se em

---

<sup>39</sup> Apesar de professar a sua neutralidade, a posição da Suíça durante alguns dos momentos mais trágicos da história da humanidade (como a II Guerra Mundial ou o regime de Apartheid na África do Sul) tem sido controversa e alvo de crítica. Para mais consultar Roger de Weck (2008).

1935, quando a Liga das Nações impõe sanções económicas a Itália após a sua invasão da Abissínia (actual Etiópia) e a Suíça se recusa a punir o país de forma a evitar conflitos por parte da comunidade italiana da Suíça. Como resultado a Suíça optaria por abandonar a Liga das Nações em 1938 e garantir a sua política de neutralidade por absoluto (Church, 2000: 7). As sanções económicas passariam a ser consideradas incompatíveis com a política de neutralidade em 1954 com a adopção da Doutrina Bindschedler<sup>40</sup>. No período do pós-II Guerra Mundial, como veremos numa análise posterior, a política de neutralidade seria um dos factores impulsionadores de uma atitude desconfiada e reticente face ao processo de construção europeia que então se iniciava (Church, 2003: 6).

Com quase dois séculos de política de neutralidade, a Suíça vê nesta sua posição algo que ultrapassa a simples política externa para ser sinónimo de segurança e de estabilidade internas. Refere Clive Church (2000) que esta sempre fora, aliás, mais uma política de foro doméstico do que realmente de política externa. Uma função explicitamente reconhecida por parte do próprio Governo Federal:

“Dans une Suisse regroupant plusieurs cultures, langues et religions, la neutralité a toujours aussi eu pour fonction de garantir la cohésion intérieure” (DDPS, 2004 : 3).

Como tal, a adopção de uma postura favorável a uma das partes envolvidas em conflitos inter ou intra-estatais automaticamente alienaria uma fracção da Nação Suíça, comprometendo a coesão nacional (Welti, 2003: 53). Por isso, e reconhecendo o sucesso de tal política, defende Philippe Welti que “strategic security interests and national cohesion are thus linked to deep-rooted positive collective experiences with neutrality” (Welti, 2003: 53).

As vantagens de adopção de uma atitude neutral encontram-se bem presentes na memória dos cidadãos Suíços, nomeadamente com os recentes conflitos na região dos Balcãs<sup>41</sup>. Após o início do desmembramento da ex-Jugoslávia (1991), temera-se que os conflitos na zona, ainda que geograficamente distantes da Suíça, originassem tumultos em solo Suíço face à multiplicidade de imigrantes e descendentes provenientes das diferentes partes envolvidas nas disputas. No entanto, a manutenção de uma política neutral permitiu ao país manter o seu distanciamento face aos acontecimentos e evitar uma potencial crise de coesão nacional.

---

<sup>40</sup> Esta doutrina de completa neutralidade face a sanções económicas viria, no entanto, a ser violada em diferentes ocasiões (Gabriel, 2000: 6-7).

<sup>41</sup> A população imigrante da região dos Balcãs é uma das comunidades estrangeiras mais numerosas na Suíça (Chancelaria Federal, 2011: 8).



A ligação da população Suíça a política de neutralidade é de um elevado significado, e para muitos Suíços tornou-se numa “defining and untouchable virtue” (Church, 2003; 18). A neutralidade é um “conceito estratégico” que tem garantido ao país não envolver-se em qualquer conflito armado há mais de dois séculos (Welti, 2003: 52). O orgulho da população na manutenção da política de neutralidade, e a importância que lhe é associada para o futuro do país, demonstram que esta instituição política recolhe um elevado apreço e é um elemento fundamental na identidade do país<sup>42</sup>.

A percepção pública das vantagens de manutenção de uma política exterior neutra está fortemente enraizada na cultura do país, e estudos efectuados junto da população demonstram que não só a política de neutralidade é fortemente apoiada, como tem inclusive ganhado maior adesão nos últimos anos. O estudo *Sicherheit 2011* revela que nas últimas décadas a manutenção da política de neutralidade tem recolhido o franco apoio da população, com a percentagem da população favorável à mesma normalmente a superar os 80%. E a tendência de apoio tem sido crescente, atingindo um valor histórico de 94% dos cidadãos a ser favorável à manutenção da política de neutralidade em 2011, sendo 70% muito favorável e 24% favorável a este princípio (Tresch e Wenger, 2011: 58). Os dados são claros, e a ligação da população à neutralidade inequívoca<sup>43</sup>.

Assim, a neutralidade acaba por não se definir tanto enquanto uma livre escolha da Confederação Suíça, mas antes como uma parte integrante da sua identidade nacional e uma certa “inevitabilidade” para a sua própria existência (Welti, 2003: 53). Ainda hoje, defende Sabine Mannitz (2007: 5), a multiplicidade cultural é apresentada como um argumento favorável à manutenção da política de neutralidade, ainda que esta comece a ser colocada em causa.

O mundo contemporâneo demarca-se por uma realidade que se afasta por completo daquela que via a Suíça defender publicamente, em 1815, a sua posição neutral. Algumas vozes da esfera política nacional e investigadores políticos defendem, por isso, que a política de neutralidade se tornou obsoleta, especialmente após o final da Guerra Fria (Kriesi et al, 1999: 18-19; Church, 2003: 19; Möckli, 2007: 2; Haltiner, 2002: 75; Ruffy et al, 2004: 114-115; Kriesi e Trechsel, 2008: 18). A polarização Este/Oeste que perpetuara a imergência do país numa política isolacionista, pelo receio de comprometer a sua neutralidade, ver-se-ia transfigurada no final dos

---

<sup>42</sup> Ver Gráfico 2 (Anexo II).

<sup>43</sup> Ver Gráfico 3 (Anexo II).

anos 80, motivando a reflexão sobre o carácter desactualizado e desapropriado de uma atitude isolacionista face ao mundo actual. Assim, defendem Jürg Gabriel e Jon Fanzun (2003) que apenas com uma mudança de política externa poderá realmente a Suíça defender os seus interesses e manter-se fiel aos seus valores, pois o isolacionismo é uma atitude disfuncional face a um mundo crescentemente globalizado. Tal incentivou um aceso debate na sociedade Suíça, opondo forças tradicionalistas aos fomentadores de uma nova política exterior mais activa que reduzisse a neutralidade à sua componente militar (Möckli, 2007). No entanto, a posição mais liberal acaba por não receber grande sustentação por parte da generalidade das elites políticas e da própria população, para quem não existem reais razões para se abandonar uma política que trouxe prosperidade e segurança ao país (Welti, 2003: 55), mantendo-se por isso uma evidente “culture of neutrality” (Tanner, 2003: 58). Tal posição tem sido veemente defendida pelos sectores mais tradicionais da sociedade Suíça, para quem a natureza de paz estabelecida na Europa não é de total confiança, havendo pois hipotéticas ameaças às quais o país, individualmente, deve ser capaz de fazer face (Church, 2003: 19). Igualmente, e tendo em atenção o carácter dual das instituições Suíças, ao qual foi feita referência anteriormente, note-se que:

“neutrality has remained an important symbol to the Swiss, even though, on most accounts, it has lost most of its practical significance” (Christin e Trechsel, 2002: 418).

O valor simbólico e identitário da política neutral justifica o porquê de em 2010 apenas 20% da população aceitar o abandono da política de neutralidade quando esta não trouxer nenhuma vantagem: a política de neutralidade não é somente uma estratégia, mas uma parte integrante da identidade Suíça (Mirow, 2011). Igualmente, o facto de cerca de 80% da população Suíça acreditar que a neutralidade se encontra intrinsecamente relacionada com a concepção da própria Confederação Suíça (Möckli, 2007: 2), leva Daniel Möckli (2007: 2-3) a defender que:

“The fact that neutrality is more popular than ever is due primarily to its continuing identity function (...) and (...) it is unlikely that its domestic popularity as an identifying feature for Switzerland will be lost anytime soon”.

O estudo *Sicherheit 2011* comprova as afirmações de Daniel Möckli, com 79% dos inquiridos a referir que a neutralidade é indissociável do conceito de Estado Suíço. “This is a clear sign of the crucial role the symbolic understanding of neutrality plays in shaping national identity”, defendem os autores do estudo (Tresch e Wenger, 2011: 58). Assim, e ainda que as autoridades Suíças tenham já compreendido os sinais de mudança mundiais, a ligação popular à neutralidade

(especialmente na Suíça alemã), torna difícil a tarefa do país em se afastar da estratégia tradicional de neutralidade armada (Kriesi et al, 1999: 19).

#### 2.4.1.2. Federalismo

Tendo um claro pendor de distribuição de competências e poderes multinível – comunas<sup>44</sup>, cantões e federação são os três actores institucionais no sistema federal Suíço -, a Suíça caracteriza-se por ser uma sociedade que, ainda actualmente, mantém uma elevada autonomia a nível local e regional. Tal esquema de distribuição, construída ao longo de séculos, reforça a predominância do poder local sobre aquele federal e de facto, na Suíça, assiste-se à manutenção de diversos poderes junto das autoridades comunais e cantonais. Ainda assim, os poderes locais, dispendo de total soberania, decidiriam alocar parte dos seus poderes a níveis superiores de modo a organizar, numa instituição central – a Federação -, aspectos específicos da vida comunitária<sup>45</sup>. Uma construção de Estado portanto marcada por uma evolução de *bottom-up*, semelhante àquela decorrida nos EUA, mas díspar de muitos países europeus marcadamente mais centralistas (Gabriel, 2000: 9; Haltiner, 2002: 70).

A construção federalista do Estado Suíço, baseada na importância da manutenção do poder próximo da população, será a instituição política com raízes mais profundas no país (Dardanelli, 2007: 17), definindo-se por isso também como uma importante componente da identidade nacional Suíça (Church e Dardanelli, 2005: 172). Também, porque, como Jonathan Steinberg salienta, o federalismo não é somente um sistema político que os Suíços decidiram escolher, esta forma de governação também “embodies the painful experience of conflict and its resolution” (Steinberg, 1996: 52).

Os dados dos Eurobarómetros realizados na Suíça de 1999 a 2003 demonstram que existe uma clara preponderância da população Suíça que tem orgulho ou muito orgulho no federalismo, enquanto uma percentagem ainda maior acredita que este sistema terá um papel importante ou muito importante no futuro do país. A prática do federalismo é portanto sobejamente defendida pela população Suíça, que garante através deste sistema de distribuição de poderes a manutenção

---

<sup>44</sup> As comunas seriam formalmente reconhecidas pela Constituição de 1999.

<sup>45</sup> O governo federal tem apenas jurisdição sobre política externa, defesa, segurança social, transportes, energia, economia e comércio (Fleiner, 2002: 78), e desses, “only in the fields of international relations and national defence does the federal government regulate the implementation process on a (nearly) exclusive basis” (Kriesi e Trechsel, 2008: 41).

de uma política próxima do cidadão e subjugada à vontade e supervisão do mesmo<sup>46</sup>.

O artigo 3º da Constituição Suíça garante que “os cantões são soberanos, desde que sua soberania não seja limitada pela Constituição Federal” e que os mesmos “exercem todos os direitos não delegados à Confederação” (Confederação Federal, 2003). Como tal, os cantões e comunas são ainda na actualidade os níveis de acção em diversas matérias da vida civil. Assim, e apesar de os seus poderes serem delimitados, os Cantões continuam a dispor de responsabilidades autónomas e independentes e de uma Constituição própria, à semelhança de outros Estados soberanos. A presença das três características inerentes a um Estado – território, povo e soberania - nos vários cantões Suíços leva Thomas Fleiner a reconhecer nos cantões as características essenciais a um Estado soberano (Fleiner, 2002: 75-76). Também Daniel-Louis Seiler (1996 : 36) veria em cada um dos cantões uma mentalidade bem distinta e a constituição de pequenos Estados, atribuindo a estes o carácter de nação. Note-se que a própria cidadania Suíça, ao contrário de outras federações, é determinada pelos níveis sub-nacionais: para se ser cidadão Suíço é condição que se seja cidadão de um cantão, que por sua vez requer que se seja cidadão de uma comuna (Church e Dardanelli, 2005: 173; Kriesi e Trechsel, 2008: 12).

Ainda que a história contemporânea da Suíça demonstre que o país tem sofrido, ainda antes da formação do Estado Federal, um constante processo de centralização de poderes (Church e Dardanelli, 2005), refira-se que esta tem sido no entanto dificultada por uma convicção populacional de que a maior proximidade da esfera de decisão política beneficia a comunidade. Como referem Church e Dardanelli (2005: 171):

“‘local’ is always preferable in principal to ‘distant’, and thus the policy-making should be conducted, as much as practical, at the lowest possible level”.

Nesta ideia encontra-se subjacente o princípio de subsidiariedade, que viria a ser formalizado na Constituição Suíça em 2004, e que se encontra também contemplado no direito comunitário, e que defende a acção política o mais próximo possível do cidadão. Curiosamente, apesar de o país ter evoluído de uma Confederação para uma Federação, note-se que no discurso político e no entendimento da população este sistema é ainda sinónimo da garantia dos direitos e soberania dos níveis sub-nacionais. De facto, determinadas áreas, como cultura, habitação, saúde, policiamento e educação (Fleiner, 2002: 78), continuam a ser estritamente do foro de cantonal,

---

<sup>46</sup> Ver Gráfico 4 (Anexo II).

justificando a percepção de que os cantões guardam da sua autonomia e independência (Church e Dardanelli, 2005: 172; 185; Dardanelli, 2007: 20). Como referem Church e Dardanelli (2005: 171):

“At heart, Swiss federalism is concerned with giving as much autonomy as possible to local communities and letting the differences between them coexist peacefully and harmoniously”.

Note-se, aliás, que apesar do processo de centralização de poderes legislativos ao nível federal, é usual que em áreas de exclusiva competência do Estado federal a implementação das políticas seja conferida aos cantões ou comunas (Church e Dardanelli, 2005: 174). Como tal, apesar da transferência de poderes para o nível federal, a Suíça continua a ser o Estado mais descentralizado de entre as principais federações a nível mundial (Church e Dardanelli, 2005: 170) e marcado por uma elevada cooperação entre os vários níveis da estrutura federalista.

#### **2.4.1.3. Democracia Directa**

A prática da democracia directa tem raízes na própria cultura política do país e é elemento caracterizador do sistema político helvético<sup>47</sup>. Apesar de as formas modernas de democracia directa terem sido somente formalmente incluídas ao nível da Confederação Suíça em finais do século XIX, por influência da invasão francesa, note-se que formas primitivas de democracia directa eram já uma prática em alguns Cantões Suíços no decorrer do século XII (Kriesi e Trechsel, 2008: 49), especialmente caracterizadas pelas assembleias públicas ao ar livre (*Landsgemeinde*) da época medieval (Dardanelli, 2005)<sup>48</sup>.

A democracia directa oferece aos Suíços a possibilidade de votarem, em várias ocasiões durante o ano civil, numa multiplicidade de assuntos, de forma vinculativa. Como tal, os referendos e as iniciativas populares:

“became the pillars of the system of direct democracy that has profoundly shaped the Swiss political system” (Church e Dardanelli, 2005: 169).

A sua utilização é inquestionavelmente extensiva, potenciando a participação dos eleitores em decisões comunais, cantonais e federais, em praticamente qualquer assunto (Schwok, 2009:

---

<sup>47</sup> Para mais informações sobre os instrumentos de democracia directa consultar, por exemplo, Kaufmann (2005) e Kriesi e Trechsel (2008).

<sup>48</sup> Existe por isso um desacordo sobre se a democracia directa será uma característica histórica ou moderna no sistema político Suíço (Dardanelli, 2005).

103). Só ao nível federal, os Suíços são chamados a votar quatro vezes por ano sobre os mais variados assuntos da esfera nacional (Steinberg, 1996: 77). O sistema político Suíço atribui por isso à população um poder decisório inigualável em outras partes do mundo (Steinberg, 1996: 73; Dardanelli, 2005; Kriesi e Trechsel, 2008: 49; Kaufmann, 2005: 6; Schwok, 2009: 1003). Note-se que entre 1960 e 2003 foram realizados na Suíça um total de 321 referendos nacionais, fazendo do país líder mundial destacado na utilização do referendo nacional. A diferença face ao segundo e terceiro países que mais utilizaram este instrumento no mesmo período é colossal, com Liechtenstein a lançar 58 referendos e a Itália 57 (Kriesi e Trechsel, 2008: 49). Para mais, todas as semanas existe uma nova iniciativa ou um novo referendo a ser lançado algures na Suíça (Kaufmann, 2005: 88). Como tal, defendem as autoridades Suíças que a:

“Switzerland is virtually the only country in the world where the people have such extensive decision-making powers” (Chancelaria Federal, 2011: 16).

Os eleitores Suíços não votam somente para os parlamentos federal e cantonal, como têm um elevado poder decisório através de variados instrumentos, que incluem referendos obrigatórios, referendos opcionais e iniciativas populares:

“While other countries may use ‘votations’ in a limited, and usually top down ways, the Swiss use them in large and growing numbers, usually *bottom up*” (Church, 2000: 7).

Como tal, enquanto em outros países as eleições são a manifestação maior de participação pública na vida política, adquirindo por isso um valor de excepcionalidade, já na Suíça a situação é inversa. As votações em assuntos específicos, por referendo ou iniciativa, são mais importantes do que as próprias eleições (Haltiner, 2002: 72). Uma prática de características muito peculiares, ao estilo Suíço, e que, conforme Clive Church (2000) refere, confere à população a possibilidade de definir a agenda pública e de actuar como oposição face a políticas que sejam impopulares. Ainda que a acção do eleitor Suíço não seja extensiva ao ponto de definir por completo a orientação política do país, com muitos assuntos e decisões a não serem sequer do conhecimento público (Bernauer e Walter, 2007: 69), a decisão sobre os principais temas de debate estão subjacentes à vontade da população. Sónia Sebastião salienta o facto de, através dos instrumentos de democracia participativa, os cidadãos não procurarem substituir os órgãos representativos e dedicar-se por completo à vida política, pelo contrário, “apenas querem ter direito de veto sobre as decisões tomadas pelos representantes e com as quais não concordam” (Sebastião, 2005: 39).

Assim, de certo modo, o sistema de democracia directa permite ao cidadão eleitor ser o verdadeiro soberano em assuntos-chave que determinam o futuro do país, podendo exercer esse poder através de vários instrumentos e de acordo com a sua vontade (Steinberg, 1996: 75). E note-se as implicações que tal prática tem na vida política interna, mas também na própria política europeia seguida pelo país. O sistema político Suíço, ao dotar a população de expressar a sua vontade através de referendos (obrigatórios e facultativos) e iniciativas populacionais garante aos Suíços “at least three chances of making actual decisions on European policy” (Church, 2003: 11).

Francisco Lucas Pires apelaria o referendo de “guerra civil democrática”, na medida em que o mesmo, ao atribuir aos cidadãos o poder de decisão em questões, inclusive de importância notável, poderia incutir no tecido social feridas de tal ordem que pudessem colocar em causa a coesão nacional (Teixeira, 2008: 21). Mas na Suíça, o respeito e admiração pela liberdade de expressão e pela soberania popular garantem que a população respeite a decisão da maioria.

A importância desta instituição política é comprovada pelos vários Eurobarómetros realizados na Suíça de 1999 a 2003. De entre as instituições políticas abordadas neste estudo e alvo de estudo dos Eurobarómetros (democracia directa, federalismo e neutralidade), a democracia directa é aquela com a qual os cidadãos se sentem mais ligados e que acreditam ser relevante no futuro do país helvético<sup>49</sup>.

De facto a extensividade do poder popular na definição do futuro das diferentes estruturas políticas onde se encontra inserido (comuna, cantão e estado federal) é uma das imagens de marca da realidade Suíça, com a qual a população denota uma elevada conexão. Sendo a identidade nacional da população politicamente marcada, a expressão do voto será a demonstração por excelência da acção do cidadão na vida activa política, num acto partilhado pelos seus homónimos.

#### **2.4.1.4. Soberania**

A liberdade e autonomia do país são um dos factores preponderantes na identidade suíça, e alvo de grande admiração por parte da população (Ehs, 2008). Este sentimento glório remonta, aliás, ao passado, e encontra-se na génese da fundação do Estado helvético, quando a índole independentista dos vários *Waldstätten* impelira os cantões primitivos a unirem-se contra a implementação de direitos feudais por parte do Imperador Rodolfo I numa Liga de Defesa em 1291, a qual se juntariam mais tarde os outros cantões. Andrew Heywood (2004: 99) reitera que

---

<sup>49</sup> Ver Gráfico 5 (Anexo II).

uma nação se define pela sua luta em garantir a sua independência, e, no caso Suíço, o ímpeto pela independência fora um elemento caracterizador da sociedade helvética desde a sua génese. Assim, a luta contra regimes autoritários e imperialistas marca a sociedade Suíça, que fomentou a sua identidade nacional em contraste com os grandes poderes vizinhos, da ameaça vinda por parte do “outro”. A ameaça de inimigos externos comuns foi por isso um dos grandes motivos que originou a criação da Confederação Helvética (Steinberg, 1996: 107), ainda que, caprichosamente, a cooperação de defesa mútua não prevesse o estabelecimento de um futuro Estado (Sebastião 2008, 48). Defende Daniel-Louis Seiler que aquando do estabelecimento da Confederação Suíça, o objectivo não fora o de estabelecer uma nação helvética, mas sim o de garantir a subsistência das “pequenas pátrias”, ou seja, os cantões, face aos perigos externos (1996: 36-37). No entanto, a aliança dos diversos cantões Suíços aquando da ameaça de impérios e reinos com intenções de subjugar sob o seu poder o território helvético:

“necessarily solidified a set of commonly-shared values – of freedom, liberty, democracy, self-government, and independence – that became the embryonic foundation and common cultural belief-system of the future Swiss nation” (Wilner, 2007: 15-16).

Assim, saliente-se a importância que o factor de autonomia e de luta pela independência carrega desde os primeiros passos de fundação da Confederação Suíça ate aos dias de hoje, e que se encontra presente na mitologia:

“Swiss liberty became associated with William Tell and the faded symbolism lingers on today” (Steinberg, 1996: 28).

O próprio estabelecimento da defesa militar Suíça desempenha um papel preponderante na definição da identidade nacional, sendo elemento catalisador da coesão nacional (Church, 2003: 19). Desde a formação da Confederação Suíça que a defesa e protecção dos vários cantões era efectuada pela própria população, homens e mulheres, independentemente da sua etnia (Wilner, 2007: 16). Ainda hoje o país continua a contrariar a tendência de outros Estados onde se retira o serviço militar obrigatório (Mannitz, 2007: 2). Na Suíça, o serviço militar continua obrigatório para todos os homens<sup>50</sup>, uma milícia com poucos profissionais (Gabriel, 2000: 12; Mannitz, 2007; 2), e a sua importância é de tal ordem que “nowhere in the Western world, save

---

<sup>50</sup> Aos objectores de consciência é, desde 1996, possível substituir o serviço militar por serviço civil, ainda que esta alternativa esteja sujeita a um procedimento rigoroso de averiguação da real objecção de consciência.



perhaps Israel, is such a national duty required” (Wilner, 2007: 16-17). Virtualmente, todos os cidadãos encontram-se de alguma forma envolvidos com o exército Suíço, pois “the militia-style defence and the all-inclusive duty to protect the state, united all ethnic groups to one central national purpose” (Wilner, 2007: 17). O sentimento nacional envolto na ideia de um exército comum, forte, e apoiado nas várias comunidades étnicas ganhou um simbolismo que ultrapassa a mera defesa territorial. O exército federal é sinónimo de manutenção dos valores fundamentais da liberdade política, da soberania da Nação Suíça, e do igualitarismo. Jonathan Steinberg (1996: 236) conclui que:

“To attack the army is to assail the very identity and self-image of the Swiss people (...). The swiss have always been a nation in arms. Switzerland was created in battle, reached its present dimensions by conquest and defended its existence by armed neutrality thereafter.”

Em suma, “the militia military not only served as an instrument of national security but also as an agent for national cohesion in ethnically heterogeneous Switzerland” (Haltiner, 2002: 82). Denota Jonathan Steinberg (1996: 236) que não será difícil equivaler o Estado Federal ao próprio exército, na medida em que no seio da diversidade linguística, social, religiosa, económica e geográfica, o exército era o único denominador comum unindo todos os cidadãos.

#### **2.4.2. O estímulo integracionista das elites**

Na definição da identidade nacional Suíça, note-se a importância do processo de construção e solidificação da mesma. Será importante relembrar que a identidade nacional é uma construção social e sujeita à acção humana, e não como resultado inato de existência da própria sociedade. Como tal, a criação de uma identidade nacional deveu-se igualmente à acção de elites Suíças, que contribuíram duplamente para a promoção dos ideais comuns à Nação. Por um lado, promoveram a participação de todas as comunidades étnicas Suíças nos processos de decisão política do país, acautelando-se de qualquer discriminação das minorias. Este processo, a que Wilner denomina de *Elite Accommodation*<sup>51</sup>, traduz-se numa sobre-representação dos grupos minoritários em variadas instâncias públicas, como no sistema judiciário, em serviços públicos e até nas próprias instituições federais e governo (Wilner, 2007: 21). Por outro lado, a missão das

---

<sup>51</sup> Alexander Wilner define “elite accommodation” como uma “formation of a specific political arrangement in which various ethnically divided groups share political power according to a mutually agreed-upon formula or institutional mechanism” (2007: 17).

elites em contrabalançar possíveis tendências desintegrativas originárias nas populações impele-as a desenvolver um verdadeiro sentido de “swissness” (Wilner, 2007: 18). Assim, com o Iluminismo (século XVIII) surge um novo sentimento patriótico nacional na Suíça, que se afasta da ideia de unidade com base na cooperação e alianças militares que marcaram o início da Confederação, para se centrar nos valores comuns de liberdade e de democracia que são partilhados pelas várias populações dos diversos cantões (Wilner, 2007: 7-8). Como referem Kriesi e Trechsel (2008: 16):

“In the Swiss case, the federal state (...) was imposed by a liberal elite, which subsequently created a national myth of the civic, republican type to shape the national identity of the populations of all the cantons.”.

É, aliás, nesta época que se estabelecem variados grupos, sociedades e associações trans-cantonais que, ao possibilitarem um acérrimo contacto entre os diferentes membros, favoreceram um entendimento mútuo e aceitação das divisões linguísticas e étnicas (Wilner, 2007: 18-19). Os intelectuais do Iluminismo e líderes políticos procurariam igualmente fomentar uma ideologia da democracia com base em vários mitos históricos, com o intuito de despertar na população a nacionalidade Suíça. Também Anthony Smith (2008) reconhece a importância da mitologia enquanto elemento-base para a identificação nacional, sejam os mitos relativos à origem da nação (como o pacto suíço de 1291) ou ao facto de esta ter sido o povo eleito para determinada tarefa<sup>52</sup>. Tais construções “allowed the Swiss to define, mark, and fortify their public values into a unified national sentiment” (Wilner, 2007: 8). Refere Alexander Wilner (2007: 8) que:

“by the end of the eighteenth century, a new spirit of Swiss national identity rooted itself to these historical national memories and became the foundational platform upon which modern Swiss identity would anchor itself in the subsequent centuries”.

Como tal, a Suíça foi bem sucedida na construção de uma nação baseada no ideal do federalismo fomentador de uma “união na diversidade” e por via de um conjunto de tradições inventadas e mitologias. Finalmente, será importante recordar o papel que elites mediadoras desempenharam nas épocas de maior tensão étnica (nomeadamente durante as duas Guerras Mundiais), actuando rapidamente de forma a reduzir as discrepâncias originadas pelo fosso cultural e relembrando a Nação Suíça sobre os interesses e objectivos que a mantêm unida (Wilner, 2007: 19-20). Defende Alexander Wilner (2007: 20) que:

---

<sup>52</sup> Para mais sobre as duas vertentes da mitologia consultar Anthony Smith (2008).

“Without the support and guiding hand of elite association, it is likely that Switzerland’s ethnic divisions would have been difficult to navigate and might have engulfed the state many decades ago.”

De facto, desprovidos de uma identidade cultural única, os Suíços compreendem a urgência da manutenção do elo de ligação político, pois, sem este, a Confederação helvética arriscar-se-ia a não ser capaz de garantir um outro elo de ligação comum que evitasse o seu desmembramento. As elites, ao tomarem conhecimento de tal perigo, desempenharam por isso um papel preponderante na manutenção da coesão nacional, alimentando o espírito da união reforçando os valores que aproximam as comunidades suíças.

### **2.4.3. As identidades cultural e subnacional na Suíça**

Ainda que defendamos a índole de *Willensnation* do Estado Suíço, enquanto construção particularmente política, não recusaremos no entanto a existência de formas culturais a nível nacional que façam igualmente fazer parte de um sentido identitário comum. Vários autores (Wodak et al, 2009: 187; Heywood, 2004; Smith, 1992; Kriesi e Trechsel, 2008; Sebastião, 2005) salientam que uma nação, mesmo entendida de índole política, não está livre de operar com símbolos étnico-culturais, pelo que uma estrita dicotomia entre a *Willensnation/Staatsnation* e a *Kulturnation* não poderá ser adequada na análise da identidade nacional. De acordo com Wodak et al (2009: 187), “the discourses of national identity always contain elements referring to both *Kulturnation* and *Staatsnation*”.

Reconhecendo o carácter multifacetado das identidades, e a sua múltipla interação, seria ilusório admitir a identidade nacional de uma nação como exclusivamente de índole política. Contudo, salientamos que, no caso Suíço, a identidade nacional se encontra primariamente construída pela vertente política, tendo por base no *institutional attachment* das suas estruturas políticas a sua formação. De facto, e como Joanna Pfaff-Czarnecka (2004: 78) notou:

“cultural criteria are not abundant when it comes to forging Swiss identity. Only a ‘thin’ culturalist We-group definition is possible here, due to the lack of a common cultural denominator, such as one language”.

Note-se, aliás, que também para Bruno Schoch (2000) existe uma clara sobreposição do factor cívico e institucional na formação da identidade nacional em detrimento da componente cultural, que é muitas vezes fruto da “importação” dos países vizinhos. Para o autor:

“though it may be natural for most Swiss to understand nationality simply to mean their shared citizenship, it is equally natural for the French Swiss to look culturally and intellectually to Paris, and for the German Swiss to look to Germany – though this link has always had many more facets to it, and has always been more tense, particularly in this century.” (Schoch 2000, III)

Os idiomas na Suíça são um elemento *sui generis* quando analisada a questão da identidade nacional. Como Jonathan Steinberg (1996: 130) concisaria, “language defines and at the same time denies Swiss identity”. De facto, se por um lado o multilinguismo da Suíça é um factor característico da própria nação, por outro não poderá ser apontado enquanto uma parte de identidade nacional, na medida em que é um elemento caracterizador de identidades díspares, e não unitárias. Sendo a identidade nacional algo que define a Nação no seu conjunto e garante a sua estabilidade e coesão, o factor linguístico tem demonstrado actuar em sentido completamente oposto, pois “the only common linguistic experience of all Swiss would be then be the absence of a common language” (Steinberg, 1996: 160). Elemento de clivagem tem sido originador de conflitos entre as comunidades linguísticas Suíças (Weibel, 1997: 38). Os quatro idiomas oficiais são marco de identidades dentro do Estado-Nação, mas não da identidade nacional no seu sentido mais *strictu*, que pressupõe uma comunhão e identificação geral. Uma identidade nacional cultural e linguística será, por isso, vagamente existente ao nível do país.

Contudo, a identidade é formada através de vários níveis, de várias construções imaginadas, sendo portanto possível aos indivíduos desenvolver uma forte identidade cultural em círculos que não o nacional. Por esse facto, será admissível que haja identidades culturais, sobretudo a níveis inferiores daquele que representa o Estado, e que são partilhadas por facções específicas da comunidade. Tal permite que a população possa simultaneamente desenvolver um sentimento de pertença ao seu cantão, ao seu país e a outras “comunidades imaginadas” (como linguísticas ou religiosas). No caso da Confederação Helvética, note-se que os cantões criaram uma identidade e cultura muito próprias (Seiler, 1996: 37; Fleiner, 2002: 72-73; Weibel, 1997: 47). Conforme Thomas Fleiner (2002: 72) refere:

“Thanks to their independence, the cantons have been able to develop their own historical identity as states with their own cultural and legal traditions. Even with regard to their independent legal systems, this pluralistic diversity was maintained when the cantons joined the Confederation of Switzerland.”

Daniel-Louis Seiler (1996) partilha da mesma opinião, defendendo que cada cantão decidira abdicar parte da sua soberania de modo a poder preservar o essencial: a sua identidade e a sua cultura particular (Daniel-Louis Seiler, 1996: 37). Estas formas de identidade mantêm-se na actualidade e promovem o entendimento do forte patriotismo da população suíça associado ao nível cantonal. Sendo que cada comunidade dispõe dos seus próprios interesses e identidade próprias (Weibel, 1997: 47), tal associação de factores étnicos a grupos específicos implica - e incentiva - a que a manutenção de um Estado unitário, com uma identidade comum, seja principalmente suportada por outros agentes que não o cultural.

Aliás, o relatório intitulado “... nous sourcier de nos incompréhensions”, apresentado em 1993 por duas Comissões criadas pelo Parlamento Federal Suíço indicava que a identidade nacional não era tão forte como a ligação que os indivíduos tinham à sua identidade regional e cantonal (Weibel, 1997 : 36). Também Gilbert Coutau (1996: 57) defendeu que, mesmo após mais de um século após a formação do Estado Federal Suíço, a identidade helvética se mantinha para muitos cidadãos como uma identidade secundária. Algo que segundo Ernest Weibel (1997: 37) se explica pelo forte federalismo Suíço que atribui maior poder às instituições mais próximas do cidadão.

Estudos mais recentes demonstram que na contemporaneidade a situação ter-se-á alterado e que a população sente uma maior ligação à Confederação Suíça, ainda que o vínculo ao cantão e a outros espaços onde o indivíduo se insere se mantenham igualmente fortes. Os Eurobarómetros efectuados na Confederação Suíça revelam que a ligação ao país tem sido a mais proeminente nos últimos anos<sup>53</sup>. Conclusões que vão ao encontro daquela do estudo *Sophia 2009*, onde mais de metade dos inquiridos (57%) apontava a ligação à Suíça como aquela prioritária, seguida da ligação ao cantão (16%) (MIS Trend e L'Hebdo, 2009: 10).

Church e Dardanelli (2005: 170) confirmam a existência de uma forte identidade cantonal, associada a raízes históricas e de ordem cultural, mas que no entanto estão “subordinate to an overall sense of Swiss nationhood”. Nesse caso, a Suíça acaba, para Christin e Trechsel (2002: 416), por ser um caso peculiar, pois ao nível das identidades múltiplas caracteriza-se por haver uma elevada coexistência de diferentes identidades dentro do próprio Estado, mas que acabam por se interligar e partilhar valores comuns pela ligação às instituições políticas.

Ademais, a sobreposição da identidade étnica e a dimensão cantonal ou local evidenciada

---

<sup>53</sup> Ver Gráfico 6 (Anexo II).

por alguns estudos não é de todo fruto do acaso, pois “cantons and the municipalities have also tried to retain the right to define the national identity of their citizens” (Kriesi e Trechsel, 2008: 12), mantendo por isso uma cultura territorialmente segmentada. Como tal, defendem Kriesi e Trechsel (2008: 11) que existe uma clara divisão entre os dois elementos nos níveis federais. Se ao nível federal a união política originou e foi resultado de sentimentos comuns de nação (à semelhança do modelo republicano francês); por outro, ao nível cantonal, um sentimento de pertença a uma cultura e passados comuns, pré-sistema político, origina uma base étnica (à semelhança do modelo étnico alemão). Hanspeter Kriesi et al (1999: 18) defendem que a Nação Suíça é também ela própria formada por diversas nações, sendo como tal uma Federação de Nações. Assim, a Nação Suíça é de facto multicultural e multiétnica, cujos cidadãos se encontram conectados e ligados entre si através de uma cultura política comum.

### 3. O RELACIONAMENTO ENTRE A SUÍÇA E A UNIÃO EUROPEIA

*Uma Europa mais forte só não meterá medo se for,  
antes de tudo, uma Europa mais fortemente democrática*

Francisco Lucas Pires

Encravada no seio da Europa é completamente rodeada por Estados-membros da UE, a Suíça é um caso único de resistência à vaga integracionista europeia, que em pouco mais de 50 anos passou dos iniciais seis Estados fundadores para os actuais 27 membros. Mas ainda que a Suíça não seja um Estado-membro da União Europeia, as suas ligações com a organização encontram raízes no próprio brotar do processo de integração europeu. Aliás, será relevante salientar que nenhum outro Estado desenvolveu um tão elevado número de acordos com a UE como a Suíça (Vahl e Grolimund, 2006: 22). Essa ambiguidade levaria René Schwok a definir a relação entre a Suíça e a UE como simultaneamente “surpreendente” e “paradoxal” (2009: 19). O modo pelo qual este relacionamento evoluiu desde meados do século XX será, por isso, um ponto de partida para a percepção e avaliação do eurocepticismo populacional que, indiscutivelmente, marca a sociedade Suíça. Para tal, estabeleceremos um breve quadro histórico das relações entre a Suíça e a União Europeia, enfatizando os momentos-chave de tão conturbado vínculo.

#### 3.1. Breve resenha histórica

##### 3.1.1. Primeira fase: do final da II Guerra Mundial à fundação da EFTA

O nascer das então Comunidades Europeias em 1951 e 1957<sup>54</sup> dava o início a um processo sem precedentes a nível mundial, e ao qual a restante Europa não poderia ficar alheia e indiferente, incluindo a Suíça. No entanto, e face aos planos de limitação dos poderes dos Estados em questões de âmbito nacional, a Federação Suíça reagiria com cepticismo. Se para Robert Schuman e outros “pais fundadores” da comunidade europeia a supranacionalidade era indispensável à preservação da paz, pela instauração de uma entidade independente cujas decisões teriam de ser obrigatoriamente seguidas pelos Estados-membros (Fontaine, 1998: 14), o entendimento dos Suíços relativamente às vantagens da delegação de soberania não seria tão linear. Assim,

---

<sup>54</sup> A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi estabelecida em 1951 pelo Tratado de Paris por seis Estados-membros (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos) dando o início ao processo de integração europeia. Os mesmos países assinariam em 1957 os Tratados de Roma que instituíam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom).

“as Europe chose the multilateral route, Switzerland elected to act more unilaterally than ever” (Gabriel, 2000: 6).

Tal ficaria expresso formalmente expresso em 1954 quando a Suíça adoptaria a “Doutrina Bindschedler”<sup>55</sup>. Esta determinava o enquadramento da política externa do país e caracterizar-se-ia por três pontos fundamentais: (1) Estabelecimento de uma clara distinção entre organizações multilaterais de natureza política e não-política, sendo as primeiras incompatíveis com a prática de neutralidade; (2) a exclusão de adesão a uniões aduaneiras ou económicas; e (3) a não-participação em sanções económicas (Gabriel, 2000: 6; Möckli, 2007: 2). Assim, a Suíça preconizava um afastamento a qualquer forma de organização que pudesse interferir com as suas políticas interna e externa.

No entanto, e ainda que remanescendo exterior à UE, o país fora e continua sendo continuamente afectado pelas ideias e acções da construção europeia. Desde o início da aventura europeia que as histórias de ambos se encontram intrinsecamente ligadas, e cujas ideias e acções acabam por influenciar a outra parte (Ehs, 2008). O surgimento da EFTA no mesmo espaço temporal que as então Comunidades Europeias não é de todo um fruto do acaso. Esta seria uma reacção ao processo de integração que visava instaurar uma organização supranacional europeia (Schwok, 2009: 24). Como tal, a história destes dois blocos encontra-se intimamente associada, e tem na Suíça um dos seus intervenientes:

“Although the Swiss stayed out of the EEC they did play an active part in subsequent free trade negotiations notably in setting up of EFTA” (Church, 2003: 7).

As vantagens da colaboração transfronteiriça numa Europa debilitada e que desejava restabelecer a sua força impulsionavam os diversos Governos a estudar qual a melhor forma de defenderem os seus interesses numa época onde a cooperação, sobretudo de âmbito comercial, era entendida como um garante de desenvolvimento. A questão da autonomia dos Estados seria, no entanto, um mote para a divisão entre países defensores de uma integração política, mais apoiada no supranacionalismo, face àqueles que desejavam garantir a sua soberania e assegurar a total independência, apostando num modelo intergovernamental. A Confederação Helvética, pertencendo a estes últimos, acabaria por se demarcar daquela que seria a futura União Europeia.

---

<sup>55</sup> Rudolf Bindschedler fora o autor do documento emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a consagrar o âmbito de acção da Suíça a nível das suas relações externas.



Em alternativa, juntar-se-ia a outros seis Estados<sup>56</sup> para fundar um bloco económico que, ao contrário das recém-criadas Comunidades Europeias, não originaria conflitos com a sua neutralidade, democracia directa ou federalismo, garantindo por completo a sua liberdade (Ehs, 2008: 29). Em 1960 nascia portanto a AELC, Associação Europeia de Livre comércio (mais conhecida pelo seu acrónimo em inglês, EFTA, que será doravante utilizado). Enquanto zona de livre comércio, esta permitiria aceder a um mercado mais vasto, isento de taxas aduaneiras, sem no entanto exigir uma política comercial comum e colocar em cheque a tão afamada independência Suíça. Como tal, os seus objectivos seriam muito mais limitados do que os das Comunidades Europeias (Schwok, 2009: 24).

O total afastamento face às Comunidades Europeias seria, no entanto, irrealista. De facto, e ainda antes de a Suíça participar na fundação da EFTA, já o país estabelecera contactos formais com as então Comunidades Europeias e assegurara um conjunto de acordos. O primeiro destes acordos seria estabelecido com a já extinta Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) a 28 de Julho de 1956, através do qual eram estabelecidas tarifas ferroviárias directas internacionais no transporte de carvão e de aço através do território suíço. Desde então, assiste-se a um reforçar de cooperação e diversos acordos são estabelecidos entre as duas partes, e em 1992, ano de implantação da União Europeia já havia cerca de 190 acordos, especialmente económicos e técnicos, assinados com a Comissão Europeia (Ehs, 2008: 29).

### **3.1.2. Segunda fase: os “Anos de Ouro” da política europeia**

Reconhecendo a importância que o outro bloco representava para os desígnios do país, mas também a influência que o mesmo exercia de forma indirecta, a Suíça acabaria por estabelecer com as Comunidades Europeias, a 22 de Julho de 1972, um Tratado de Livre Comércio. Sujeitando o acordo à aceitação da população através de um referendo facultativo, a 3 de Dezembro de 1972, o acordo seria manifestamente aceite pelos Suíços, com o “sim” a obter 72.5% dos votos (Chancelaria Federal, 2011a). O culminar na intensificação de relações com o exterior, naturalmente necessário a uma Suíça que via nesta abertura ao mercado europeu um meio necessário para a manutenção do crescimento económico e prosperidade internos (Ehs, 2008: 29). De 1972 a 1987 a Suíça viveria os seus “anos de ouro” da política europeia, face à fraca pressão da UE para um aprofundar de negociações (Möckli, 2008: 2). Este tratado asseguraria à Suíça manter a sua soberania e a sua política de neutralidade, federalismo e democracia directa

---

<sup>56</sup> Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia e Reino Unido.

intocáveis e intactos (Keiner, 2005: 8). A única instituição partilhada pela Suíça e a Comunidade Europeia seria um Comité conjunto que não dispunha de quaisquer poderes supranacionais.

### **3.1.3. Terceira fase: a aproximação à Europa**

Note-se, no entanto, que face ao desenvolvimento da então Comunidade Económica Europeia (CEE), que em 1986 já se constituía por 12 Estados-membros, os países da EFTA receavam ser colocados de parte no desenvolvimento do grande mercado europeu (Fontaine, 1998: 30)<sup>57</sup>. O governo Suíço via então a necessidade de uma nova política europeia, que viesse colmatar a marginalização que o país passara a sofrer com o seu afastamento (Church, 2003: 7-8). Para tal, iniciou-se em Maio de 1988 um processo de verificação da compatibilidade entre o direito Suíço e o Acervo Comunitário, de forma a garantir a eurocompatibilidade de novas legislações do país. Nesse mesmo ano o Conselho Federal publicaria o seu primeiro relatório sobre a política europeia da Suíça onde, apesar de defender a via bilateral no relacionamento com a UE, admitiria pela primeira vez que a possibilidade de uma posterior adesão à comunidade europeia não deveria ser categoricamente rejeitada (Keiner, 2005: 9).

Iniciar-se-iam, também, negociações para que se desse uma aproximação entre os dois grandes blocos europeus, o qual resultaria no estabelecimento do Espaço Económico Europeu (EEE) pelo Tratado do Porto de 2 de Maio de 1992. Através do EEE, os países da EFTA beneficiariam economicamente do acesso a um mercado alargado aos países membros da CEE. Contudo, e por contraponto, não disporiam da possibilidade de participar nos processos legislativos e de decisão incorridos dentro deste espaço, sendo obrigados a abdicar de parte da sua soberania. Como refere Marcos Kleiner (2005: 9), “EEA membership could no longer be said to really meet Switzerland's interests, except partially”. Poucos dias depois, a 26 de Maio de 1992, o Conselho Federal apresentava então um pedido formal de adesão à União Europeia, que possibilitasse ao país participar no processo legislativo, e sob a égide de uma concepção de neutralidade mais relaxada e assim compatível com a entrada na UE (Church, 2000: 12). À semelhança de outros membros da EFTA, que também pediriam para ingressar na UE, a Suíça acabaria por entregar o seu pedido de adesão à UE fruto da desigualdade no processo legislativo no EEE, mas também dos desenvolvimentos geopolíticos que caracterizaram a época.

---

<sup>57</sup> Em 1986 é assinado o Acto Único Europeu com o objectivo de criação de um mercado único europeu, sem fronteiras internas, ao nível da mobilidade de bens, pessoas, serviços e capitais (Keiner, 2005: 7).

### 3.1.4. Quarta fase: o regresso à via bilateral

O ano de 1992 viria a ser um marco histórico no processo de (não) integração da Suíça em espaço europeu. No dia 6 de Dezembro de 1992 os eleitores Suíços seriam chamados a votar a adesão do país ao Espaço Económico Europeu (EEE). A população encontrara-se verdadeiramente dividida, e o “não” ao EEE acabaria por vencer com uma ligeiríssima vantagem, recolhendo 50,3% dos votos<sup>58</sup>. Uma parte considerável da opinião pública, em 1992, de facto apoiava a adesão da Suíça ao EEE, pois esta, ao contrário da comunidade europeia, não representava um abandonar da independência e autonomias Suíças. Já outros entendiam que este seria o primeiro passo para uma adesão, representando pois o EEE uma “antecâmara” da Comunidade Europeia (Church, 2003: 15). Como tal, e após uma forte campanha anti-UE, o resultado negativo acabaria por ser um “impressionant réflexe identitaire cantonal et national” que os cidadãos suíços demonstraram (Coutau, 1996: 57). Ainda assim, apenas 17% dos eleitores que recusaram o EEE apontaria o seu desagrado pela Comunidade Europeia como principal motivo de decisão, tendo sido tópicos como a perda de soberania, de empregos e de democracia directa os principais motivadores do “não” (Church, 2003: 17). De entre os motivos de recusa do EEE estavam por isso o medo dos Suíços de que “they would lose their venerated political institutions, i.e. the basis of their national identity.” (Kriesi et al., 1999: 19). Como tal, defende também Clive Church (2003), a questão do eurocepticismo ultrapassa a animosidade com a União Europeia, enquanto estrutura, para se centrar nos impactos que esta teria na Suíça.

Após o fracasso do EEE e do congelamento do pedido de adesão à UE<sup>59</sup>, a Suíça demarcava a sua posição dos restantes países europeus. Tal facto não viria a significar, no entanto, um afastamento integral do cenário internacional. O Conselho Federal, reconhecendo, por um lado, a impraticabilidade de uma adesão a organismos de vertente supranacionalista, mas por outro, o elevado potencial que representava uma cooperação mais estreita com a UE, viria a adoptar uma estratégia tripartida de integração europeia no seu Relatório para a Política Externa de 1993, e que se manteria até ao ano de 2000 (Grether e Müller, 2000: 1): 1) Curto prazo: adopção unilateral de regulamentos eurocompatíveis; 2) Médio prazo: estabelecimento de Acordos Bilaterais com a UE; e 3) Longo prazo: adesão à União Europeia.

---

<sup>58</sup> Já ao nível cantonal a proposta do EEE foi claramente chumbada, com 14 cantões e 4 semi-cantões a obterem uma maioria contra o projecto. No sistema de dupla maioria Suíço, a proposta teria necessariamente que recolher o “sim” na maioria dos 26 cantões (20 cantões e 6 semi-cantões), mesmo que a nível geral mais de 50% da população Suíça votasse favoravelmente.

<sup>59</sup> Face ao fracasso de ratificação do EEE, o governo Suíço acabaria por congelar o pedido de adesão que efectuará à UE. Este pedido não foi, no entanto, retirado, pelo que continua presente junto da UE.

Assim, o Conselho Federal esforçar-se-ia por encetar com a Comunidade Europeia um conjunto de Acordos Bilaterais em determinadas áreas de interesse comum. As negociações desenrolar-se-iam entre Dezembro de 1994 e Dezembro de 1998. Em Junho de 1999 é assinado o Tratado no Luxemburgo, entrando em vigor em Junho de 2002. Uma opção viável ao país pelo carácter de cooperação tradicional no qual assentam, sendo cada elemento contratante responsável pela correcta aplicação dos acordos no seu território, e evitando uma alocação de poderes legislativos e executivos a uma entidade supranacional<sup>60</sup>. O facto de a Suíça não pertencer ao EEE tem consequências práticas nas relações comerciais que o país mantém com a UE. De facto, e ao contrário dos outros países pertencentes à EFTA – Noruega, Islândia e Liechtenstein -, que possuem um acordo amplo que abarca as varias áreas da politica comercial, no caso suíço as relações baseiam-se num conjunto de acordos bilaterais, naturalmente mais limitadores.

Este conjunto de sete acordos (“Acordos Bilaterais I”, como viriam a ser conhecidos), assinados em 1999, seria estipulado nas seguintes áreas: investigação, barreiras técnicas ao comércio, livre circulação de pessoas, transporte aéreo, transporte terrestre, agricultura e concursos públicos<sup>61</sup>. Apesar de se centrarem individualmente em áreas específicas do direito comunitário, partilham como denominador comum a abertura recíproca dos mercados europeu e suíço, contribuindo para a criação de um grande mercado interno<sup>62</sup>. A interconectividade destes Acordos é, aliás, mais do que meramente simbólica. Estes encontram-se juridicamente ligados entre si, existem unicamente enquanto um todo, e a quebra de um dos Acordos levará incondicionalmente à anulação automática de todos os restantes. A “cláusula guilhotina” é, pois, uma das características fundamentais dos Acordos Bilaterais I, exigindo o respeito de todos os Acordos Bilaterais I enquanto condição *sine qua non* para a manutenção do vínculo estipulado no final dos anos 90.

Após longos meses de negociações, seriam então assinados no dia 21 de Junho de 1999. No entanto, seria novamente necessário que o povo suíço se pronunciasse sobre a questão e desse o seu aval, após parte da população requerer a realização de um referendo. E ao contrário do que se sucedera com o referendo relativo ao EEE, os Acordos Bilaterais I foram largamente aceites pela maioria dos Suíços a 21 de Maio de 2000, com o “sim” aos acordos a recolher 67,2% dos votos. Tal

---

<sup>60</sup> Exceptua-se unicamente o acordo relativo ao transporte aereo, onde existe uma integração parcial e estando nesse caso a Suíça subjacente ao direito comunitario pertinente.

<sup>61</sup> Para mais informações sobre os Acordos Bilaterais entre a Suíça e a UE ver, por exemplo, Bonte (1999), Vahl e Grolimund (2006) e Kraus, Jaag e Umbricht (2009).

<sup>62</sup> À excepção do acordo relativo à investigação, todos os restantes Acordos Bilaterais I visaram melhorar o acesso da Suíça ao mercado único europeu (Möckli, 2008: 2)

votação não seria, no entanto, sinónimo de uma redução do eurocepticismo e um maior interesse em aderir à UE. Fora antes uma posição pragmática, defende Clive Church (2000: 12; 2003: 12), que demonstra como estes acabariam por ser percecionados como uma opção benéfica para o país, tanto a nível económico como de manutenção de soberania do país, “bringing the country needed opportunities but without tying it too closely to the EU’s apron strings” (Church, 2003: 12). De facto, o perdurar do eurocepticismo Suíço seria notoriamente expresso em Março do ano seguinte pela votação popular “Yes to Europe!”, iniciada por um grupo euro-entusiasta, e que pedia o início de negociações para uma adesão à UE. A derrota seria desastrosa, com 76.8% dos eleitores e todos os cantões a recusarem a abertura de negociações.

No dia 1 de Junho de 2002, praticamente dois anos após o povo Suíço se pronunciar positivamente acerca dos mesmos, entravam em vigor os Acordos Bilaterais I. Estes eram economicamente interessantes para ambas as partes, no entanto, e a nível político, a sua influência seria praticamente escassa. Sendo meramente bilaterais, excluem a existência de uma instituição supranacional que defina o processo legislativo, garantindo a soberania da Suíça na aplicação e adaptação dos mesmos no seu território (Gabriel, 2000: 3).

Curiosamente, e ainda sem que fossem analisados os resultados desta cooperação entre Suíça e UE, já ambas as partes discutiam um segundo pacote de acordos, entre 2002 e 2004, e que abordavam outras áreas para além do sector económico (Möckli, 2008: 2). Os Acordos Bilaterais II seriam então assinados a 26 de Outubro de 2004, abrangendo oito áreas: produtos agrícolas transformados, meio ambiente, estatísticas, combate à fraude, pensões, educação e formação profissional, Schengen/Dublin, media e tributação da poupança<sup>63</sup>. No dia 5 de Junho de 2005, os eleitores Suíços aprovaram o Acordo Schengen/Dublin, com 56% de votos a favor<sup>64</sup>. Menos de um mês depois, a 1 de Junho, entrava em vigor o acordo de tributação da poupança. Em 2005 entravam igualmente em vigor os acordos relativos aos produtos agrícolas transformados e às pensões.

Com a entrada dos novos 10 Estados-membros na UE a 1 de Maio de 2004, os Suíços foram chamados a pronunciar-se sobre a extensão do Acordo de livre circulação de pessoas (Acordos Bilaterais I) a estes novos países comunitários. Recolhendo 54,6% dos votos, o “sim” voltaria a sair vencedor e a cooperação entre Suíça e UE garantida. Neste sentido, será de relevo relembrar a

---

<sup>63</sup> Ver nota 45.

<sup>64</sup> Os acordos de Schengen e Dublin são os únicos que, de entre o pacto de acordos bilaterais II, estão sujeitos à cláusula guilhotina.

existência da “cláusula guilhotina” e do efeito multiplicador que um resultado negativo teria na anulação de todos os restantes Acordos Bilaterais I.

Ainda que não pertencente ao espaço comunitário, a Suíça acordou com a UE a cooperação na prestação de apoio aos países do Leste Europeu através de fundos de coesão que visam reduzir as disparidades económicas e sociais no seio da UE<sup>65</sup>. Esta cooperação viria a ser aprovada por referendo no dia 26 de Novembro de 2006 pelo povo Suíço com 53,4% dos votos a favor da proposta.

A colaboração da Suíça para o fundo de desenvolvimento dos países dos mais recentes alargamentos da UE alimenta uma acção conjunta de solidariedade para com os Estados menos desenvolvidos. Disponibilizando um bilião de francos Suíços durante cinco anos, a Suíça efectua igualmente um investimento para o próprio país, a nível comercial e de segurança, ao estimular o desenvolvimento económico de países com um índice de desenvolvimento bastante inferior (Canosa, 2008: 11). No primeiro dia de Março de 2008, entrava formalmente em vigor o Acordo Schengen/Dublin, sendo a abolição de controlos nas fronteiras interiores efectuada a partir de 12 de Dezembro de 2008. Com a entrada de dois novos Estados-membros na UE – Bulgária e Roménia - no início de 2007, novamente os Suíços teriam, através de referendo, de aprovar a extensão da livre circulação de pessoas a estes dois países. Em Fevereiro de 2009, os eleitores Suíços foram chamados a votar a extensão dos acordos de Schengen/Dublin a estes novos países da UE. A extensão fora aprovada com quase 60% de votos favoráveis, num plesbicito onde um resultado negativo implicaria o quebrar dos Acordos Bilaterais I, face à cláusula guilhotina. Como tal, uma percentagem elevada da população manifestaria ter votado “sim” de modo a garantir a precursão dos acordos bilaterais, e somente um eleitor em seis votou sim por defender a adesão da Suíça à UE (Hirter e Linder, 2009: 4). Mais recentemente, a 29 de Março de 2009, a implementação de Schengen daria um passo em frente com a abolição do controlo de indivíduos nos aeroportos.

A assinatura de Acordos Bilaterais entre a União Europeia e a Suíça representou um passo inédito na história desta ambígua relação. Ambíguo será pois, também, o modo através do qual poderemos encarar este estabelecer de relações. Numa primeira análise, será com naturalidade que se encarara o estabelecimento destes Acordos como um passo em direcção a uma futura adesão Suíça ao bloco europeu. De facto, em diversas áreas procedeu-se a uma harmonização

---

<sup>65</sup> Apesar de teoricamente voluntário este fundo de coesão é encarado pela União Europeia como uma compensação natural face aos privilégios concedidos à Confederação Suíça (Möckli, 2008: 3).

legislativa que permite encarar, sem distinção, espaço europeu e suíço. A um primeiro passo (Acordos Bilaterais I), seguiu-se um segundo (Acordos Bilaterais II). Será, pois, inegável a aproximação. Mas tal aproximação não pressupõe uma inevitável futura adesão. Contrariamente ao que se poderia supor, certos autores defendem exactamente o oposto, reiterando que o estabelecimento e aprofundamento de Acordos Bilaterais fará com que uma possível adesão da Suíça a UE fique cada vez mais longe (Schwok, 2009). Rennwald et al (2005: 162) reiteram que com o estabelecimento dos Acordos Bilaterais I muitos organismos económicos, financeiros, patronais e empresariais atingiram os seus objectivos e já excluem a hipótese de adesão. Como tal, defendem que:

“Il est tout d'abord érrone de croire que la poursuite du bilatéralisme favorisera [l'] adhesion à l'Union européenne de manière quasi automatique, sous prétexte qu'en multipliant les petits pas la Suisse finira par être tellement proche de l'union europeenne que l'adhésion deviendra une évidence.” (Rennwald et al, 2005: 162)

Uma perspectiva sobre as relações entre a União Europeia e a Suíça demonstram que estas se têm caracterizado por um paradoxal aproximar com salvaguarda na distância, um “pragmatic middle-of-the road” (Vahl e Grolimund, 2006: 9) ou um “customized quasi-membership” (Kriesi e Trechsel, 2008: 172). As últimas décadas demonstram que esta relação, por vezes conflituosa, tem vindo a fortalecer-se e a ganhar preponderância, sem no entanto deixar de ser alvo de elevada desconfiança por parte da população Suíça. O forte simbolismo que a identidade nacional atribui a alguns dos elementos preponderantes da actividade política e cívica do país, seja a nível interno ou externo, é nesse ponto, um dos grandes entraves à mudança. O eleitorado tem demonstrado ser um agente de apoio à manutenção e statu quo, mais conservador do que Conselho Federal e Parlamento Federal, em assuntos relativos à segurança nacional (Haltiner, 2002:73). Assim, e durante as últimas duas décadas, o fraco desenvolvimento na actuação da Suíça face às mudanças globais deve-se, em primeiro lugar, ao facto de a população Suíça se manter bastante céptica face a uma maior abertura na política externa do país (Bernauer e Walter, 2007: 70).

### **3.2. O Eurocepticismo Suíço**

A existência de um elo entre a Suíça e a União Europeia é inegável. Não só o Estado Helvético se encontra envolvido pela comunidade europeia na sua totalidade, como o forte estabelecimento de relações institucionais entre as duas partes comprova uma intensa interligação, por vezes mais do que a população Suíça desejaria (Church, 2003: 4). Ainda assim,

este vínculo caracteriza-se por ser bastante problemático, e a inconsistência do relacionamento entre Suíça e UE demonstram que o eurocepticismo na Confederação Suíça se revela uma realidade incontornável. Mesmo em momentos que promoveram uma maior aproximação, rapidamente se seguiria uma tendência de retrocesso e manutenção de uma política distante. Como tal, e para Jürg Martin Gabriel, será mais correcto definir este relacionamento de “Switzerland ‘outside’ the European Union” ou até mesmo de “Switzerland ‘opposing’ it” (2000: 1). O pequeno país helvético poderá parecer o único de entre os Estados europeus a temer o desaparecimento da sua existência nacional derivada de uma adesão à UE (Rennwald et al, 2005: 176), no entanto, fundamentado ou não, tal receio desperta na população Suíça uma intensa necessidade de protecção que promove o seu afastamento da Europa.

### **3.2.1. Um fenómeno económico ou identitário?**

A questão sobre o que motiva a população a rejeitar a adesão à União Europeia é, invariavelmente, um tópico de maior discussão no que se refere a analisar a política externa da Suíça. A fraca adesão da população tem sido explorada por diversos autores, que encontram no caso Suíço diferentes fontes de eurocepticismo, sendo a questão económica uma das vertentes mais sobejamente exploradas. Assim, até que ponto será essa tendência de retrocesso e afastamento da UE um fenómeno com base na identidade nacional, e não derivada de outros factores, nomeadamente económicos? A Suíça é uma das maiores e mais prósperas potências económicas do mundo<sup>66</sup>, e providencia aos seus cidadãos uma qualidade de vida que figura no topo de rankings internacionais<sup>67</sup>. Como tal, não seria de todo desapropriado considerar um impacto económico negativo após a entrada na União Europeia como um dos impulsionadores do eurocepticismo Suíço. Ainda que não seja o propósito desta dissertação efectuar uma análise de fundo económico do eurocepticismo Suíço, acreditamos que será de relevo explorar se a seriedade da posição anti-UE por parte da população Suíça se deriva de questões identitárias ou se esta é, na sua génese, uma posição impulsionada por factores de ordem económica.

Actualmente, existem duas principais abordagens teóricas ao fenómeno do eurocepticismo: por um lado a abordagem matemática que considera a atitude eurocéptica como resultado de uma

---

<sup>66</sup> Em 2009 o país obteve o quarto maior PIB per capita da OECD, suplantado apenas pelo Luxemburgo, Noruega e EUA (OECD, 2011). Quando comparada com a dos países da UE, a economia Suíça fica somente atrás da do Luxemburgo (Eurostat, 2011).

<sup>67</sup> Em 2005 a Suíça era o segundo país do mundo com uma qualidade de vida mais elevada, de acordo com o index do “The Economist Intelligence Unit’s quality-of-life index” (The Economist, 2004). Já segundo o “Mercer’s 2008 Quality of Living survey” as cidades de Zurique e Genebra foram as duas cidades do mundo com maior qualidade de vida em 2008 (Mercer, 2008).



racionalidade económica, e por outro a abordagem cultural (no seu sentido mais lato) que considera o eurocepticismo como resultado da defesa de valores comuns partilhados por uma sociedade. O eurocepticismo fora, inicialmente, sobretudo alvo de uma análise de vertente económica, baseando-se nos custos e benefícios de uma adesão, à qual não deverá ficar alheio o facto de a própria União Europeia se ter iniciado como um projecto de interdependência económica (Safi, 2010: 93-94; Hooghe e Marks, 2004: 415). Grether e Müller (2000), ao analisarem os custos e benefícios económicos de uma maior integração com a UE, concluem que a adesão ou a aproximação por via dos acordos bilaterais terá um efeito positivo na economia do país. Já Spirig e Weder (2004), ao aplicarem a Teoria do Investimento sob Incerteza de Dixit e Pindyck ao caso Suíço, defendem que face às poucas vantagens que a adesão à UE a curto prazo trará ao país, o valor da espera é de tal ordem que adiar uma entrada na UE poderá ser mais benéfico e trazer maiores vantagens no futuro. Por outro lado, vozes mais críticas vaticinam um resultado económico desastroso motivado pela aplicação de uma política económica uniformizada, e levando a um crescente número de problemas económico-sociais, como o aumento de desemprego e de greves (Church, 2003: 15). Os diferentes estudos realizados sobre o eventual impacto económico de uma adesão à UE fornecem, no entanto, cenários antagónicos, não sendo de todo clara a percepção desse impacto na economia do país. De qualquer modo, defende Marco Keiner (2005), uma avaliação dos impactos económicos pela adesão à UE tenderá, por natureza, a fortalecer o eurocepticismo da população:

“The opponents of membership are able to set a relatively precise figure to the cost of the changes (e.g. an annual net payment to the EC budget of around 3 billion francs), while the advocates of liberal background conditions are only able to show trends, expectations and comparative values” (Keiner, 2005: 14).

Ainda assim, a população, por seu lado, demonstra uma receptividade a uma adesão à UE quando analisado o nível económico, sendo maioritariamente da opinião de que a adesão teria consequências positivas (58,1% em 1992, subindo para 61% em 2007) (Safi, 2010: 103). Igualmente ao nível do medo de invasão de trabalhadores estrangeiros, o estudo de Katayoun Safi demonstra que este critério não é preponderante para o eurocepticismo contemporâneo, com a percentagem de Suíços a temer uma invasão a diminuir de 47,6% em 1992 para 43,9% em 2007 (Safi, 2010: 103). Assim, note-se que apesar de haver uma percepção de que a adesão à UE será geralmente benéfica para o país do ponto de vista económico, a população continua a demonstrar um desejo de não aderir ao espaço europeu. Uma abordagem meramente economicista acabaria por falhar

em integrar outros factores potencialmente determinadores de uma atitude adversa à adesão, e, por conseguinte, explicar o fenómeno do eurocepticismo na sua totalidade. Note-se que o processo de integração europeia não se limitou ao campo económico, sendo acompanhado por uma integração de foro político. Como tal, a União Europeia tem actualmente implicações que extravasam o mero campo económico:

“With the growing cultural implications of the European integration process, a purely economic reasoning falls increasingly short in explaining skepticism towards the European Union.” (Safi, 2010: 94).

Estudos mais recentes incluem por isso factores de ordem cultural, como atitudes, valores e identidade, na definição do eurocepticismo Suíço<sup>68</sup>. Katayoun Safi (2010), na sua análise do eurocepticismo Suíço, estabelece um quadro de análise integrado que enquadra as duas vertentes do eurocepticismo, concluindo que “Euro-skepticism today in Switzerland is not a question of cost and benefit, but one of common values and a cultural identity” (Safi, 2010: 94). Assim, Katayoun Safi demonstra que os factores de ordem económica, ainda que pudessem ser outrora determinantes, já não constituem a principal fonte de temor na integração. Pelo contrário, a dimensão identitária (cultural na utilização de Katayoun Safi) ganhou uma saliência e preponderância claras entre 1992 e 2007, com o aumento do número de Suíços que acredita numa perda de soberania e na limitação dos direitos cívicos (Safi, 2010: 102-103).

Conclusão que vai ao encontro do estudo efectuado por Hooghe e Marks (2004), que apesar de reconhecerem o facto de os cidadãos nacionais não descurarem as consequências económicas da integração europeia, veem na identidade nacional um factor mais vigoroso na definição da sua posição. Daniel Möckli (2008) é igualmente apologista da ideia de que a adesão à União Europeia, ao contrário do que inicialmente acontecia, deixou de ser para a população Suíça um assunto de foro económico. Defende o autor que com a implementação dos acordos bilaterais, a Suíça garante um acesso privilegiado ao mercado único europeu, o que se traduz numa genuína alternativa à adesão:

“The current framework of bilateral treaties with its 20 main and around 100 secondary agreements has significantly reduced the pressure on Switzerland to join the EU on economic grounds” (Möckli, 2008: 2).

---

<sup>68</sup> Para mais informações consultar Katayoun Safi (2000).

Como tal, a prospectiva de uma adesão terá perdido uma parte significativa da componente económica e reduzido a saliência desta na definição do actual eurocepticismo. Defenderemos pois que o eurocepticismo tem actualmente um carácter sobretudo identitário, ainda que a questão económica não tenha desaparecido por completo. Como Alexander Wendt (1994: 386) salienta, a procura do bem da comunidade e a defesa dos interesses comuns nem sempre prevalecem, pois:

“Having such interests does not mean that actors are irrational or no longer calculate costs and benefits but, rather, that they do so on a higher level of social aggregation”.

Assim, será de relevo frisar a multiplicidade de factores que estarão na origem do eurocepticismo Suíço e que não se esgotam na componente da identidade nacional apresentada na presente dissertação. Ainda que de importância menor, os factores de ordem económica, apontados por autores como Christin e Trechsel (2002), Rennwald et al (2005) ou Grether e Müller (2010), reforçam essa mesma malha de complexa avaliação dos prós e contras de uma adesão à UE, sendo por isso igualmente importantes na definição de uma atitude que poderá ser tanto eurocéptica como eurófila<sup>69</sup>.

Existem pois duas dimensões que se entrecruzam e que, como salientou Jean Widmer (1993), determinam o pendor do voto. Por um lado, motivos de ordem racional onde é efectuada uma avaliação de prós e contras e se percebem os ganhos com determinada decisão (os “Umzumotive”); e, por outro lado, motivos ligados a certo statu e à identidade (os “Weil-motive”) (1993: 107). Tal seria evidente, defende o autor, no resultado do voto de 1992 contra a adesão ao EEE, mas igualmente em outros votos populares, onde os motivos de ordem identitária acabam sempre por estar no pano de fundo de qualquer decisão mais “racional” (Widmer, 1993: 107).

Sendo o processo de integração europeia um fenómeno económico e político (Christin e Trechsel, 2002: 424), e face à preponderância das instituições políticas na definição da identidade Suíça, notaremos pois que se gere um receio de influência, especialmente de foro institucional, que perturbe o equilíbrio interno. Neste jogo de prós e contras, os argumentos políticos desempenham um papel preponderante na definição da opinião pública Suíça, e o próprio encarnar de um papel defensor dos interesses do Estado-nação (embebido pelo espírito heróico de Guilherme Tell), induz a população Suíça a explorar o seu papel na sociedade e determinará o seu posicionamento.

---

<sup>69</sup> A posição eurófila caracteriza-se por apoiar as ideias de base de construção da União Europeia, ou seja, da cooperação institucionalizada ao nível político e económico (Kopecký and Mudde, 2002: 301).

### 3.2.2. A expressão pública de descrença na UE

Clive Church refere que o eurocepticismo na Suíça é perceptível “if we look at public opinion, direct democracy, and parliamentary activities” (Church, 2003: 6). A análise anterior relativa à resenha histórica possibilitou abordar a segunda variável apontada por Clive Church, a democracia directa, através dos vários plesbicitos e votações que se encontram intimamente ligados à temática europeia. Ainda que os eleitores Suíços nunca tenham sido directamente chamados a votar uma adesão à UE - o máximo que houve foram duas iniciativas populares relativas à abertura de negociações (Trechsel, 2007: 46) – o voto popular reflecte a opinião pública (Weibel, 1997: 42) e os resultados eleitorais disponibilizados pelas actividades de democracia directa demonstram uma tendência eurocéptica face à UE. Ao centrarmos a nossa análise ao nível da população Suíça, abordaremos igualmente a outra variável intrinsecamente ligada ao eleitorado Suíço e apresentada por Clive Church: a opinião pública. Procederemos neste momento a uma análise da opinião pública Suíça, tendo por base estudos efectuados junto da população destinados a averiguar a abertura da mesma face a uma adesão à UE.

No geral, os inquéritos de opinião efectuados à população Suíça demonstram que existe no país um fraco apoio à União Europeia, atitude que vai ao encontro daquela demonstrada pelas votações em assuntos que signifiquem uma submissão ao direito comunitário. O eurocepticismo acolhe uma parte bastante significativa da população Suíça, pois muito raramente os inquéritos de opinião demonstram que a adesão à UE recolheria o parecer favorável de mais de metade da população. Aliás, somente em Outono de 1991, pela primeira vez, o apoio da população à entrada na UE superava os 50% das intenções de voto. Um acontecimento verdadeiramente histórico, mas que acabaria por ser esporádico e demasiado débil para que pudesse sustentar uma tentativa de aproximação à Europa (Church, 2003: 10). A rejeição ao EEE seria prova de que a população não estava disposta a colocar a sua identidade nacional em causa, independentemente das vantagens económicas que poderiam advir da participação nesse mercado interno. Ainda assim, durante os anos 90 a população Suíça demonstrou-se verdadeiramente dividida. Nos anos de 1996 e 1999 pouco mais de metade das intenções de voto voltariam a favorecer a adesão à UE, contudo, em todos os restantes anos a tendência pró-EU limitara-se entre os 40 e os 50% (Tresch e Wenger, 2011: 103). Tal fragmentação da opinião pública é elucidativa de que a questão europeia não recolhe unanimidade no seio do povo helvético, e que apesar da ligeira supremacia da recusa à UE que caracterizou os anos 90 existia ainda assim uma considerável facção da população que aprovava uma adesão à organização.

A primeira década do século XXI marcaria o início de uma nova fase na atitude Suíça face à UE, com um crescente eurocepticismo a afastar cada vez mais a sociedade de uma possível adesão. O estabelecimento dos acordos bilaterais responderia à necessidade crescente de cooperação económica, reduzindo a motivação da população em vincular-se com a UE por meio de uma adesão. Deste modo, a atitude pró-UE, que alcançara o valor máximo em 1999, recolhendo 57% das intenções de voto favoráveis à adesão, iniciaria no ano seguinte um verdadeiro período de esmorecimento. Aliás, já em 2001 apenas 40% da população favorecia a entrada na UE (Tresch e Wenger, 2011: 103). Uma percentagem ainda mais ténue (29%) favorecia a reactivação do pedido de adesão apresentado em 1992, e somente 19% consideravam que a entrada na UE deveria ser uma prioridade da Suíça na sua política externa (Church, 2003: 10). Tais resultados são um sinal claro do fraco apoio que a entrada no clube europeu recolhe, e que se enfraquece quando tal seja encarado com um objectivo de atenção primordial e acção imediata. Aliás, em 2001 apenas 42% da população aceitava que a adesão pudesse ser uma solução a longo prazo, remetendo para uma ocasião futura a análise dos prós e contras da entrada na UE, evidenciando que a curto e médio prazo tal cenário não representa uma hipótese que satisfaça os interesses do país. A possibilidade de a Suíça fazer parte da UE, a médio prazo, é, para a população, de tal forma diminuta que apenas 6% da população acredita que tal possa vir a acontecer (Church, 2003: 10).

Actualmente, o apoio de adesão à União Europeia encontra-se incontestavelmente enfraquecido face à década anterior. Os eurobarómetros realizados na Confederação Helvética ao longo dos últimos anos demonstram que o apoio de adesão à União Europeia tem diminuído, enquanto a tendência do voto contra ganha maior expressão. Uma sondagem efectuada em 2010 pelo instituto Isopublic revelou que apenas 25% estaria a favor da adesão se houvesse uma votação no fim-de-semana seguinte, enquanto 63% dos inquiridos diria “não” (Tribune de Genève, 2010). Já em 2011, o estudo *Sicherheit 2011* demonstra que o apoio à adesão à UE será ainda menor, com somente 19% de apoiantes à entrada no projecto europeu (Petignat, 2011). Também a possibilidade de uma relação mais próxima, sem adesão, é fracamente defendida pela população, com o apoio de apenas 37% dos inquiridos (menos treze pontos percentuais do que em 2010). Estes níveis de apoio à UE são os mais baixos alguma vez registados pelo estudo *Sicherheit*, desde que este começou a ser efectuada, em 1989<sup>70</sup>. Assim, o eurocepticismo Suíço atingiu um valor nunca antes registado, com a população a demonstrar uma desconfiança recorde na UE, valor ao qual não será alheia à actual crise económica e política vivenciada pela UE:

---

<sup>70</sup> A questão sobre o apoio à adesão à UE apenas seria incluída a partir de 1993.

“Indeed, skepticism towards the EU is at an all-time high, while the will for economic and political autonomy has never been so pronounced in the past 18 years as it was this January [2011].” (Tresch e Wenger, 2011: 62)

Somente ao nível de um maior envolvimento económico é que a população Suíça se demonstra mais receptiva e pragmática, com 77% (mais 5% do que em 2010) a defender essa política (Tresch e Wenger, 2011: 56). Como tal, a opinião pública demonstra que o seu eurocepticismo ganhou contornos relevantes, e que existe uma clara tendência contemporânea de reforço desta atitude desfavorável à União Europeia pelas dificuldades que esta tem experienciado em ser bem sucedida nas suas políticas.

### **3.2.3. As formas de eurocepticismo Suíço**

Curiosamente, o termo “eurocepticismo” raramente é utilizado pela população Suíça, e, quando referido, é sobretudo orientado para descrever a atitude de agentes externos, como políticos de outros países e da UE. Apenas em casos excepcionais é o termo utilizado para expressar um sentimento nacional (Church, 2003: 3; Church, 2004: 269). Paradoxalmente, note-se como a atitude eurocéptica Suíça se encontra presente desde o início do processo de construção europeia, com a população a adoptar uma atitude bastante defensiva face à natureza integracionista promovida pelas então Comunidades Europeias (Gabriel, 2000: 9). Jochen Hille (2007: 65) vai ainda mais longe ao defender que o eurocepticismo já data desde a própria fundação da Confederação Suíça no século XIII, claramente induzido pela importância da ameaça externa que originou a criação do Estado Suíço. Assim, que forma de eurocepticismo é esta evidenciada pela população Suíça, que claramente desinteressada em aderir à União Europeia recusa definir-se enquanto eurocéptica? O eurocepticismo na Suíça deverá ser entendido enquanto forma de defesa do Estado-Nação e da sua identidade, e não como uma objecção à UE sem si. Assim, mais naturalmente os Suíços definir-se-ão enquanto “Swiss patriots defending the traditional rejection of entanglement in the outside world” do que eurocépticos (Church, 2004: 277). Jochen Hille (2007: 57) evidencia essa clara função que a população Suíça incute em si própria de defesa da Suíça face à UE:

“Eurosceptics perceive themselves mainly as defenders of the national community and its nation-state, which are regarded as warm, natural, close, just, efficient, peaceful and democratic, while an integrated Europe is perceived as a distant, cold and bureaucratic super-state EU”.

A população Suíça, ao analisar a relação do seu país com a União Europeia, encara tal relacionamento com desconfiança face aos impactos negativos que uma adesão trará aos interesses da Nação. Referem Christin e Trechsel (2002: 420) que “the perception of negative consequences resulting from potential Swiss EU membership can be described as a perception of threat to national interests”. Como tal, e ao percepcionar tal ameaça, a população reage desenvolvendo um sentido eurocéptico que protege o Estado-Nação Suíço dos ataques perpetuados por entidades exteriores. Será, por isso, uma atitude mais retroactiva e de resposta a uma ameaça à nação do que uma acção activamente procurando abater a imagem da UE. Curiosamente, uma atitude já por si histórica face à tendência do país em centrar-se na sua defesa interna, ao invés de ser expansivo e activamente procurar atacar os grandes impérios em seu redor.

O eurocepticismo Suíço poderá ser entendido como um caso daquilo a que William Bloom se refere de “National Identity Dynamic” (Bloom, 1990:52-53), na medida em que esta dinâmica descreve a acção de uma população que partilha da mesma identidade e que age “together to enhance and protect identifications already made” (Bloom, 1990: 53). Conforme refere o autor:

“The mass national public as one group will seek to secure, protect and enhance their general national identity. The national identity dynamic, therefore, describes the social-psychological dynamic by which a mass national public may be mobilized in relation to its international environment. This is to state explicitly that the mass national public has a clear and psychologically coherent relationship with international affairs.” (Bloom, 1990: 79)<sup>71</sup>

No entanto, uma simples assumpção de que na Suíça os eurocépticos não deverão ser encarados como verdadeiros opositores, encontrando-se numa situação meramente defensiva e actuando sem “atacar” a UE, negligencia a existência de um também forte e activo eurocepticismo presente na Confederação Helvética (Church, 2003:4). Clive Church (2003) demonstraria como o termo de “euroceptismo” poderá ser utilizado de um modo múltiplo ao referenciar uma divisão entre as várias formas pelas quais a população poderá percepcionar a UE e adoptando uma atitude

---

<sup>71</sup> Curiosamente, o autor estabelece um modelo de relacionamento entre a população, o Estado e a percepção de benefícios/ameaças exteriores neste processo de national identity dynamic onde atribui um papel de destaque à política externa do Governo em detrimento da dos cidadãos, na medida em que os últimos serão um “discrete actor in the foreign policy decision-making process” (Bloom, 1990:80). Podendo tal ser o caso em diversos países onde existe uma concentração do poder na máquina do Estado, reiteramos no entanto que tal modelo não será tão linearmente aplicável no caso da Suíça. Pelo contrário, a influência e o poder de decisão que são atribuídos aos cidadãos Suíços implica que os mesmos sejam, a par do Estado, um actor central na definição da política externa do país.

de “Euro-turbos” (pró-UE), “Euroskeptics” (eurocépticos) ou “Euro-gegners” (opositores). Adianta Clive Church (2003: 5) que tal multiplicidade permite reconhecer que à Europa se encontram associadas variadas formas de objecção, e que tal levará, portanto, à questão de como deverá ser entendido o termo de “eurocepticismo”. Como tal, e ainda que na sua generalidade a população Suíça seja eurocéptica pela sua postura de defesa do Estado-Nação Suíço e das suas particularidades, existem facções da sociedade que activamente manifestam contra os princípios e ideais da UE e que são verdadeiros “euro-gegners”<sup>72</sup>.

### 3.2.4. Movimentos cívicos contra a adesão

A existência de movimentos provenientes da própria sociedade cívica com o intuito de prevenir a adesão do país à comunidade europeia é uma realidade desde o início do processo integracionista. O cepticismo face aos resultados de participação no projecto europeu garante que o debate público seja maioritariamente ganho por forças anti-integração<sup>73</sup>. Em que medida as alterações vindas de uma adesão à UE serão produzidas e o impacto que as mesmas terão na estrutura Suíça não se encontra verdadeiramente delineado. E é neste limbo de indecisão que forças contra a UE reforçam a perda da identidade nacional como uma consequência nefasta e indiscutível no processo de integração europeia. Curiosamente, a própria estrutura política Suíça, através de um sistema de democracia directa, acaba por ser impulsadora do eurocepticismo, ao permitir que não somente os partidos políticos, mas a própria sociedade civil participem em movimentos contra a adesão à União Europeia (Church, 2004: 270).

Na actualidade, a AUNS (Acção para uma Suíça Independente e Neutra)<sup>74</sup> é a organização que se encontra mais enraizada na luta pela manutenção da soberania Suíça. Fundada em 1986, auto-denominou-se enquanto movimento de resistência que mantém a Suíça como um Estado neutro, independente e autónomo. A AUNS surgiu em contraponto à mudança de orientação política que o governo federal adoptara nos anos 80, e que visava aproximar o país das instâncias internacionais. Tal política de abertura traduzir-se-ia, na altura, por um projecto de adesão à ONU<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> Ao analisarmos alguns dos movimentos cívicos contra a adesão, faremos referência a esse eurocepticismo activo e à forma como este interage com os meros defensores da sociedade Suíça.

<sup>73</sup> Em contraponto aos movimentos contra a adesão à UE surgiram igualmente algumas organizações que desejam promover a integração europeia e apoiam a adesão da Suíça à UE, entre as quais a Nouveau Mouvement Européen Suisse (NOMES) e a Young European Swiss (YES). No entanto, e sendo o objecto de estudo da presente dissertação a análise do cepticismo Suíço, optaremos por centrar a análise nas organizações contra a adesão.

<sup>74</sup> A sigla alemã AUNS é o acrónimo para “Aktion für eine unabhängige und neutrale Schweiz”.

<sup>75</sup> O Conselho Federal propõe a adesão à ONU ao Parlamento Federal a 21 de Dezembro de 1981, após três relatórios efectuados nos anos 60 e 70 concluírem que não existia incompatibilidade entre a adesão e a política de neutralidade. O Parlamento Federal viria a aprovar o projecto de adesão em 1984.



e mais tarde à UE. Confrontados com uma nova realidade, os elementos mais conservadores da sociedade Suíça encaram essa posição com elevada apreensão e acabariam por instaurar a AUNS como forma de defender a tradicional soberania Suíça (Church, 2003: 8). Assim, conclui Clive Church (2003: 8), “the trigger for opposition to Europe was a radical shift in government policy”.

Este movimento tem nos últimos anos operado uma forte máquina propagandística baseada nos valores identitários Suíços – principalmente Federalismo, Neutralidade, Democracia Directa e Soberania -, com o intuito de apelar ao sentimento nacionalista dos eleitores. O factor identitário, sob o qual se baseia a própria definição de Estado-nação, tem um papel determinante junto do eleitorado Suíço, tendo mesmo sido inteligentemente explorado pelas facções da sociedade Suíça contra a União Europeia, nomeadamente o ASIN (Action pour une Suisse Indépendante et Neutre). Aspectos de outra ordem, nomeadamente económicos, são igualmente fonte de utilização por parte deste movimento.

Contudo, através de uma análise aos produtos de comunicação do AUNS será possível empreender a saliência e supremacia da questão da identidade nacional. O seu ímpeto nos factores caracterizadores da identidade Suíça não é inocente, não fossem estes o garante de união de uma sociedade internamente dividida e sem uma, mas várias culturas. Nesta luta do “eu” contra o “outro”, “members of the in-group feel threatened by out-group members in their symbols and values, such as their national identity and culture” (Safi, 2010: 97). As ferramentas políticas desempenham aqui um papel fundamental: são aquilo que caracteriza a sociedade Suíça, que é alvo de admiração e respeito, e que a organização diz perderem-se numa entrada na UE.

Aparte da AUNS, há outros organismos, com menor expressão, que se posicionam enquanto anti-UE, e que são especialmente activos nas campanhas que antecedem os referendos (Church, 2003: 26). De entre estes incluem-se o Fórum para a Democracia Directa (Forum für Direkt Democracy), o PresseClub Schweiz e o Young4FUN.ch. No entanto, individualmente, a maioria destas organizações é de uma dimensão pouco significativa (Church, 2003: 28). Como tal aquando de referendos, organizam-se sob a égide de uma comissão geral (Church, 2003: 27) e aí “they show there is considerable support for strongly anti-European stances in Swiss society” (Church, 2003: 28).

A Young 4FUN.ch é uma organização juvenil não-partidária, com mais de mil associados e estabelecida em 2001 com o intuito de prevenir a entrada da Suíça na União Europeia. Recorde-se que nesse mesmo ano realizava-se o referendo “Yes to Europe”. Esta organização, à semelhança da

AUNS, tem como objectivo primordial a garantia da liberdade, independência e neutralidade do país<sup>76</sup>, sendo por isso bastante crítica da UE e da NATO.

Apesar da diversidade de organizações que procuram defender os interesses da Confederação Suíça, todas partilham de uma definição de Nação Suíça comum, baseada na sua cultura política, e evidenciada através do seu discurso. Tal representação põe em evidência o carácter discursivo da própria identidade, e que é defendida por Wodak et al (2009: 22):

“If a nation is an imagined community and at the same time a mental construct, an imaginary complex of ideas containing at least the defining elements of collective unity and equality, of boundaries and autonomy, then this image is real to the extent that one is convinced of it, believes in it and identifies with it emotionally. The question of how this imaginary community reaches the minds of those who are convinced of it is easy to answer: it is constructed and conveyed in discourse, predominantly in narratives of national culture. National identity is thus the product of discourse”.

De facto, a identidade nacional não surge nem sobrevive no vácuo, e sendo um elo de ligação de uma comunidade imaginada, necessita de ser perpetuada de forma contínua através dos meios sociais. Ainda que a identidade nacional não possa ser reduzida à identidade narrativa, vertente que Wodak et al (2009) salientam no seu trabalho, encontramos no contributo destes autores uma base para a força dos movimentos cívicos e do seu sucesso em conseguir manter o país afastado das instituições europeias. Através do seu discurso onde reforçaram os laços da Nação em torno do que a caracteriza, alimentando a necessidade de manter aquilo que é verdadeiramente Suíço, a AUNS e demais organizações contribuem para um reforço da identidade nacional.

A acção destes movimentos cívicos enquadra-se na “estratégia construtiva” apresentada por Wodak et al (2009: 33). Para os autores, uma estratégia construtiva da identidade nacional é demarcada pela promoção da unidade e solidariedade nacionais com o intuito de preservar essa identidade face a uma ameaça vinda de fora (Wodak et al, 2009: 33). Tal importância foi igualmente confirmada por Clive Church (2003: 14), nomeadamente no que se refere à AUNS; na medida em que:

---

<sup>76</sup> FUN é o acrónimo em alemão para Freiheit (liberdade), Unabhängigkeit (independência) e Neutralität (neutralidade).

“Swiss anti-Europeans can have very active communication strategies. They all actively use the Web and encourage much advertising, pamphleting and letter writing. AUNS reckons that at crucial moments 40% of all references to Europe in the press come from its members. And their publicity relishes every ‘crisis’ in the Union because there substantiate its case.”

Especialmente a acção da AUNS no evitar de estreitamento de laços entre a Suíça e a União Europeia, tem sido, aliás, de uma importância extrema. As dúvidas criadas pelo projecto de adesão ao EEE em 1992 foram, salienta Clive Church (2003), brilhantemente exploradas pela organização, que na sua luta contra o projecto, atingiu os seus objectivos, ainda que de forma tangencial. Este exemplo marca uma tendência geral de exploração da desconfiança da população no projecto europeu para servir os propósitos de um movimento verdadeiramente contra a UE.

A ênfase da AUNS na identidade nacional Suíça, e naquilo que caracteriza a grandiosidade do país, como a democracia directa, o federalismo e a neutralidade, são fundamentos partilhados pelos eurocépticos, sejam eles confessos opositores à UE (“hard cepticism”) ou simplesmente defensores da nação Suíça (“soft scepticism”) (Church, 2003: 18). Em suma,

“such ‘soft-scepticism’ can be, and is, mobilized, usually through direct democracy, by a powerful ‘hard opposition’ movement. That gives it an influence beyond that of its own core support” (Church, 2003: 14).

Como tal, enquanto o “soft eurocepticism” poderá ser a base do eurocepticismo Suíço e representar a atitude maioritária da população, o “hard eurocepticism” encontra-se fundamentado por uma forte organização empenhada em garantir a autonomia e independência Suíças (Church, 2004: 27). Assim, será interessante verificar como a acção da AUNS recolhe o apoio populacional em momentos-chave de expressão do voto, ainda que uma fracção dos que votam a seu lado não sejam, na verdade, “faithful followers” da organização (Church, 2003: 31) e não deverão ser tidos, portanto, como representantes do movimento contra a UE. De facto, o eurocéptico-tipo é por natureza muito mais moderado na sua visão da integração europeia do que aquela expressa pelos movimentos cívicos contra a UE (Hille, 2007: 61).

### 3.2.5. A (in)compatibilidade entre identidade nacional e Identidade europeia

#### 3.2.5.1. O *Sonderfall Schweiz*

O povo Suíço é um povo orgulhoso da sua nação, do seu estilo de vida e do seu sucesso enquanto sociedade<sup>77</sup>. A Suíça soube construir-se num ambiente desafiante, numa multiculturalidade que muitos outros Estados não conseguem conciliar, por uma expressa vontade própria e sem a intervenção da comunidade internacional. É o chamado *Sonderfall Schweiz*, o caso especial Suíço, com a população helvética a salientar o sucesso do seu Estado-Nação. Por um lado, o país é independente há mais de 350 anos mantendo a sua soberania intacta. Por outro, desde a II Guerra Mundial que tem vivenciado um exponencial desenvolvimento económico e social. O país sairia, aliás, como um dos grandes vencedores do conflito ao não ter participado nele, pois “the Swiss ended up far richer than the other peoples of Europe” (Schwok, 2009: 96). Também, será de relevo recordar, este caso especial encontra-se intrinsecamente ligado ao próprio sistema democrático Suíço. O sucesso na aglomeração de uma multiplicidade impressionante de credos, culturas e etnias para fazer da Confederação Suíça um Estado próspero é mundialmente admirado é resultado de uma fórmula institucional única, e por esse facto, motivo de orgulho nacional. Como tal, Ruffy et al (2004: 115) descrevem uma consciência de grupo que surgiu já há várias décadas e que mantém na actualidade:

“chez les Suisses (...) s’installe le sentiment, encore vivace aujourd’hui, d’appartenir à un peuple élu qui s’était sauvé par lui-même.”

A interiorização dos benefícios que o sistema Suíço promove incute na população uma identificação simbólica com um sistema que garante a sua prosperidade e protecção. Face à forte crença na singularidade do seu país, os Suíços não sentem a necessidade de melhorar uma realidade que os próprios já entendem como ideal. Defende por isso Jochen Hille (2007: 68-69) que a:

“Euroscptical self-description is based on the view that the nation and the nation-state are the best model with which to organize society – or at least better than the cold, distant, inefficient and undemocratic EU”.

A base da atitude contra a adesão do país à União Europeia encontra-se fundamentada,

---

<sup>77</sup>O 7.º Barómetro da Identidade do Credit Suisse, realizado em 2010, confirma o elevado orgulho do cidadão Suíço em pertencer ao seu país, com mais de 80% dos inquiridos a demonstrar ter orgulho (42%) ou muito orgulho (40%) em ser Suíço (Credit Suisse, 2010: 6).

também para Clive Church (2003: 15) no facto de a Suíça acreditar ser um caso especial de prosperidade nacional em contraponto com o sistema da UE. Aliás, não só a integração na União Europeia é entendida como desnecessária, como um sinal de impotência e fracasso (Church, 2003: 15), declinando a particularidade do caso Suíço e potenciando efeitos nefastos:

“Certaines personnes sont convaincues que la situation helvétique est idyllique au point que l'adhésion de la Suisse à l'Union Européenne ne peut qu'avoir des conséquences négatives.” (Rennwald et al, 2005: 115)

Sem um móbil preponderante e inegavelmente benéfico que projecte a adesão ao projecto europeu, não existe para a população Suíça uma razão válida para abandonar um sistema de assinalável sucesso, e adaptar-se a um outro que é tido por alguns segmentos da sociedade como erróneo, autoritário e dominado por euroburocratas, grandes Estados ou até ambos (Church, 2003: 16). Assim, a questão para muitos Suíços não será se a Suíça será eurocompatível, mas antes o contrário, se a UE é compatível com a Suíça (Church, 2003: 17).

### **3.2.5.2. Um impedimento à identidade europeia?**

O *Sonderfall Schweiz* é um elemento fulcral na definição da própria identidade Suíça, reforçando o apreço e dedicação pelo que caracteriza a particularidade desta nação. Poderá tal facto ser igualmente elucidativo do eurocepticismo Suíço, denunciando o impedimento de a população se sentir em igual medida europeia? Teoricamente, será possível a um indivíduo desenvolver diferentes identidades face aos diversos espaços onde actua, ou seja, ter identidades múltiplas (Smith, 1992:59; Smith, 2008: 25; Wodak et al, 2009:16-18; Bloom, 1990: 72; Hooghe e Marks, 2004: 416). Conforme Anthony Smith (1992: 59) notou:

“however dominant the nation and its national identification, human beings retain a multiplicity of allegiances in the contemporary world. They have multiple identities”.

Como tal, é possível desenvolver simultaneamente tanto uma identidade como uma forte conexão face aos diversos espaços onde actua, seja a nível macro, como a Europa, seja a nível micro, como uma região e/ou nação (Sråth, 2002: 390; Risse, 2003: 7). Ainda que a identidade suponha uma ligação e existência particulares, note-se que a multiplicidade de identidades não acarreta por natureza uma incongruência e um conflito entre as mesmas. Pelo contrário,

“ideas of belonging are overlapping, inclusive and exclusive in complex and

contradictory patterns, where it would be far too simple to put a European identity against national ones” (Sråth, 2002: 390).

Desse modo a lealdade face à identidade nacional não se encontra invariavelmente ameaçada por uma igualmente forte ligação à Europa, na medida em que estas não serão necessariamente exclusivas. Assim, e apesar de distintas, as identidades europeia, nacional e regional constituem três níveis, tecnicamente autónomos, mas que se entrecruzam e relacionam, resultando dessa interacção expressões que poderão variar entre a total concordância e a total incompatibilidade (Sråth, 2002: 390). O caso Suíço é, neste ponto, paradigmático, pois a sua população, é, aliás, uma das que mais se identifica enquanto “europeia”. Chega inclusive a suplantar as de outros Estados, como Alemanha, Itália, Portugal ou Reino Unido, que há vários anos aderiram ao projecto de construção europeia: o estudo European Mindset de Abril de 2010, da Fundação BBVA, efectuado em 14 países europeus (12 dos quais Estados-membros da UE) revelou que a população Suíça é aquela onde uma maior percentagem da população se considera igualmente nacional e europeia (28.6%) (Fundação BBVA, 2010). Os eurobarómetros são igualmente reveladores dessa elevada ligação à Europa, com uma vasta maioria da população a definir-se enquanto europeia<sup>78</sup> e a ser em média mais ligada à Europa do que os cidadãos dos países da UE<sup>79</sup>.

Note-se, ainda assim, a predominância da identidade nacional sobre a europeia, que Anthony Smith (1992: 62) adianta resultar de uma clara vantagem da primeira:

“national identifications possess distinct advantages over the idea of a unified European identity. They are vivid, accessible, well established, long popularized, and still widely believed, in broad outline at least. In each of these respects, ‘Europe’ is deficient both as idea and as process”.

Como tal, não será surpreendente que a ideia de identidade europeia ainda tenha “un bon bout de chemin à faire dans très nombreux esprits” (Coutau, 1996: 57), não só na Suíça, mas em qualquer nação que deseje ver fomentada a sua ligação à comunidade europeia.

A percepção pública da União Europeia e da Europa no seu geral são distintas, e a sua

---

<sup>78</sup> Ver Gráfico 7 (Anexo II).

<sup>79</sup> Os Eurobarómetros de 1999 a 2005 que analisam a ligação da população à Europa tanto nos países da UE como na Suíça revelam que a média de cidadãos da UE ligados ou muito ligados à Europa nunca ultrapassou os 66%, enquanto na Suíça a ligação foi sempre superior a 73% (ver Tabela 2, Anexo III).

diferenciação será um ponto importante para a definição do próprio cepticismo que caracteriza o povo helvético. Thomas Risse (2003) salienta a necessidade de se abordar os dois conceitos diferenciadamente face aos efeitos que ambos detêm sobre a identidade do indivíduo. Defende o autor que:

“People might feel a sense of belonging to Europe in general, while feeling no attachment to the EU at all – and vice versa” (Risse, 2003: 9).

Como tal, Europa e União Europeia não deverão ser entendidos como sinónimos no estudo do eurocepticismo Suíço, na medida em que o seu impacto é díspar e origina reacções diferenciadas. Deveremos, pois, efectuar uma clara distinção entre uma identidade cultural, de uma “Europe-as-culture”, e outra política, “Europe-as-EU” (Kufer, 2009). De modo geral, a população Suíça sentir-se-á culturalmente mais identificada com a Europa, no entanto, a nível político, o eurocepticismo será preeminente. Thomas Risse (2003) apoiou-se no trabalho de Michael Bruter, que estabeleceu uma divisão entre as componentes “cívica” e “cultural” da identidade europeia, de forma a salientar esta distinção. Referia Michal Bruter (2004: 188) que tal distinção é óbvia na Europa, pois:

“institutionally, civic identity will probably refer to the European Union, while culture and shared heritage will probably refer to the Europe as a whole”.

Como tal, o forte apego da população Suíça a uma identidade europeia estará mais directamente relacionada com a partilha de um passado histórico e cultural, evidente na Suíça multicultural contemporânea, do que com uma afinidade com o projecto de integração europeia. O estudo da Fundação BBVA não denota pois um paradoxismo na atitude Suíça, sendo antes um reforçar da distinção entre identidade cívica/política e identidade cultural patente no país, e que se reflecte na atitude face à Europa e à União Europeia. Esta análise de eurocepticismo institucionalmente induzido permite-nos assim explicar o facto de o afastamento à União Europeia não ser primariamente de ordem cultural. Como tal, o forte apego à Europa ao nível da sua multiculturalidade e a existência de uma autêntica multiplicidade étnica intra-fronteiras não será de todo paradoxal com uma rejeição ao projecto de integração europeia. Contudo, sendo a União Europeia um projecto intrinsecamente político, e cujas estruturas se encontram desfasadas face ao sistema único Suíço, será com dificuldade que a população encontrará o elo identificador necessário para a atribuição de soberania à UE. Tal como Thomas Risse (2003) defende “willingness to grant the EU authority requires some identification with Europe” (Risse, 2003: 4).

Também Dieter Fuchs, Isabelle Guinaudeau e Sophia Schubert (2009: 104-108) defendem que a existência de uma identidade europeia tem um efeito positivo no apoio à integração europeia. No entanto, e se a nível cultural a população Suíça poderá sentir essa conexão, ao nível político tal ainda não é todavia uma realidade. A Suíça, única e singular, possui para a população uma singularidade política que não é partilhada por mais nenhum outro Estado. E dos extremos identitários do egoísmo e da solidariedade (Wendt, 1994: 387)<sup>80</sup>, o pendor está claramente para o primeiro.

### **3.2.6. As divisões internas face à União Europeia**

Apesar do eurocepticismo instalado no país, este não é totalmente adoptado por parte de qualquer grupo da sociedade, de forma indiscriminada. Será de relevo destacar algumas das divergências internas que têm marcado a posição da população Suíça nas suas relações externas, nomeadamente com a União Europeia. De facto, refere Clive Church (2003) que “far from being uniformly hostile to ‘Europe’, the country is actually very divided on European issues, and also very uncertain about them” (Church, 2003: 4).

Conforme analisado anteriormente, o eurocepticismo não recolhera até ao início do século XXI uma clara maioria da população. De facto, os actuais índices de eurocepticismo são um fenómeno extraordinário face à divisão que caracterizou a sociedade helvética até à actualidade. Por outro lado, note-se que algumas das relações que a Confederação Helvética desenvolveu com a União Europeia, como por exemplo os acordos bilaterais, recolhem o apoio considerável por parte da população (Church, 2003: 4) e, como tal, a definição do eurocepticismo Suíço é mais complexa do que se poderia inicialmente supor.

Será, pois, importante diferenciar as diferentes atitudes expressas pela população em relação à União Europeia, e, mesmo de entre de os cépticos, reconhecer que “not all those with doubts about European integration subscribe to hard-line anti-Europeanism” (Church, 2003: 31). Apesar de o eurocepticismo estar presente em grande fracção da população suíça, uma parte considerável da mesma conseguiu ver a aceitação dos acordos bilaterais como uma possibilidade de desenvolvimento económico. A prossecução da via bilateral seria encarada pela população como uma situação vencedora para alcançar os objectivos do país. Na época, e, a nosso entender,

---

<sup>80</sup>Alexander Wendt afirmaria que “identification is a constinuum along which actors normally fall between the extremes, motivated by both egoistic and solidaristic loyalties. The existence of multiple loyalties is at the heart of the debate over ‘European identity’ and may generate substantial role conflict” (Wendt 1994: 387).



ainda na actualidade, com os acordos bilaterais que então se estabeleceram, os Suíços:

“tended to think that they had the best of all worlds, a kind of quasi-membership.

And Swiss public opinion was very happy with this situation” (Church, 2003: 7).

Seria ilusório acreditar, ainda assim, que os Acordos Bilaterais sejam totalmente aclamados pela nação helvética. De facto, à semelhança da adesão à UE, também nesta forma de cooperação existe algum cepticismo. Aliás, dos eleitores que votaram contra a aceitação dos Acordos Bilaterais I (22.8%), uma parte considerável (38%) fê-lo por oposição à UE e não pelo conteúdo dos acordos (Hirter e Linder, 2000). Será pois importante reconhecer que para alguns Suíços existe a percepção de que estes sejam um primeiro passo para a entrada na UE (Schelbert, 2007: 106).

A divisão face aos Acordos é de tal forma vincada que, num estudo de Outubro de 2001, 46% da população a considerá-los-ia um “mixed blessing”, com efeitos simultaneamente nefastos e benignos. Contudo, a percepção de os Acordos serem benéficos (24%) acabaria por ser ainda assim superior à de que estes seriam sobretudo desvantajosos (16%) (Church, 2003: 10). A avaliação racional dos resultados que a aproximação pela via bilateral terá no país é pois um exercício que terá um peso importante na definição da atitude e do voto Suíços.

Como tal, a abertura da população face a estes acordos não deverá ser entendida como uma redução no eurocepticismo Suíço. A via bilateral demonstra antes de mais a necessidade – e não uma vontade - de aproximação, especialmente por razões económicas. Tal seria evidente aquando dos referendos efectuados na Confederação Suíça sobre a aceitação dos Acordos Bilaterais. A comunidade germanófona, naturalmente decisiva face à sua posição dominante no país, votou favoravelmente por acreditar nas vantagens económicas de tal aproximação sem no entanto deixar de ser eurocéptica (Hirter e Linder, 2000). Já a maioria da comunidade francófona votou favoravelmente por ser mais favorável a uma adesão à UE, mantendo uma atitude pré-existente.

De facto, é evidenciada nos acordos bilaterais uma concordância interna nacional que contraria a tendência pró-europeia da comunidade francófona face à atitude anti-europeia da comunidade germanófona. Tal facto leva Clive Church (2007: 2) a defender que, até certo ponto, a divisão face à Europa coincide com as divisões linguísticas do país, um fenómeno que foi apelidado de *Röstigraben*.

### 3.2.6.1. O *Röstigraben* e a Europa

O *Röstigraben* é um fenómeno divisório, sobretudo de âmbito cultural, que separa as comunidades francófona e germanófona da Suíça. Esta fissura entre as duas Suíças tornou-se evidente aquando da Guerra Franco-Prussiana ou da I Guerra Mundial, quando ambas as comunidades adoptaram partidarismos com base no factor cultural e linguístico (Steinberg, 1996).

Na actualidade, as diferenças culturais que separam as duas maiores comunidades linguísticas do país persistem. Este fosso entre as *duas* Suíças tem sido marcado por vários processos eleitorais, com um resultado antagónico entre as Suíças germanófona e francófona a ser um resultante recorrente e, de certo modo, expectável. A divergência é especialmente acentuada no que se refere a votações relativas às relações externas do país, e a população encontra-se ciente dessa diferenciação. Questionada sobre as razões do *Röstigraben*, a população Suíça aponta a atitude face à Europa como o elemento que mais separa as duas comunidades<sup>81</sup>. Mais do que outras questões possivelmente diferenciadoras, como as económicas, ecológicas ou de política interna (MIS Trend e L'Hebdo, 2009).

Após o histórico voto de 6 de Dezembro de 1992, onde se deu a recusa à adesão ao Espaço Económico Europeu (EEE), duas Comissões criadas pelo Parlamento Federal Suíço encarregaram o politólogo Wolf Linder de analisar o fenómeno. Ao examinar as 164 votações federais que decorreram desde 1972 até 1992, Wolf Linder concluiu que em 18% dos casos houve uma divergência entre as comunidades germanófona e francófona (Weibel, 1997: 35). E a tendência terá sido de alargamento desse fosso, especialmente na área das relações externas:

“Cette polarisation entre les deux grands groupes et ces différences ce sont accrues depuis 1972, tout particulièrement lors des trois dernières consultations ayant trait aux affaires étrangères.” (Weibel, 1997 : 35)

Caso insólito, mas recorrente, e que viria a ser explicado nos relatórios das duas Comissões como resultado de uma visão díspar da historia do país e que se traduz no plano cultural das duas facções:

“La Suisse alémanique affiche une vision très idéalisée de l’histoire du pays, tournée vers un passé glorieux mythifié. La Suisse romande, en revanche, ne considère plus

---

<sup>81</sup> A atitude face à Europa cria um fosso entre as comunidades Suíças para 65% da população germanófona e 71% da população francófona (MIS Trend e L'Hebdo, 2009: 6).

aujourd'hui ces mythes comme des références" (Weibel, 1997 : 36)

O aspecto cultural tem neste ponto um papel de relevo na definição da atitude face ao exterior, na medida em que tal representa a definição de uma atitude face aos principais países vizinhos, Alemanha e França. Enquanto a Suíça francófona mantém laços culturais bastante próximos com França e a relação entre ambos se tem caracterizado por uma elevada estabilidade, já o mesmo não acontece no outro lado do *Röstigraben*. Historicamente, a relação entre Suíços germanófonos e Alemanha tem sido bastante conflituosa e a vontade de distanciamento por parte da população Suíça face ao gigante vizinho é notória (Weibel, 1997: 36). Tal caracteriza-se especialmente ao nível da língua alemã, com o *Hochdeutsch* (Alemão padrão) a ser cada vez mais negligenciado pela população Suíça. "Le dialecte est la première langue du pays, parlée dans tous les registres de la vie quotidienne", notou Ernest Weibel (1997 : 52). A utilização dos dialectos alemães Suíços é encarada como uma emancipação e um estandarte nesta afirmação cultural própria. Existe uma forte disparidade ideológica entre as duas regiões linguísticas no que se refere ao apoio à integração europeia (Safi, 2010: 106).

Jochen Hille (2007: 65) defende, aliás, que o próprio facto de a mitologia associada aos grandes heróis históricos Suíços, como Guilherme Tell, ser mais popular de entre as comunidades germanófonas poderá ser em parte explicativa de existir um maior eurocepticismo na Suíça alemã<sup>82</sup>. Nesse ponto, Kriesi et al (1999: 21) notam que:

"the national myths of the heroic past seem to resonate more in the Swiss-German part of the country, given that, until the early 19th century, the Swiss confederation was essentially Swiss-German-speaking."

A força do *Röstigraben* é de tal modo robusta que Ernest Weibel (1997: 38) não hesita em apontar o factor linguístico como o factor de disparidade: "Lors du vote du 6 décembre 1992, la langue a joué le rôle révélateur de différence". Tal ficou expresso nos resultados dos vários cantões. Os seis cantões francófonos ou de maioria francófona, juntamente com Basileia-Cidade e Basileia-Campo, votaram a favor da adesão ao EEE; do outro lado, os quinze cantões germanófonos, Grisões e Tessino votaram contra. Assim, nesta votação, os cantões francófonos estavam, na realidade, unânimes a favor da adesão, mas a clara rejeição da quase totalidade dos cantões

---

<sup>82</sup> A mitologia Suíça é sobretudo baseada em acontecimentos ocorridos na Suíça alemã. Anthony Smith (1992: 62) salienta que em Estados multiculturais existe uma tendência para transcender à Nação as mitologias e memórias da comunidade étnica predominante.

germanófonos acabaria por ditar o resultado final. Tal divisão tem ficado assente ao longo das várias votações efectuadas, e tem sido igualmente expressiva no que se refere à Europa. De tal modo que:

“Il apparaît que les Romands et les Alémaniques n’ont pas la même vision des problèmes dès que l’on parle ou l’on fait référence à l’Europe” (Weibel, 1997: 44).

Mas as próprias divisões internas têm evoluído, e o *Röstigraben* poderá estar a perder importância para novos factores divisórios que acentuam de forma mais vinculada diferentes atitudes políticas. Na última década, não serão tanto as divergências entre regiões linguísticas que marcam o paradigma de fragmentação interna, mas a dicotomia cidade/campo, com as áreas urbanas a demonstrarem um espírito mais tolerante e adepto da mudança, em contraste com as áreas rurais, tradicionalmente mais conservadoras (Steinberg, 1996: 108). Reflexão que Ernest Weibel e o seu grupo de trabalho já faziam transparecer na sua análise do voto de 6 de Dezembro de 1992. Conforme notaram:

“Une analyse plus fine du scrutin du 6 décembre 1992 fait apparaître l’existence d’une autre fracture. Celle-ci s’établit, entre autres, entre les centres et les périphéries et entre les régions endogènes et les exogènes. La Suisse du non est rurale, préalpine et alpine, périphérique et pauvre. Elle est localisée dans les montagnes et campagnes. Elle est dépositaire de l’identité suisse. Alors que la Suisse du oui se caractérise par un habitat dans le Plateau. Elle est urbaine, industrielle et « plutôt » riche. Le vote du 6 décembre peut se définir comme le vote de la Confédération de 1291 face à la Suisse de 1992.” (Weibel, 1997 : 43)

Também Clive Church (2007: 2) reconhece que, apesar de a comunidade francófona continuar a ser claramente mais receptiva a uma adesão<sup>83</sup>, a diferença entre comunidades linguísticas esbateu-se pelo facto de a Suíça francófona ser actualmente menos eurófila e de a Suíça alemã ter perdido algum do seu cepticismo. Assim, o fenómeno do *Röstigraben* face à UE sofre uma mutação pela emergência de dados inovadores, entre os quais uma atitude mais eurocrítica de entre as camadas mais jovens, outrora eurófilas. Como tal, a divisão da Suíça face à União Europeia ultrapassa a simples questão linguística. O actual *Röstigraben* deverá ser encarado como espelho das diferentes realidades dicotómicas que caracterizam esta sociedade pluralista e

---

<sup>83</sup> A adesão é apoiada por 40% dos francófonos e por apenas 21% dos germanófonos (Church, 2007: 2).

heterogénea, e que definem o voto pró ou contra a Europa. Estas realidades traduzem-se na fragmentação entre áreas rurais e áreas citadinas, entre indivíduos jovens e mais idosos, e entre a população de elevada e baixa formação académica (Gabriel, 2000: 4). Ao caracterizar o perfil padrão do Suíço, Jürg Martin Gabriel apresenta uma clara distinção entre o jovem urbano francófono que tende a ser pró-Europeu, face ao idoso rural germanófono que mais naturalmente se vai opor à Europa (2000: 4). Jochen Hille (2007: 61) apresenta um traço sócio-económico do eurocéptico coincidente com a definição de Jürg Martin Gabriel, ao serem características-padrão o “low degree of education and a low socio-economic status, a person residing in the rural periphery”. Igualmente, refere o autor a importância do fosso entre germanófonos contra e francófonos pró-Europa, bem como a tendência mais europeísta das regiões fronteiriças face à defesa da Nação livre e independente salvaguardada pelo coração geográfico e histórico da Suíça (Hille, 2007: 62).

A divisão linguística, em ocasiões da vida social, tais como escrutínios, tem deixado a sua marca. No referendo de 1992 em que foi rejeitada a adesão ao EEE “des motifs identitaires ont divisé les Suisses; le plus grand clivage étant la langue” (Weibel, 1997: 43). O eurocepticismo Suíço é, por isso, bastante peculiar, pois “it rejects both less binding forms of relationship with the EU and wider involvement with the outside world” (Church, 2003: 9). Por outro lado, o *Röstigraben* é denunciador de que a oposição à União Europeia é um fenómeno bastante desequilibrado a nível interno (Theiler, 2004: 636). Tobias Theiler (2004) refere que os factores económico e identitário são, na realidade, insuficientes para explicar o eurocepticismo Suíço, pois não decifram o porquê de haver tal fosso entre o apoio à UE por parte de francófonos e germanófonos, se ambas comunidades têm uma elevada ligação às instituições políticas e à Nação Suíça. Para Theiler (2004) existem quatro elementos fundamentais que incrementam o eurocepticismo: a origem cultural anglo-saxónica (por oposição às culturas latinas); a posição dominante do grupo cultural num país multicultural; o desenvolvimento económico e um legado político de sucesso. Defende, pois, o autor, que a Suíça Alemã possui as quatro características, e, sendo as de ordem cultural especificamente peculiares à comunidade germanófona, contribuem para um incremento do seu eurocepticismo<sup>84</sup>. O factor cultural coloca em evidência o porquê de apesar de a Suíça, sendo um Estado-Nação, ser internamente díspar na sua atitude face à Europa. O elemento distintivo, o cultural, impele a comunidade germanófona a insurgir-se contra o projecto europeu, temendo não

---

<sup>84</sup> A comunidade germanófona dispõe de uma cultura própria, nomeadamente ao nível linguístico através da utilização dos dialectos, que a afastam da cultura alemã, enquanto a comunidade francófona se sente membro de um espaço cultural francófono alargado. Para mais consultar Theiler (2004).

só as alterações de ordem política e institucional mas igualmente as repercussões que as influências da Alemanha teriam na singularidade da expressão cultural da Suíça alemã. Pelo contrário, sendo a Suíça francófona culturalmente mais próxima de França, não encara uma aproximação ao país vizinho como uma ameaça à sua identidade cultural.

### **3.2.7. A influência da opinião pública sobre a posição oficial do Estado Suíço**

A força do eleitorado Suíço na definição da política externa europeia é um factor a ter em conta na própria posição oficial do governo face à UE. A resenha histórica do relacionamento entre Suíça e UE é elucidativa do impacto que a população teve em vários momentos da história da Confederação. Pressionado pela própria população, o Conselho Federal fora incitado a adoptar uma posição que procurasse evitar as desvantagens de um total isolamento nacional, mas sem no entanto colocar em causa os valores fundamentais da neutralidade, autonomia e liberdade do país. Como tal, a política do Conselho Federal na sua aproximação à Europa traduzir-se-ia numa “terceira via”, um meio-termo entre a adesão e o total isolacionismo, vigente até ao final dos anos 80 e com o apoio popular (Church, 2003).

Contudo, com a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o final da Guerra Fria, o Conselho Federal vir-se-ia confrontando com uma situação que questionava a conveniência da posição Suíça internacional até então em prática. Como tal, no início dos anos 90, o governo adoptaria uma posição de abertura ao exterior, revendo as suas políticas militar, europeia e de neutralidade, inclusive considerando a adesão à UE como um “objectivo estratégico” (Möckli, 2008: 2). Fruto desta nova política de aproximação, destacam-se as negociações para o Espaço Económico Europeu (EEE), em 1991, e a candidatura de adesão à União Europeia, em 1992<sup>85</sup>. Algo que, claramente, ultrapassava os limites estipulados pela atitude Suíça ao longo da sua história (Church, 2003: 8). Como Clive Church (2003: 9) salienta:

“when the government felt forced by circumstances to seek new ways of defending Swiss interests, they were only followed by a part of the population. A majority were doubtful while a minority became increasingly angry and alarmed about the new policies and their apparent dangers”.

A posição antagónica entre a sociedade e o seu governo acabaria por resultar num fosso

---

<sup>85</sup> O pedido de adesão à UE seria uma prática partilhada pel larga maioria dos países da EFTA, nomeadamente Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega (Keiner, 2005: 7-8).

que se manifestaria na recusa do EEE. A mobilização geral da população no referendo de 6 de Dezembro de 1992 - participação de 78.3% dos eleitores, uma das mais elevadas da história Suíça (Church, 2003: 11) - particularmente incentivada pela falta de confiança na acção do Conselho Federal, acabaria incutir no governo uma derrota pesada e humilhante (Church, 2003: 11). Este dia marcaria um ponto de viragem, coagindo o Conselho Federal a regressar a uma política que representasse o desejo da população, da qual resultaria o congelamento do pedido de adesão à UE. A influência da opinião pública sobre a acção política, especialmente devido aos instrumentos de democracia directa, é uma realidade constante à qual o Conselho Federal tem necessariamente de se adaptar. No fundo, a população acaba por ser um agente político por excelência na definição da política externa nacional, “whether by deliberately blocking change or simply by forcing caution on the Federal Council by the threat of referendum defeat” (Church, 2003: 11). O Estado vê-se, pois, coagido a actuar a nível internacional de acordo com os padrões definidos pela identidade nacional Suíça. William Bloom (1990) refere-se a esta defesa do Estado face ao exterior como a função “internacional” do relacionamento psicológico entre população e Estado. Explica o autor que a construção de um Estado-nação é mais bem sucedida quando o Estado recebe o apoio da população no seu relacionamento com actores exteriores e que esse apoio se manifesta sobretudo “in situations where symbols of national identity are perceived to be threatened” (Bloom, 1990: 58).

Ainda assim, e apesar da influência da opinião pública, o Conselho Federal manteria, no final dos anos 90, a esperança numa futura adesão à comunidade europeia, explícita no seu Relatório de 1999, onde esta era apontada como um objectivo estratégico para o país. O Conselho Federal manteria por isso a convicção de que, a longo prazo, a Suíça saberia defender melhor os seus interesses se estivesse integrada numa organização como a UE. Situação que se viria a alterar ao longo do século XX, com o Governo a entrar em conformidade com os sinais demonstrados pela opinião pública e a adoptar ele próprio uma atitude mais eurocéptica. Uma nova atitude que recolhe o apreço da população. Conforme William Bloom (1990: 58) notou:

“Provided that state foreign policy initiatives can be perceived to be defending or enhancing national identity, then the state can take an initiative in foreign policy in the confidence that there will be an initial and automatic response of support from its citizens”.

Como tal, os relatórios do Conselho Federal Suíço revelam uma atitude política cada vez

mais oposta a um cenário de adesão à UE, valorizando a via bilateral como a que melhor defende os ideais e interesses da Confederação. Nos Relatórios de 2006 e 2007 a adesão já só seria encarada como uma de entre as várias opções, havendo uma clara preferência pela manutenção e aprofundamento de acordos bilaterais (Canosa, 2008: 10). Melhorar a eficácia dos acordos bilaterais tornou-se, portanto, o objectivo primordial do Conselho Federal na implementação da sua política europeia (Möckli, 2008: 2).

### **3.3. O impacto das instituições políticas na definição do eurocepticismo Suíço**

Tal como fora abordado na presente dissertação, a questão sobre como a identidade nacional poderá ser um entrave à participação de um Estado-nação num processo de integração regional é um exercício fulcral na definição da opinião pública Suíça. Hooghe e Marks (2004) estudaram o paralelismo entre a identidade nacional de vários Estados-membros da UE e o apoio à integração europeia, chegando à conclusão de que, dependendo do país, a identidade nacional poderá contribuir ou diminuir o apoio à integração europeia. Também Bo Sråth (2002) defende que a Europa poderá ser simultaneamente o “nós” ou o “outro”, fortalecendo ou enfraquecendo a identidade nacional (2002: 390-391). O factor decisório que definirá o pendor integracionista ou isolacionista da identidade nacional será o desta se caracterizar como “exclusiva” ou “inclusiva”. Ou seja,

“Do citizens consider national identity as something that can go hand in hand with European integration, or do they believe that European integration limits or threatens their national identity?” (Hooghe e Marks, 2004: 418)

No país helvético, é também esta a grande questão do debate interno sobre a adesão à União Europeia (Hille, 2007: 69): poderá a integração europeia garantir a manutenção dos valores e ideais defendidos pela população Suíça, ou será antes uma ameaça à própria existência da identidade que demarca o Estado-Nação?

Gostaríamos, neste ponto, de fazer alusão à descrição que Francisco Lucas Pires efectuou das organizações supranacionais, e de entre as quais se encontra a própria União Europeia. Refere o autor que características intrínsecas às mesmas são:

“a apropriação de competências exclusivas; a constituição de órgãos próprios independentes; a capacidade para emitir decisões vinculativas, directamente aplicáveis aos Estados-membros e respectivos cidadãos; a possibilidade de recurso a



mecanismos sancionatórios capazes de compelir os Estados-membros a obedecer às respectivas determinações, mesmo quando adoptadas contra a vontade de alguns deles” (Teixeira, 2008: 83).

Esta breve descrição de uma organização supranacional coloca desde logo em evidência o conflito que a mesma representa para uma sociedade que se encontre baseada nos quatro pilares identitários por nós apresentados anteriormente: neutralidade, democracia directa, federalismo e soberania. Não é de todo explícito quais as alterações que teriam de ocorrer na utilização destes instrumentos aquando de uma adesão à UE. Se por um lado estes não teriam obrigatoriamente que ser abandonados por completo, por outro, nenhum deles poderia remanescer nos actuais moldes, sem qualquer adaptação ou limitações (Christin e Trechsel, 2002: 422). Confrontados com esta realidade, os cidadãos Suíços têm demonstrado a sua dedicação em proteger a identidade Suíça e em actuar de acordo com os valores-base da sua sociedade. A lealdade dos Suíços face ao seu sistema político estabelece um respeito pelo funcionamento do Estado que motiva uma acérrima recusa pela adopção ou adaptação a um outro sistema com o qual não se sentem identificados. De facto, defende Jonathan Steinberg (1996: 258), a Suíça é genuinamente eurocética pois:

“it doubts whether Brussels and its authoritarian, centralist, francophone, bureaucracy will govern the country better than its own democracy. The chances are that it will not.”

Assim, a neutralidade, o federalismo, a democracia directa e a soberania contribuem para a construção de um Estado-Nação Suíço único e singular, com cultura e identidade políticas díspares daquelas existentes na Europa. É a chamada “Swiss political uniqueness”, que garante à multiplicidade populacional “to live together in peace and to practice the sort of politics that many consider exemplary for all of Europe” (Gabriel, 2000: 9). A elevada ligação às instituições políticas influencia a atitude face à construção europeia, na medida em que o sentimento de cidadania e nacionalidade Suíças se encontra intimamente ligado a estas mesmas instituições, que a população não deseja ver reformuladas. Note-se, aliás, que existe uma elevada intersecção na forma como estes elementos constroem e reforçam os ideais defendidos pela sociedade Suíça. As várias instituições políticas cooperam e foram desenvolvidas no seio do sistema Suíço como parte integrante de uma estrutura que suporta a unidade da Confederação Suíça, e como tal, encontram-se intimamente ligadas. Por motivos de análise académica efectuaremos, no entanto, uma análise

individualizada a cada uma das quatro instituições, que possibilite compreender a atitude eurocéptica e a percepção de perigo especificamente associadas à neutralidade, ao federalismo, à democracia directa e à soberania.

### **3.3.1. A adesão à UE e a perda da posição neutral**

A neutralidade é indiscutivelmente uma das características fundamentais da identidade nacional Suíça (Gabriel, 2000: 12). A sua importância é de tal ordem que Tamara Ehs (2005: 48) não hesita em afirmar que Suíça e neutralidade poderão mesmo ser encaradas como sinónimos, denunciando a forte ligação que a população detém sobre esta forma de política não-intrusiva. Desde a própria existência da Confederação Suíça que a neutralidade tem sido um dos temas centrais na questão de coesão interna do país e na sua protecção face a agentes exteriores. Uma “pedra angular” na política externa Suíça e o tema mais debatido aquando de possíveis adesões a organizações supranacionais (Christin e Trechsel, 2002: 422). Por esse facto, a garantia de uma posição neutral é determinante na relação da Confederação Suíça com entidades externas, e mais particularmente no que se refere a adesão a organismos supranacionais e/ou intergovernamentais. Deste modo, existirá uma incompatibilidade entre a manutenção da neutralidade Suíça, e de todo o simbolismo associado a esta, e uma adesão à União Europeia? Formalmente, será importante salientar que, conforme defende Philippe Welti (2003: 54):

“apart from military alliances and coalitions, there are no forums of international co-operation which would genuinely be incompatible with Swiss neutrality”.

René Schwok (2009: 98) partilha da mesma opinião ao defender que a adesão à União Europeia não implicaria a necessidade de abandonar a política de neutralidade. Aliás, note-se que actualmente a União Europeia conta já com quatro Estados-membros declaradamente neutros (Áustria, Finlândia, Irlanda e Suécia), ainda que a maioria tenha abandonado o princípio da neutralidade na sua política de defesa<sup>86</sup>. Apenas no caso de a UE optar por desenvolver a sua política de defesa comum de forma a consagrar uma assistência militar mútua obrigatória, tal:

“would render neutrality incompatible with EU membership and would hence require Switzerland to give up the substance of Swiss neutrality should it wish to join the Union” (Welti, 2003: 56).

---

<sup>86</sup> Para mais informações consultar Wilhelm Mirow (2011).

Ainda que o Tratado de Lisboa<sup>87</sup> denote uma clara tendência de desenvolvimento da política de segurança comunitária, tendo como um dos objectivos o estabelecimento de uma Defesa Europeia Comum, tal continuaria a não representar um impedimento às intenções da população Suíça na medida em que o país poderia conservar a sua política neutra. Refere o artigo 42.º n.º 7 do Tratado de Lisboa que:

“se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance (...). Tal não afecta o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros” (União Europeia, 2010: 39).

Deste modo, e ainda que o Tratado de Lisboa preveja, pela primeira vez, o estabelecimento de um mecanismo vinculativo de ajuda mútua em caso de agressão militar, existe uma salvaguarda à especificidade das políticas de segurança e defesa dos Estados-membros. Tal cláusula possibilita que Estados neutros possam assim abster-se de participar em operações militares e garantir a manutenção da sua política externa não-beligerante. Como tal, e do ponto de vista legal, continua a não existir uma incompatibilidade entre a manutenção de um *statu* neutral e a adesão à União Europeia, tal como tem vindo a acontecer desde o início do processo de integração europeia.

Ainda assim, e apesar das garantias de compatibilidade de manutenção de uma política neutral por parte dos Estados-membros da UE, os cidadãos Suíços tendem a desconfiar de tais certezas. Conforme René Schwok (2009: 99) refere, “a majority of the Swiss still continue to consider the issue of neutrality to be a disqualifying obstacle to membership”.

De facto, os estudos efectuados demonstram que a população crê firmemente num impacto negativo na política neutral derivada de uma adesão. Uma atitude que tem vindo a aumentar ao longo do início do século XXI, enquanto a percepção de que os efeitos seriam sobretudo positivos encontra-se em queda<sup>88</sup>.

A análise de Christin e Trechsel (2002) ao Eurobarómetro de 1999 revela, em conformidade com a tese por nós defendida, que a ligação da população Suíça à política de neutralidade tem um forte impacto na atitude eurocéptica da população. Tal importância desta instituição política leva por isso Clive Church (2003: 6) a encarar a neutralidade como um dos princípios de base para o

---

<sup>87</sup> O Tratado de Lisboa foi assinado pelos Estados-membros da UE a 13 de Dezembro de 2007 e entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009 após ratificação de todos os Estados-membros.

<sup>88</sup> Ver Gráfico 8 (Anexo II).

eurocepticismo no país helvético.

Face à necessidade de manutenção da política neutral, a opinião pública Suíça tem desempenhado um papel vigilante e crítico das opções tomadas pelo governo (Haltiner, 2002: 77), influenciando, tal como referido anteriormente nesta dissertação, a acção dos poderes políticos. Tal encontra-se espelhado na manutenção de uma política externa adequada aos valores da isenção e imparcialidade. Aliás, mesmo aderindo à Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002, o país nunca escondeu que não abdicaria da sua política neutral, tendo a adesão sido efectuada com uma explícita cláusula de neutralidade (Tanner, 2003: 58), e após o governo Suíço ter prometido à sua população que a posição neutral jamais seria posta em causa (Schwok, 2009: 100)<sup>89</sup>.

De forma a poder explicar tal fenómeno de cepticismo e elevada descrença, apesar de ser garantida a manutenção da política neutral do país, será importante lembrar que na Suíça “neutrality has survived as a set of beliefs, not as a set of functions” (Ehs, 2005: 49). Tal encontra-se patente no estudo de *Sicherheit 2011*, onde enquanto 79% dos Suíços via na neutralidade um factor de identificação, um número bem inferior (61%) atribuía à neutralidade um papel de instrumento de segurança (Tresch e Wenger, 2011: 58). Como tal, a compatibilidade de manutenção da política neutral ao nível formal não pressupõe que haja igualmente uma aceitação da sua compatibilidade ao nível conceptual e identitário caso haja uma aproximação face ao exterior. Referem Tamara Ehs (2005) e René Schwok (2009: 99-100) que no imaginário da população, o sucesso do país, a sua prosperidade e paz, encontram-se intimamente ligados à política de neutralidade e ao afastamento de qualquer compromisso internacional. Tal simbolismo leva Hille (2007) a defender que, ao nível da neutralidade, a fonte de cepticismo não se encontra exclusivamente enraizada nos acontecimentos históricos que marcaram a época das Grandes Guerras, mas sim na visão e no reconhecimento de que a nação soube - e continua a saber - manter o país afastado de conflitos armados. Este é, alias, um ponto fulcral no processo de integração europeia que se encontra por completo desfasado da realidade Suíça. Sendo verdade que a UE foi um garante da paz e da democracia numa Europa ameaçada pelos conflitos inter-Estatais e por sistemas ditatoriais, por outro, tendo como propósito original a manutenção da paz, dava um sinal claro de desconfiança face à capacidade dos próprios Estados-membros em garantir

---

<sup>89</sup> Note-se, ainda assim, que a adesão à ONU em 2002 foi tangencial, com apenas 12 cantões a votar favoravelmente no referendo nacional. Caso mais 2700 eleitores no cantão de Valais votasse contra a adesão, a Suíça não teria aderido à ONU (Schwok, 2009: 100).

tal serenidade. Tal desconfiança interna não se fez sentir na Federação Suíça. Muito pelo contrário: existe uma forte convicção de que o país saberá manter a paz melhor do que qualquer outra organização, e que a UE representa um poder imperialista capaz de pôr em causa a paz e a segurança (Hille, 2007:64).

Ainda que formalmente a sua neutralidade possa ser assegurada, a existência de um elo de ligação com o exterior e com a UE significará uma mudança de atitude que, segundo a população Suíça, colocará em causa a sua tradicional imparcialidade. O Estado-nação Suíço ganhou o respeito da sua população ao se desresponsabilizar de qualquer conflito armado (Hille, 2007), e ainda que na actualidade um risco de novos conflitos não seja evidente, a autonomia do país face a uma forte organização como a UE garante que a Suíça não seja obrigado a tomar decisões enviesadas por outrém.

### **3.3.2. O federalismo europeu enquanto forma de centralização**

A União Europeia possui, à semelhança da Suíça, um sistema político caracterizado por um sistema federalista, onde existe uma alocação de poderes legislativos e executivos a diversos níveis. Desse modo, e à partida, a descrença dos cidadãos Suíços face a um sistema que já experienciam a nível nacional poderá parecer infundada e paradoxal. Ainda assim, a população é peremptória em acreditar que a adesão à UE trará efeitos nefastos ao seu sistema federal. A percepção de que a União Europeia resultaria num enfraquecimento e deterioração da política federal da Confederação Suíça recolhe o apoio considerável da população helvética, conforme comprovado pelos Eurobarómetros efectuados entre 1999 e 2003<sup>90</sup>.

De forma a explicarmos o porquê de o federalismo ser base para o eurocepticismo Suíço, será fulcral apreender que o termo “federalismo” é bastante polisémico e que, como tal, poderá ser apreendido de acordo com um variado número de sentidos, alguns deles até contraditórios. Esta polivalência e ambiguidade do termo é elucidativa da razão pela qual tanto forças pró como contra a integração europeia utilizarem o argumento do federalismo para defender a sua posição (Schwok, 2009: 111). Assim, ao examinarmos o conceito de federalismo poderemos identificar três distintas tendências de distribuição de poderes políticos (Schwok, 2009: 112):

- a) Centralização: transferência de poderes outrora de âmbito local, regional ou nacional para “Bruxelas”, procedendo-se a uma centralização de poderes sob um governo

---

<sup>90</sup> Ver Gráfico 9 (Anexo II).

supranacional;

- b) Descentralização: ao poder central é atribuído um poder limitado, mantendo-se uma elevada autonomia dos níveis mais próximos à população (um sistema semelhante ao da Suíça ou da Alemanha);
- c) Equilibração: conciliação dos poderes dos diferentes Estados e populações a nível europeu, sendo uma forma de governação multinível que garante a unidade e a diversidade (posição defendida pela Comissão Europeia).

Através desta definição tripartida do federalismo, chegamos à conclusão de que a possibilidade de o federalismo europeu poder ser igualmente entendido enquanto forma de centralização é explicativo da atitude Suíça. Note-se que a curta e difícil experiência que o país teve com um modelo marcadamente centralista<sup>91</sup> incitam a população Suíça a desenvolver um receio que também a UE venha a impor uma centralização de poderes e soberania (Gabriel, 2000: 10).

A possibilidade de a adesão à UE significar a centralização de poderes que a população tanto receia fora alvo de estudo não só de teóricos como do próprio Conselho Federal Suíço. De forma a entender o impacto que a União Europeia teria na estrutura federalista da Suíça, o Conselho Federal elaborou em 2007 um relatório onde chega à conclusão de que, qualquer que seja a opção política que o país adopte face à UE (via bilateral ou adesão), tal facto não constituirá uma ameaça ao federalismo, não devendo portanto este ponto ser considerado como um obstáculo à cooperação (Canosa, 2008: 10). No mesmo sentido, Rennwald et al (2005: 167) nomeiam os casos da Alemanha e da Bélgica como prova da existência de estruturas políticas descentralizadas independentemente de os países terem aderido à UE. Já Jürg Martin Gabriel (2000: 10-11) defende que não só a União Europeia garante a manutenção dos poderes locais como inclusive estimula o enfraquecimento do centralismo nacional. O autor defende que em Estados como o Reino Unido, Espanha ou Itália, os níveis sub-nacionais ganharam preponderância e deu-se um impulso do regionalismo.

No entanto, e ainda que o relatório do Conselho Federal e estes autores anunciem uma compatibilidade com o Federalismo, notar-se-á a impossibilidade de a Suíça manter as actuais estruturas de poder inalteradas, marcadas por uma elevada autonomia regional. As

---

<sup>91</sup> A única experiência de centralismo nacional deu-se, recorde-se, aquando da implementação da República Helvética após a invasão francesa, cujo evidente fracasso levaria à rápida reposição de um sistema descentralizado.

responsabilidades alocadas aos níveis sub-nacionais não são potenciadoras de uma política unitária, dinâmica e flexível que corresponda às exigências de uma relação próxima com a UE. Os cantões e as comunas seriam, portanto, forçados a abdicar de uma parte da sua soberania para um nível legislativo superior, em conformidade com os requerimentos europeus (Goetschel, 2007: 177). Como tal, e ainda que as competências de cantões e comunas fossem somente “marginalement touchées” (Rennwald et al, 2005: 167), uma adaptação seria sempre imprescindível e teria efeitos notórios no sistema político Suíço. Apenas através de uma reforma que garantisse a participação dos cantões nas políticas nacionais (Goetschel, 2007: 177) poderia o país procurar minimizar os efeitos de perda de autonomia dos cantões e das comunas para níveis superiores de decisão (Canosa, 2008: 10).

A necessidade de adaptação a um sistema político supranacional, como o da União Europeia, contraria o próprio processo de estruturação política do país, que desde a sua génese se fez a partir de várias células locais (comunas e cantões) seguindo um claro modelo de *bottom-up*. A necessidade de “federalizar” alguns dos processos legislativos de modo a compatibilizar-se com a UE resulta assim numa prática que contraria o *modus operandi* Suíço, pois não nasce da vontade interina expressa pela nação Suíça, destabilizando o equilíbrio federal (Church, 2003: 16). Um processo contrário à vontade dos cidadãos Suíços, que já ao nível nacional têm procurado manter o poder e a soberania aos níveis mais próximos da população, actuando enquanto verdadeiros “constitutional safeguards against centralization” (Church e Dardanelli, 2005: 180). Verifica-se que:

“Switzerland is split up into 26 governments and 26 parliaments, all eager to preserve their prerogatives and loath to relinquish any of them to Bern or to Brussels. (...) The central government, even more so than the European Union, is often perceived to be bureaucratic and distant” (Schwok, 2009: 115).

Aliás, a própria obrigatoriedade de que qualquer revisão constitucional que proceda à alteração da distribuição de poderes seja sujeita a referendo denota o papel central do eleitorado na definição das características do federalismo Suíço. Já o mesmo não se assiste em diversos Estados europeus onde a inexistência do referendo obrigatório possibilita às elites políticas decidir por completo o destino da soberania do próprio país (Church e Dardanelli, 2005).

Como tal, salientemos que a transferência de poderes decisórios a um nível superior, não-fundamentada pela população, contraria o modo como estes encaram a política. Na Suíça a vida política é entendida de uma forma bastante local e regionalista, veiculando uma atitude

fortemente anti-centralista. Uma transferência de poderes que contrarie o processo tradicional de decisão *bottom-up* reforça a percepção de se proceder a uma centralização imposta pelo sistema federalista de “Bruxelas”, ao qual a população reage com relutância:

“The Swiss oppose to the ‘top-down’ *dirigisme* of the European Union and offer in its place the ‘bottom-up’ democracy of the *Gemeindeautonomie*, the self-governing village.” (Steinberg, 1996: 258)

A esta visão de proximidade do poder não ficará igualmente alheio o facto de existir na sociedade Suíça um sentido de *Kleinstaatlichkeit*, ou seja, de o país helvético ser um “Estado pequeno”<sup>92</sup>. Note-se que face à dimensão do país:

“There is a strong tradition of local identity and autonomy, and political careers, it is said, should start in small towns and slowly advance to higher levels. When politicians have reached the top, they should never forget their local roots” (Gabriel, 2000: 11).

Assim, e ainda que também à União Europeia se possa atribuir a característica do federalismo, algo que numa primeira análise poderia ser entendido como um factor de aproximação, a necessidade Suíça de atribuir maior poder às instituições locais introduz um elemento diferenciador que os afasta da Europa (Gabriel, 2000: 11). Conforme refere Jürg Martin Gabriel (2000: 12):

“The virtue of smallness has deep roots in public consciousness, and it comes to the surface whenever the Swiss feel that they are being bullied by (...) the European Union”.

À necessidade de afastar o poder das estruturas locais a população reage com cepticismo e aversão, sendo pois a questão do federalismo um dos pontos centrais na análise dos motivos que incentivam a população a rejeitar a integração numa organização política europeia.

### **3.3.3. A ameaça do défice democrático europeu**

A questão da legitimidade política das organizações internacionais em governar os cidadãos

---

<sup>92</sup> A questão da dimensão de um Estado é bastante subjectiva, estando dependente dos critérios utilizados na definição de tal dimensão (Goetschel, 2000: 4). Do ponto de vista económico, a Confederação Suíça será indiscutivelmente uma das grandes potências mundiais. Contudo, e seguindo uma definição apoiada na extensão territorial e populacional do Estado poderemos definir a Confederação Helvética enquanto um Estado de pequenas dimensões (Goetschel, 2000).



que nelas se vejam integrados é um debate que naturalmente tem ganhado importância nos meios académicos, em muito pelo facto de estas não se assemelharem a um Estado-Nação tradicional (Dardanelli, 1998). As mesmas preocupações têm por isso sido igualmente dirigidas ao projecto de construção europeia, que, pela sua extensividade e integracionismo, fazem da questão da legitimidade democrática uma questão de fundo. Como tal,

“as the process of European integration advances so should the extent to which people living within the European Union regard it as democratic and feel to belong emotionally to it for the EU to enjoy legitimacy as a political body” (Dardanelli, 1998).

No entanto, e ainda que a forma de governação da UE tenha sido questionada desde o seu estado embrionário (Coutau, 1996; Dardanelli, 1998; Besson, 2003), note-se que ainda na actualidade as instituições europeias continuam a ser criticadas pela falta de transparência e pela fraca participação dos povos europeus nos processos da organização, denunciando um défice democrático (Balmelli, 2003: 3-4; Leconte: 2010: 7). Já em 1992, Francisco Lucas Pires alertava para o risco que a UE atravessava ao não democratizar as suas instituições. Referia o autor que era:

“tempo de pensar que uma Europa puramente artificial, com competências e desafios do tamanho das que já tem mas sem suficiente crença comum e correspondente legitimação democrática seria, sem dúvida, uma Europa perigosa e uma Europa centralista” (Teixeira, 2008: 28).

O ex-deputado do Parlamento Europeu apelava à necessidade de maior credibilidade e legitimidade das instituições europeias, nomeadamente do Parlamento Europeu (Teixeira, 2008: 31), face a um défice democrático que, cerca de cinco anos depois, ainda apelidaria de ostensivo (Teixeira, 2008: 62). Mas enquanto para Francisco Lucas Pires a solução passaria pelo reforço do poder desta instituição, representante dos povos europeus, defendemos que tal solução – actualmente já em prática face ao reforçar de poderes que o PE obteve através dos últimos tratados – não terá produzido a redução do défice democrático que a Suíça gostaria de ver em prática. Alexia Müller (1996: 157) também reitera que um simples aumento dos poderes do PE não é a solução para o problema do défice democrático.

Note-se que existe um fosso estrutural de relevo entre a prática europeia e aquela da Suíça, que incute nos cidadãos helvéticos uma posição crítica face à UE: enquanto o sistema da UE é o de

uma democracia representativa, o da Confederação Suíça é de uma democracia (semi-)directa<sup>93</sup>, praticada em parte considerável pela própria população. Como tal, e tendo por base o sistema Suíço, um reforçar de poderes delegados não diminuirá, antes perpetuará, o défice democrático predisposto pela falta de poderes directos da população. No caso Suíço, como em outros países resultantes de revoluções burguesas, assistimos a Estados claramente fundamentados pela *demos* (Schoch, 2000: 9), algo a que a população não associa à política da UE. Conforme Thomas Risse (2003: 3) referencia:

“Many people still hold that Europe lacks a *demos*, one indicator being the lack of strong identification with Europe in mass public opinion”.

Tal facto representa um constrangimento na análise que o país efectua do projecto europeu, assistindo-se a uma forte descrença pela forma como as instituições políticas se encontram estruturadas e garantem a defesa dos valores democráticos. Face ao défice democrático, o eurocepticismo encontra-se profundamente enraizado na Suíça, onde “anonymous ‘big’ bureaucracies are distrusted by people accustomed to basic democratic decision-making procedures” (Mattenschlager e Riedle, 2003: 13). Por isso, a União Europeia é percepcionada como um elemento incompatível face aos alicerces sobre os quais a Confederação Suíça se construiu e solidificou.

Salientemos, aliás, que a componente política se reveste de elevada importância na manutenção da coesão nacional e na definição de uma identidade colectiva da população Suíça. Sendo um verdadeiro “embodiment of political stability and prosperity” (Schoch, 2000: 6), o país é encarado mundialmente como um caso de sucesso na prática de valores democráticos. O sistema de democracia directa da Suíça é único e o receio de este necessitar de ser alterado, caso haja uma adesão à União Europeia, é, de facto, fundamentado, confirma Jürg Martin Gabriel (2000: 11), pois “certain issues decided in Brussels could no longer be subject to a public vote”.

Já ao nível da UE, note-se que formas de democracia directa supranacionais são actualmente inexistentes. De facto, de que forma poderia a União Europeia promover tal forma de participação por parte de uma população com mais de 500 milhões de habitantes, distribuída por Estados de diferentes dimensões, e com realidades marcadamente diferentes? A questão de tal ser

---

<sup>93</sup> Pelo facto de a política não ser praticada na sua totalidade pelos eleitores, havendo uma conjugação de democracia representativa e de democracia directa, alguns autores, como Steinberg (1996), Schelbert (2007) ou Schwok (2009: 103) definem o sistema político Suíço como uma democracia semi-directa.

viável é, conforme Church e Dardanelli (2005: 1809) reconhecem, “extremely delicate and difficult”.

O Tratado de Lisboa introduziu um elemento inovador no processo legislativo europeu ao providenciar a possibilidade de os cidadãos apresentarem propostas de direito comunitário através da chamada Iniciativa de Cidadania Europeia. As primeiras iniciativas poderão ser lançadas a partir do dia 1 de Abril de 2012 e constituem, inegavelmente, um passo em frente na definição de um espaço europeu com uma participação mais activa da população da UE. Ainda assim, note-se que este instrumento “will not be an instrument of, strictly speaking, direct democracy because it will not lead to an EU-wide popular vote” (Church e Dardanelli, 2005: 180) e, na prática, apenas desenvolverá mediante aprovação de um *gatekeeper*, a Comissão Europeia.

Mas mais do que a inexistência de formas democráticas de participação europeia, o cepticismo Suíço prende-se com os efeitos na própria democracia do país. A ameaça europeia traduz-se por isso nos constrangimentos que a adaptação a um sistema não fundamentado no princípio da democracia directa originará na utilização dos instrumentos políticos Suíços. Escrevia Jonathan Steinberg em 1996 que se a população tivesse de votar a adesão à UE, esta continuaria a dizer “não” se tal significasse o final das práticas e dos direitos democráticos do país. Na actualidade, e face ao ainda vigente apego pelo sistema de democracia directa, defendemos que a situação seria semelhante, pois, como referem Kriesi e Trechsel (2008: 67):

“the internationalization – and in particular Europeanization – of Swiss politics (...) is seen by a number of observers as constituting the most serious threat to the survival of Swiss-style direct democracy”.

Também ao nível da democracia directa os dados recolhidos através dos Eurobarómetros denunciam esse medo de que a adesão à União Europeia teria um efeito negativo na prática da democracia directa, com mais de metade da população a acreditar num resultado nefasto da UE<sup>94</sup>.

René Schwok (2009: 107) e Kriesi e Trechsel (2008: 67) confirmam que, formalmente, a prática da democracia directa não seria abolida por imposição da UE, pois a adesão à União Europeia não impediria a utilização de instrumentos como o referendo e a iniciativa de cidadania. No entanto, e ainda que os instrumentos políticos se mantivessem,

“Switzerland’s potential accession to the European could not occur without

---

<sup>94</sup> Ver Gráfico 10 (Anexo II).

consequences for the referendum and initiative processes.” (Kriesi e Trechsel, 2008: 67).

De facto, aderir à UE pressuporia limitar o exercício da soberania popular e reduzir a possibilidade de acção da população na vida política (Church, 2003: 16; Goetschel, 2007: 177; Kriesi e Trechsel, 2008: 67; Schwok, 2009: 107). Necessariamente, o actual raio de acção do poder do cidadão Suíço seria restringido, pois referendos e iniciativas populares que contrariassem o direito comunitário não poderiam ter lugar. Alguns estudos estimam que nos últimos anos 6% das iniciativas populares e 10% dos referendos realizados na Suíça entrariam em conflito com o direito comunitário e, como tal, não seriam válidos em caso de adesão (Rennwald et al, 2005: 169). Já Kriesi e Trechsel (2008: 67) referem que a incompatibilidade com os referendos federais realizados situar-se-ia entre os 11 e os 14%, e com os referendos locais seria de 5%.

Note-se, pois, que tais implicações sentir-se-iam nos variados níveis de participação política da população. A democracia directa é entendida como um direito que os Suíços acreditam ter ganhado ao longo da sua luta por uma sociedade livre e democrática, e que faz parte do seu ideal de vida política:

“Direct democracy constitutes an essential element of Swiss self-definition and will not be surrendered without cost” (Steinberg, 1996: 112).

Como tal, o perigo que a UE representa para a manutenção da democracia é o mais forte argumento contra que os eleitores apresentam para votar contra a adesão (Hille, 2007: 64). Ainda que diversos estudos demonstrem que caso a Suíça fosse um Estado-membro da União Europeia desde 1993, o número de referendos ou iniciativas que entrariam em conflito com o direito comunitário seria diminuto (Keiner, 2005: 13; Kriesi e Trechsel, 2008: 67), note-se que tais casos evidenciam mesmo assim a inevitável imposição de barreiras com uma integração na comunidade europeia. Kriesi e Trechsel (2008: 67) reconhecem que a sua visão de que um impacto diminuto acaba por não ser partilhada pela opinião pública Suíça:

“While objective losses of direct democracy may be limited, the perceived constraining effect of EU membership among the electorate remains significant” (Kriesi e Trechsel, 2008: 67).

Assim, e ainda que diversos estudos possam colocar em evidência um impacto reduzido nos

instrumentos de democracia directa, a população Suíça reage, mesmo assim, com elevado cepticismo ao tomar conhecimento de que haverá uma força superior capaz de limitar a liberdade e soberania do povo em decidir qualquer assunto do quotidiano. “Switzerland’s actual sovereign, the electorate, would be left empty-handed”, em contraste com a classe política Suíça, que ganharia voz ao nível europeu (Goetschel, 2007: 177). Esta permuta de poder resultaria invariavelmente numa relativa transposição de um sistema de democracia directa para outro de democracia representativa. No entanto, a presença e capacidade decisória em “Bruxelas” de representantes Suíços não deixa de ser um poder longínquo e em tudo díspar daquele defendido pela população Suíça e incutido na sua própria identidade.

Face à significância da *demos* na vida social da Federação Suíça, será com naturalidade que a possibilidade de perda dos valores democráticos para uma organização regional frequentemente acusada de perpetuar um défice democrático resultará no estabelecimento de um eurocepticismo naquele que é tido como um dos países mais democráticos do mundo<sup>95</sup>. Como defende Tamara Ehs (2005: 51), “the union [União Europeia] is perceived as falling short in democratic institutions that play a crucial role in Swiss self-conception”.

Até defensores da adesão da Suíça à União Europeia, como Rennwald et al (2005: 33-35), ainda que apontando alguns progressos democráticos da UE, reconhecem que a organização carece de elementos de actuação política pública e que os défices democráticos e políticos são uma realidade presente. Por isso, também Jochen Hille (2007: 65) defende que “eurosceptics do have good reasons to stress the endangerment of democracy through EU-integration”.

Sendo assim, o risco de perda de liberdade no que se refere à democracia directa Suíça é alarmante, pois esta é importante na medida em que desempenha um papel de coesão fundamental numa sociedade verdadeiramente pluralista. Actuando enquanto ferramenta extraordinária de integração, esta democracia garante uma inclusão das variadas minorias na vida social do país (Schwok, 2009: 106). Recorda René Schwok (2009: 107) que:

“the numerous referendums held regularly in Switzerland constitute almost the only moment when the different components of the country can connect with one another. The popular votes help to create a Swiss public sphere. Furthermore, they pay an integrating role by ‘winning over’ the inevitable group of politically

---

<sup>95</sup> O “Freedom House Index, Polity IV Index” coloca a Suíça, a par dos EUA, no primeiro lugar do ranking do nível médio de democracia entre 1900 e 2003 (Bernauer e Walter, 2007: 59).

disenchanted.”

### **3.3.4. A UE enquanto limitadora da soberania nacional**

Recordando o processo de construção do Estado Suíço, lembar-nos-emos que uma das pedras basilares do mesmo fora a existência de uma ameaça exterior que punha em causa a independência e a autonomia dos cantões helvéticos. A Suíça formou-se enquanto Estado pela necessidade de garantir a soberania dos seus povos, de:

“une volonté politique qui veut et maintient l’union pour rester soi-même contre les empiétements des grands.” (Seiler, 1996: 37)

A ideia de autonomia encontra-se por isso naturalmente relacionada com a percepção de perigo vindo do exterior, por parte do “outro”, no qual a União Europeia se encontra incluída. Durante a II Guerra Mundial, a Confederação Helvética encontrou-se perante uma situação peculiar de manutenção de um poder soberano democrático. Ao contrário da restante Europa Ocidental, que se encontrava rendida a regimes autoritários, seja por eleição ou por imposição de outrém, a Suíça “stood out as an island of democracy in a brown sea of Fascism and Nazism” (De Weck, 2008: 2). Como tal, a Nação Suíça caracteriza-se por uma identidade que se forma pela demarcação face ao “outro”, especialmente impulsionada pela experiência de defesa contra inimigos superiores. Num contraponto com o exterior, nomeadamente com a Europa, o povo Suíço é único e singular, e as diferenças internas esvaem-se para encarar o “outro” enquanto entidade unitária. Referem Kriesi e Trechsel (2008: 13) que:

“Given the internal diversity and the lack of a ‘thick’ common culture, external pressure provided the glue that preserved Swiss unity.”

A identidade nacional constrói-se pois, também, por um processo de demarcação face ao exterior, aquilo a que se designa de “identidade negativa” (Christin e Trechsel, 2002: 418) e que na Suíça se fomentou pela contraposição face aos poderosos impérios vizinhos.

Daniel-Louis Seiler (1996:37), estabelecendo um paralelismo entre a manutenção das identidades cantonais e a construção de um Estado federal Suíço, salienta que também a UE não será uma ameaça à nação, podendo antes ser uma forma de protecção face aos desafios da mundialização. Kraus, Jaag e Umbrich (2009 : 170) reiteram igualmente que “une éventuelle adhésion à l’Union ne compromettrait pas la souveraineté de la Suisse.” Esta opinião é também

semelhante à de Francisco Lucas Pires para quem, formalmente,

“hoje uma União federativa de Estados poderia integrar o Estado-nacional sem, em rigor, o pôr em causa” (Teixeira, 2008: 58).

No entanto, a identidade nacional Suíça, carregada do simbolismo da luta contra os poderes superiores em seu redor, incita os seus cidadãos a pensar diferentemente. Roger de Weck (2008) salienta o carácter soberano que o povo Suíço desenvolveu, e que dificulta a sua aceitação de condições e imposições externas. Refere o autor que “Swiss people, by and large, tend to be skeptical of the outside world, and when it comes knocking on Switzerland’s door with demands, this skepticism turns to belligerence” (De Weck, 2008: 8). A necessidade de adaptação do país ao modo de funcionamento da UE não é por isso encarada pela população como resultado de um processo negocial entre duas partes em perfeito equilíbrio de forças, mas antes como uma imposição ditatorial que fará da Suíça um mera colónia subjacente à vontade política de um super Estado europeu (Church, 2003: 16). Uma expressão de Jonathan Steinberg (1996: 110) é peremptória e elucidativa do impacto da identidade nacional:

“Switzerland, as it now is, cannot accept an *acquis communautaire*, the command economy from Brussels or rule by a higher civil servants, because the very essence of Swiss identity lies in self-determination from the bottom up.”

O *Sicherheit 2011* é elucidativo da importância da soberania para a população Suíça, ao demonstrar que uma vasta maioria da população, 77% (mais 5% do que em 2010) concorda que o país se mantenha política e economicamente o mais independente possível da UE, um valor francamente superior ao de anos anteriores e que atingiu um pico histórico nunca antes registado (Tresch e Wenger, 2011: 57)<sup>96</sup>.

No caso Suíço, a ameaça do exterior encontra-se personalizada na contemporaneidade não só na UE como também nos grandes países vizinhos, membros por excelência do projecto europeu, ou seja, Alemanha, França e Itália<sup>97</sup>. A inevitável relação com os mesmos, pelos fortes laços culturais e históricos que partilham, acaba por ser entendida como uma possível ameaça à nação, pela influência que os mesmos possam exercer sobre o pequeno país helvético,

---

<sup>96</sup> Ver Gráfico 11 (Anexo II).

<sup>97</sup> No estudo de Christin e Trechsel (2002), a ameaça ao interesse nacional é avaliada pelas consequências negativas que resultam da adesão à UE ao nível da neutralidade, do federalismo, da democracia e da economia em geral.

nomeadamente no campo que continua a ser exclusivamente de foro nacional: o político. A existência de “forças centrifugadoras” (Christin e Trechsel, 2002: 424) que criam uma afinidade cultural, especialmente por parte da Suíça francófona, reforçam por isso a necessidade de manutenção de um elo de ligação institucional interno que não seja abatido por uma adesão à UE, sob o risco de se perder o denominador comum do país.

Christin e Trechsel (2002: 431) fundamentam também que quanto mais negativa for a imagem associada a estes países, maior é a percepção de que estes poderão ter um impacto negativo nas estruturas políticas do país, e portanto enfraquecer alguns dos elementos caracterizadores da sua autonomia e da sua união. Os autores concluem que a Alemanha é o país com uma imagem mais desfavorável em todas as comunidades linguísticas Suíças, especialmente na Suíça germanófona (Christin e Trechsel, 2002: 429). Como tal, defenderemos que a necessidade de manutenção de autonomia face aos países vizinhos, nomeadamente da Alemanha, incentivará igualmente a população Suíça a abster-se de integrar uma organização supranacional que se encontra sobejamente influenciada e determinada pelos mesmos.

Finalmente, o eurocepticismo Suíço, no que se refere à manutenção da autonomia, deverá ser entendido numa vertente mais alargada, que ultrapassa a própria União Europeia. Como Clive Church (2003: 5) salienta, “it is very much part of a broader Swiss resistance to outside entanglements”, e que se associam ao próprio desenvolvimento histórico do país, que na ânsia de garantir a sua autonomia, independência e segurança, se viu obrigado a adoptar uma política neutral e isolacionista. “Anti-Europeanism, in other words, has a resonance in Switzerland because it fits into an older and well established political culture”, refere Clive Church (2004: 276). Como tal, poderemos afirmar que será a internacionalização do país de uma forma geral, mais do que unicamente a União Europeia, que origina o desconforto de perda de autonomia. Como tal, os movimentos anti-europeístas são o reflexo de uma ideologia, baseada na própria concepção nacional da Confederação Suíça: a defesa da comunidade face ao “outro”. Ao virar-se para si mesmo, abstendo-se de relacionamentos com terceiros, o país soube evitar a influência de organismos externos. Como tal,

“those who subscribe to anti-European sentiments do not think of themselves as Euroceptics because they are essentially Swiss patriots resistant not just to the EU but to wider international entanglements beyond the traditional terms” (Church, 2003: 6).



A tradição Suíça de fazer face aos grandes poderes forasteiros, valorizando o espírito de resistência, é, na esfera pública contemporânea, um dos grandes simbolismos utilizados na promoção de uma atitude eurocéptica. Thomas Maissen, professor na Universidade de Heidelberg, em entrevista ao periódico Suíço “Le Temps” referiria que a Suíça face, à sua diversidade interna, procura a unidade através da luta contra a “menace des grandes puissances; hier les Habsbourg, l’Allemagne nazie, aujourd’hui l’UE.” (Petignat, 2011a). Já Jonathan Steinberg (1996: 107) salientava o carácter autónomo e independente dos Suíços face ao “outro”, ao afirmar que “the Swiss are not accustomed (...) to accepting legislation ‘from above’ and certainly not from abroad”.

Esta independência deverá, no entanto, ser relativizada. Se por um lado o país é na teoria legislativamente autónomo, por outro o seu posicionamento económico e comercial – marcado por uma elevada internacionalização – “obrigam” o país a entrar em conformidade com os enquadramentos legais dos seus parceiros mais privilegiados (Ehs, 2008). Importará, pois, considerar que:

“Switzerland in particular displays an unexpectedly high level of adjustment to EU-regulations, almost approaching that of member states (Mach et al. 2003). In some aspects the country is even more ‘EUropean’ than official members (...). Generally, the country has to come to terms with an evolving polity that is re-defining its political activity and already imposing constraints on the cherished and proverbial ‘Swiss liberty’, i.e. independence, that is a significant component of Swiss identity” (Ehs, 2008, 26).

A Suíça caracteriza-se por, em certa medida, ser um elemento passivo em muitos processos legislativos que determinam o dia-a-dia do país e de assim, apesar de não formalmente integrada na UE, sofrendo daquilo a que Pascal Sciarini e Sarah Nicolet chamam de “internacionalização indirecta” (Sciarini e Nicolet, 2005: 222), ou que René Schwok apelida de “satelização” (Schwok, 2009: 107).

O bilateralismo acordado com a União Europeia implica que a Suíça não possa ter nenhuma participação no processo legislativo do bloco europeu (Möckli, 2008: 1). No entanto, a adopção voluntária do direito comunitário (“autonomer Nachvollzug”) é um evento recorrente e que não poderá ser descurado. Tal como salienta Jürg Martin Gabriel (2000: 3), “for many years now already, the Swiss parliament has simply copied Union legislation while pretending to be sovereign”. Veja-se o caso da legislação relativa às trocas comerciais, onde a Suíça de forma

unilateral e por vontade própria acaba por adoptar as regulações da Comunidade Europeia (Ehs, 2008: 29; Mach, Häusermann e Papadopoulos, 2003). Esta transcrição do direito Europeu é, em muito, derivada do facto de actualmente, a economia Suíça se encontrar extremamente dependente da União Europeia: cerca de 60% das exportações e 80% das importações são efectuadas com países da UE (Federal Statistical Office, 2011: 541). O bloco europeu é por isso, de longe, o parceiro económico mais importante da Confederação Helvética<sup>98</sup>. Com tal volume de exportações Suíças se a terem como destino a UE, evidencia-se necessário evitar complicações técnicas e administrativas que prejudiquem as exportações das empresas helvéticas (Rennwald et al, 2005: 78).

Não obstante, esta influência indirecta da legislação europeia sobre a Suíça ultrapassa o mero ramo comercial. Em 1988, o Conselho Federal Suíço decidiu que a partir de então qualquer nova lei Suíça passaria a ser alvo de uma avaliação de eurocompatibilidade, ou seja, seria analisado de que forma a introdução de nova regulamentação na Confederação pudesse entrar em conflito com o direito comunitário, e desse modo prejudicar os próprios interesses da Suíça. Apesar de não existirem estatísticas oficiais que confirmem o número exacto de leis da UE que são adoptadas pela Suíça, estima-se que entre 60 a 80% da legislação a nível económico e ambiental sejam “réplicas” daquela da comunidade europeia (Schwok, 2009: 84). De acordo com René Schwok (2009: 84), mesmo que este número venha a ser inferior, será razoável acreditar que pelo menos metade da legislação Suíça tem já a marca da UE. Também Daniel Möckli (2008: 2-3) duvida do real nível de autonomia Suíça, pois apesar da adaptação da legislação Suíça à Europeia ser impossível de quantificar, esta é sem dúvida significativa. Não só pela inclusão unilateral da legislação europeia mas porque até ao nível das áreas consagradas pelos Acordos Bilaterais - ainda que estes sejam estáticos -, a Suíça vê-se recorrentemente na necessidade de se acomodar a novos regulamentos emitidos pela UE para que possa garantir a execução dos acordos no país.

---

<sup>98</sup> Os EUA, segundo parceiro comercial, contam somente para 5.8% das importações e 10% das exportações Suíças (Federal Statistical Office, 2011: 541).

## 4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DO RELACIONAMENTO ENTRE SUÍÇA E UNIÃO EUROPEIA

*Le bien de l'Europe et de la Suisse exige  
une Suisse européenne et une Europe helvétique*

Daniel-Louis Seiler

### 4.1. Uma recusa eterna à adesão à UE?

Aos olhos da população, “the EU still has to prove whether it can truly integrate all of Europe” defendia Jürg Martin Gabriel (2000: 9) há mais de uma década. Desde o início do processo de integração europeia que a mesma dúvida assombra a população Suíça, e durante as últimas décadas o eurocepticismo tem sido uma constante, não havendo “significant change in the general disapproval of the integration process in Switzerland” (Safi, 2010: 102). Um sentimento que perdura e que, aparentemente, não se alterará num futuro próximo. De facto, será inegável que “the Swiss public’s voting record on international issues is anything but encouraging” (Gabriel, 2000: 1). Na actualidade, a identidade nacional da população Suíça incita a uma recusa de adesão à UE e estabelece-se como força maioritariamente anti-integração europeia. Gabriel e Fanzun (2003: 16) reconhecem que, face à tenacidade da identidade nacional Suíça, uma mudança drástica na política externa do país não será plausível, e que a população apenas apoiará uma mudança com base em “purely utilitarian considerations”.

Contudo, será igualmente importante de salientar o carácter versátil desta objecção identitária. Tal como as identidades sofrem processos de mutação e adaptação, sendo construídas e reformuladas com o decorrer do tempo, também as próprias objecções, sustentadas em certos momentos, poderão sofrer alterações fruto da experiência dos indivíduos e dos simbolismos que atribuam a novas realidades. A identidade Suíça relativa à segurança, exemplifica Laurent Goetschel (2000: 10) não é estática, é um processo dinâmico, e sofrerá mudanças de acordo com o ambiente internacional e as experiências pelas quais o país atravessa. Será, pois, erróneo admitir a impossibilidade eterna de adesão da Federação Suíça à UE tendo por base exclusivamente o carácter contemporâneo de identidade nacional. Ainda que tal não seja expectável num futuro próximo, existe de facto a possibilidade de a identidade nacional deixar de ser incompatível com uma identidade “EUropeia”. Para que haja uma identificação com o projecto europeu que permita uma quebra do eurocepticismo Suíço, é necessário que se produza uma lealdade com o processo de integração internacional, defende William Bloom (1990: 151), tal como acontece no caso

nacional. O estudo de Christin e Trechsel (2002: 432) conclui que uma mudança substancial da atitude eurocéptica Suíça poderá ocorrer se, de facto, uma percepção diferente dos impactos económicos e das instituições políticas vier a acontecer. Também Kriesi et al (1999: 19-21) salientam a intrínseca relação que “politics of identity” e “politics of interest” terão na definição da atitude Suíça, não sendo estas inteiramente separáveis e sendo mutuamente influenciáveis. Como tal, a percepção de interesses e vantagens poderá diminuir e influenciar o eurocepticismo Suíço. Contudo, notemos que,

“international integration (...) is insufficient to evoke mass identification and loyalty. A transfer of loyalty, an identification with a new polity, will not occur unless a clearly identifiable symbolic form *evokes* that identification.” (Bloom, 1990: 151).

Assim, a integração regional e os benefícios e protecção dela resultantes não formam por si só uma identificação com a UE. Para que haja uma real identificação com a mesma, será fundamental que se fomente um simbolismo que associe os valores defendidos pela sociedade e os instrumentos disponibilizados pela vivência no seio da integração europeia (Bloom, 1990: 151). Ou seja, será necessária a existência de ícones que traduzam e se associem com a experiência real da população, para que esta possa de facto criar uma ligação com a UE e construir uma identidade associada a esta (Bloom, 1990: 151). Algo que a nível da integração europeia ainda se encontra por concretizar pois, defende William Bloom, “the European Community, for example, lacks just such a set of symbols” (Bloom, 1990: 151). Utilizando o exemplo da antiga CEE (Comunidade Económica Europeia), William Bloom (1990: 151) salienta a falta de identificação:

“Most academic studies posit the European Economic Community as the most successful example, but even here there has been no mass identification with the new organisation; concern over national sovereignty and national identity have not declined in potency”.

Posição consonante com a de Kriesi e Trechsel (2008: 16), defensores de que se o processo de construção europeia deseja ser bem sucedido, deverá fazer uso do passado histórico europeu e construir uma mitologia europeia, inventar tradições que ressoem com o passado de cada Estado-membro, tal como a Federação Suíça fez de forma a unir os diferentes cantões. Ainda assim, refere William Bloom que fruto de algumas experiências (como a protecção face à ameaça económica vinda dos EUA e do Japão, as eleições para o Parlamento Europeu, ou os subsídios vindos da Comunidade), “over time it is possible that allegiance will be transferred from the individual

nation-states to the supranational community, and thus real integration will occur” (Bloom, 1990: 152).

Independentemente de existir uma possibilidade de conciliação entre a identidade nacional Suíça e a adesão à União Europeia, será inegável que a Suíça terá necessariamente que continuar um processo de adaptação a uma nova realidade (Ehs, 2005: 48), lentamente desenvolvendo um novo papel no seio da comunidade internacional. Esta adaptação a um mundo cada vez mais globalizado e interdependente, defendem Gabriel e Fanzun (2003: 15), acabará por se traduzir numa futura adesão à União Europeia. Também Jonathan Steinberg (1996: 110) defende que, a longo prazo, “the Swiss cannot exist as na off-shore island in a European sea”, e que acabarão por aderir à UE apesar de tal desfecho comprometer algumas das características distintivas dos seus cidadãos. Ainda assim, notemos que tal cenário de adesão, fruto da actual força da identidade nacional Suíça e percepção de incompatibilidade com a UE, deverá ser encarado com alguma cautela.

#### **4.2. A via bilateral enquanto opção mais viável**

Após um primeiro e segundo pacote de Acordos Bilaterais, tem sido largamente discutida a possibilidade de se aprofundar o relacionamento entre Suíça e UE com um novo conjunto de acordos. Vahl e Grolimund (2006: 94-96) defendiam, menos de quatro anos depois da implementação dos Acordos Bilaterais I, que tanto Suíça como União Europeia se manifestavam satisfeitas por esta solução e que novos acordos seriam expectáveis. A União Europeia tem, no entanto, mostrado grande relutância em prosseguir a via bilateral através de um terceiro pacote de acordos. Por um lado, devido às naturais limitações que tais acordos acarretam para o funcionamento e modificação da legislação acordada. Face ao seu carácter “estático” (Möckli, 2008:3), isto é, pelo facto de não serem automaticamente actualizados face a alterações efectuadas no direito comunitário, qualquer modificação que acarrete mais do que simples questões técnicas deverá ser sujeita a negociações entre Suíça e UE e devidamente aprovada por ambas as partes. Esta limitação é, aliás, um dos trunfos apresentados pelos promotores da integração europeia da Suíça ao defenderem que “le bilaterisme va rapidement trouver ses limites et meme conduire a une impasse.” (Rennwald et al, 2005: 23). Por outro, o facto de a via bilateral ter produzido o efeito paradoxal daquilo pretendido pela UE, levando a uma mais improvável adesão da Suíça à UE, poderá também estar na origem de tal relutância europeia:

“The EU has so far supported the bilateral approach in the expectation that it would

bring Switzerland closer to accession. Since the opposite has been the case, the EU might be less prepared to make concessions in the future” (Möckli, 2008: 3).

Mas se por um lado a União Europeia se encontra algo reticente face a esta forma de cooperação, por outro tal acede aos desejos Suíços de manter o seu nível de integração europeia o mais limitado possível (Ehs, 2008: 30). Note-se que a via bilateral continua a ser a solução preferida pela população Suíça no seu envolvimento com a UE, tendo todos os referendos efectuados aos Acordos Bilaterais I e II sido aprovados pela população. De facto, “the Swiss are aware (...) that full isolation is not a proper response” (Schelbert, 2007: 106), e como tal a única alternativa capaz de garantir a defesa dos valores nacionais será a da via bilateral. Ao nível da sua política externa, a Suíça tem-se caracterizado por apresentar uma certa ambivalência entre uma posição política isolacionista e neutral face a uma outra de índole económica com maior pendor expansionista e aberta ao exterior (Gabriel, 2000: 7). Contudo, refere Daniel Möckli (2008: 1), “the longer-term sustainability and usefulness of bilateralism as the main paradigm of Switzerland’s EU policy remain uncertain”, e como tal a utilidade dos acordos bilaterais na defesa dos interesses Suíços poderá sofrer um volteface. Já Laurent Goetschel (2007) refere o próprio carácter anti-democrático que os acordos bilaterais evidenciam, pois a população não se encontra de todo envolvida no processo de selecção e discussão dos temas, podendo somente intervir no final do processo ao exigir a realização de um referendo opcional. Ainda assim, o Conselho Federal demonstra o seu desejo de expandir a via bilateral, e em Março de 2008 indentificou sete áreas onde gostaria de cooperar com a UE (Möckli, 2008: 2). O prosseguir da via bilateral, através de um terceiro pacote de acordos, poderá ser o fechar da possibilidade de futura adesão à UE (Rennwald et al, 2005: 23).

#### **4.3. A “Suicificação” da UE**

Muitos autores têm vindo a estudar de que modo será possível à Suíça acomodar-se a um sistema político da UE que é, sua génese, bastante díspar daquele vigente no país helvético. Contudo, face ao sucesso da Confederação Helvética, a possibilidade de ser a União Europeia a adaptar-se ao modelo Suíço ganha expressão crescente. Tobias Theiler (2004: 635) ironiza que se a União Europeia tivesse que escolher um país favorito, este seria provavelmente a Suíça, isto porque:

“Switzerland embodies most closely what the EU wants to be: multilingual, multicultural, wealthy, stable and democratic, with overarching institutions and symbols that bind together a culturally diverse citizenry”.

Assim, um estreitar de relações poderá, de facto, ser bastante positivo para a própria União Europeia, na medida em que a organização comunitária, poderá igualmente aprender com a Suíça tendo em conta o seu sucesso na construção de um Estado Federal pluricultural (Kriesi et al, 1999: 22; Church e Dardanelli, 2005; Seiler, 1996). Face à experiência do pequeno Estado Helvético em lidar com tal diversidade, defendem Church e Dardanelli (2005: 163) que todos aqueles interessados em colocar a ideia do federalismo em prática olham para a Suíça em busca de inspiração. Na eventualidade de a União Europeia enveredar por um caminho de aprofundamento das suas instituições e práticas numa vertente federalista, uma análise do caso Suíço poderá resultar num exercício de profícua aprendizagem (Coutau, 1996: 57).

A União Europeia caracteriza-se, actualmente, por se encontrar no seio de uma verdadeira encruzilhada institucional. Segundo Church e Dardanelli (2005: 164) a UE terá um sistema fundamentalmente confederalista, contudo, encontra-se sob “a number of pressures to become a federal state and, at the same time, facing very powerful resistances to moving down such a path”. A indefinição do projecto de construção europeia levava aliás Jacques Delors a defini-lo enquanto um OPNI, ou seja, um objecto político não identificado. Jacques Delors não seria o único a desvendar o carácter único do modelo político da UE. Outros defini-lo-iam como um projecto ainda de natureza indeterminada (Besson, 2003: 15) ou uma organização com uma estrutura *sui generis* (Müller, 1996: 153). Independentemente de como possa ser caracterizado, Jonathan Steinberg (1996) defende que o actual modelo de governação da União Europeia falhou por não aproximar os cidadãos e criar uma verdadeira democracia europeia. Pelo contrário,

“People’s power work in Switzerland (...). That example offers Europe an alternative to the swollen, self-perpetuating bureaucracy of Brussels” (Steinberg, 1996: 258-259).

Defende por isso o autor que a UE deverá aprender a governar como a Confederação Suíça, que contrariamente à organização internacional tem sido bem sucedida em desenvolver um sistema democrático, legitimizado pela sua própria população e mantendo níveis mínimos de centralização:

“The European Union must loosen its grip, democratise its decision-making and decentralise its institutions. The more it moves to a looser union the more like Switzerland it will become” (Steinberg, 1996: 259).

Assim, o sistema Suíço poderá servir de inspiração e de mote para a implementação de

instrumentos que possibilitem aproximar os cidadãos da Europa e procurar diminuir o défice democrático que têm vindo a assombrar a legitimidade da UE. A falta de confiança e de legitimidade que caracteriza a atitude da população europeia face às instituições da UE é já legendária (Feld e Kirchgässner, 2003: 1), resultado de um fosso que separa a população dos processos legislativos e decisórios. A visão de que a União Europeia é anti-transparente, burocrática e demasiado hierarquizada (Hille, 2007: 65), e que uma das suas características é a de não existir “a true European demos” (Schwok, 2009: 109) é invariavelmente uma preocupação para os defensores de uma Europa mais democrática. Como tal, seguindo o exemplo Suíço, a UE poderia “develop a greater feeling of identity and legitimacy of its own” (Schwok, 2009: 109). A própria elite política Suíça apela para que a UE adopte uma atitude baseada no modelo de participação cívica Suíço e que ofereça aos seus cidadãos formas de participação mais activa na vida política (Möckli, 2008: 1). Um apelo que será partilhado por muitos eurocépticos Suíços que vêm no seu país um caso exemplar de aplicação da democracia directa:

“Many of its citizens [Suíços] would wish that the EU turned into a democratic entity which accepts the sovereignty and variety of its member states and changed in such a way that would make an accession to the EU for Switzerland worth considering” (Reimann, 2006).

Igualmente, estudos comparando a Suíça com os países da UE demonstram que os cidadãos encontram-se mais bem informados acerca da vida política quando dispõem de meios mais alargados de participação política e que, portanto, o sistema de democracia directa Suíço resulta em níveis de conhecimento superiores (Benz e Stutzer, 2004)<sup>99</sup>. Já na União Europeia, diversos são os Estados, como Suécia, Dinamarca, Reino Unido ou até França, onde o défice democrático da UE tem sido severamente criticado (Feld e Kirchgässner, 2003: 1). Note-se que a própria instituição eleita de forma a representar os vários povos europeus<sup>100</sup> – o Parlamento Europeu – não recolhe por parte da população europeia a legitimidade e confiança supostamente necessárias para defender os seus interesses (Feld e Kirchgässner, 2003: 1). Como tal, não será surpreendente que autores como Feld e Kirchgässner (2003) ou René Schwok (2009) apresentem propostas de introdução de instrumentos de democracia directa, em tudo semelhantes aos já existentes na Confederação Suíça, que possibilitem aproximar os cidadãos da Europa<sup>101</sup>. Defendem Feld e

---

<sup>99</sup> Para mais informações consultar Benz e Stutzer (2004).

<sup>100</sup> O Parlamento Europeu é, aliás, a única instituição da UE directamente eleita pela população da UE.

<sup>101</sup> Uma breve apresentação de algumas das propostas poderá ser consultada em Schwok (2009).



Kirchgässner (2003: 11) que:

“Elements of direct democracy at the EU level are supposed to lead to the formation of a European demos. This might help to develop a common policy understanding. In this case, Switzerland is (...) an inspiring example.”

Ainda assim, tal como já foi referido, será importante compreender que o facto de a Confederação Suíça ser um país de reduzidas dimensões facilita a existência de instrumentos de democracia directa. Pelo contrário, a introdução dos mesmos numa organização com mais de 500 milhões de habitantes levanta, naturalmente, algumas objecções e críticas (Schwok, 2009: 109-110). A forma como tão vasta organização seria eficientemente apta a desenvolver um sistema de democracia directa junto dos seus cidadãos mantém-se uma incógnita.

## CONCLUSÃO

O factor identitário de uma nação é um ponto fulcral de análise na determinação do cepticismo que a população revela face ao processo de integração europeia. A Suíça, enquanto Estado-Nação fundamentado por uma vontade política de união, dispõe de uma identidade nacional que se encontra fortemente marcada pelos valores da democracia, da liberdade e da independência. Estes interligam as diferentes facções sociais e atribuem o sentido de unidade a um país extraordinariamente multicultural. A cultura política comum, evidenciada pelos quatro instrumentos políticos por nós abordados - neutralidade, federalismo, democracia directa e soberania -, encontra-se enraizada na tradição e histórias Suíças, e uma ameaça a estas instituições será pois uma ameaça à própria identidade nacional do Estado Helvético. Será, pois, fundamental compreender o simbolismo que a vida política e cívica adquiriu para a população, e que:

“A threat to Switzerland’s civic foundations would threaten the very concept of Switzerland itself, since civic foundations are all it has. (...) Take away Switzerland’s institutional and civic foundations and Switzerland will be no more” (Theiler, 2004: 644).

Como tal, a prática da democracia e a defesa dos direitos do cidadão são valores intrínsecos à própria identidade Suíça e dos quais os Suíços não tencionam abdicar. Nesta dissertação desenvolvemos uma análise onde salientámos que a base para o eurocepticismo Suíço se incute pela percepção de um impacto negativo que a adesão à UE traria às estruturas-base da identidade nacional do país. Numa era onde a falta de democracia e de legitimidade nas acções da UE são duramente criticadas, tal conjuntura é um factor decisivo na tomada de decisão relativamente à Europa por parte do país Helvético. Sendo inevitável uma reformulação dos instrumentos que estão na base desta sua identidade, note-se que os Suíços não se demonstram dispostos a abdicar dos seus instrumentos para integrar o actual institucionalismo político europeu.

O eurocepticismo Suíço está, assim, intrinsecamente relacionado com o facto de a população não rever nesta organização a existência de um sistema que possibilite garantir a prática dos valores que fomentaram a criação e solidificação do Estado Suíço. A ideia de que “the Swiss either give up their national identity or stay out of the European Union”, expressa por Jonathan Steinberg (1996: 110), é exemplificadora do pensamento que invade o cidadão helvético. A população Suíça, ao encarar-se enquanto defensora do seu Estado-Nação e da identidade que a

caracteriza, actua por isso cepticamente face à ameaça da UE. Ou seja, um eurocéptico Suíço é, antes de mais, um defensor da singularidade Suíça do que um indivíduo contrário à existência de uma União Europeia, ou a qualquer outro sistema internacional. Como tal, a expressa manifestação de independência face à UE não deverá ser entendida como uma forma obsessiva de isolacionismo directamente direccionada ao projecto de integração europeia, mas sim como uma tendência natural de defesa das tradições políticas Suíças (Church, 2003: 29). E, mesmo o conceito de eurocepticismo deverá ser relativizado aquando de uma aceção de atitude contra a integração no projecto europeu. Como Clive Church (2003) demonstra, a sociedade Suíça olha para a União Europeia de forma multifacetada. Lado a lado, coexistem a facção eurocéptica verdadeiramente “hard”, contra a UE e activamente envolvida na luta contra a mesma, e a facção eurocéptica mais “soft” que procura somente defender os interesses do país, não sendo contrária à existência da UE em si.

Os Suíços entendem o seu Estado como sendo o que melhor defende o interesse da comunidade, e apenas estarão disponíveis a adoptar uma atitude mais pró-UE caso entendam o bloco europeu como sendo uma extensão, uma versão alargada, do seu próprio Estado-Nação. Tal não acontece. Pelo contrário, o crescente eurocepticismo põe em evidência uma percepção díspar e distinta entre o Estado Suíço e a estrutura de “Super-estado” europeu (Hille, 2007: 69), e como tal uma adesão poderá estar longe de acontecer. Ainda que outros factores possam originar a aproximação à UE, notamos que somente através de uma profunda reforma do próprio sistema político europeu, que garanta a manutenção das instituições Suíças, poderá marcar o início de uma mudança de atitude de desconfiança face à UE que não se fundamente em razões de ordem racional e pragmática. Uma modificação bastante árdua pois, mais do que institucional, terá de ser simbolicamente eficiente de forma a ganhar a confiança e apreço da população Suíça e permitir uma identificação positiva com a UE. Somente ao não entender a adesão à UE como uma ameaça à identidade nacional, mas antes como algo que é compatível com a sua singularidade, será possível à população encarar o desfecho de integração europeia como realista e benéfico para a sociedade helvética.

Através desta dissertação elaborámos uma análise que esperamos motivar uma investigação futura do impacto da identidade nacional, não só na Suíça como em outros Estados, na abertura das respectivas populações em abraçar projectos de integração Europeia. O eurocepticismo popular, ou seja, dos cidadãos na sua generalidade, deverá pois ser mais largamente investigado de modo a compreender tanto o apoio como o afastamento que a UE

recebe das populações europeias, Especialmente numa fase da construção europeia em que as dúvidas e os receios dos cidadãos europeus ganham relevância face às crises que afectam a UE, a análise do seu cepticismo (em Estados-membros e potenciais aderentes) será um exercício fundamental para qe se possa desenvolver uma real política de aproximação da UE aos seus cidadãos. Acreditamos que a análise da atitude de uma população com elevada conexão à vida política e cívica, como é o caso da Suíça, poderá potenciar a reflexão sobre alguns dos motivos de base do eurocepticismo da contemporaneidade. Igualmente, e face às potencialidades do modelo Suíço na acomodação da diversidade interna, será de relevo explorar de que modo poderão os instrumentos e as soluções políticos deste pequeno país servir de exemplo para uma evolução futura do processo de construção europeia. De que forma poderia a União Europeia “suicificar” os seus instrumentos e garantir uma mais consistente legitimidade política merecerá, por isso, ser alvo de uma mais profunda análise.

## BIBLIOGRAFIA

Arató, Krisztina e Petr Kaniok (eds.) (2009). *Euroscepticism and European Integration*. Zagreb: Political Science Research Centre Zagreb.

Balmelli, Tiziano (ed.) (2003). *La Suisse saisie par l'Union Européenne. Thèmes choisis sur le droit et les politiques de l'UE*. Friburgo : Editions interuniversitaires suisses.

Benz, Matthias e Alois Stutzer (2004). "Are Voters Better Informed When They Have a Larger Say in Politics? - Evidence for the European Union and Switzerland". *Public Choice*, 119(1-2), pp. 31-59.

Bernauer, Thomas e Stefanie Walter (2007). "Switzerland in a global context", In Ulrich Klöti, Peter Knoepfel, Hanspeter Kriesi, Wolf Linder and Yannis Papadopoulos (eds.) *Handbook of Swiss Politics*. Zurique: NZZ Libro, pp. 57-73.

Besson, Samantha (2003). "La souveraineté cooperative en Europe ou comment la Suisse pourrait être à la fois européenne et souveraine", In Tiziano Balmelli (ed.) *La Suisse saisie par l'Union Européenne. Thèmes choisis sur le droit et les politiques de l'UE*. Friburgo : Editions interuniversitaires suisses, pp. 5-47.

Bloom, William (1990). *Personal identity, national identity and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bonte, Christophe (1999). *La Suisse et l'Union Européenne: Entre Espace économique européen et Accords bilatéraux*. Institut Européen de l'Université de Genève.

Bostock, William e Gregg Smith (2001). "On measuring National Identity". *Social Science Paper Publisher*, 4 (1), pp. 1-6.

Bruter, Michael (2004). "Civic and Cultural Components of a European Identity: A Pilot Model of Measurement of Citizens' Levels of European Identity", In Richard K. Hermann, Thomas Risse-Kappen e Marilyn B. Brewer (eds.) *Transnational identities: becoming European in the EU*. Rowman & Littlefield, pp. 186-213.

Canosa, Xavier Tschumi (2008). "1. Politique Extérieure", In *Annuaire suisse de politique de développement*, 27 (1). Disponível em <<http://aspd.revues.org/202>> [acedido a 5 de Fevereiro de 2011].

Cattacin, Sandro, Cla Reto Famos, Michael Duttwiler e Hans Mahnig (2003). *Etat et religion en Suisse. Lutttes pour la reconnaissance, formes de la reconnaissance*. Berna: EKR/CFR, p. 5.

Cerulo, Karen (1997). "Identity Construction: New Issues, New Directions". *Annual Review of Sociology*, 23, pp. 385-409.

Chancelaria Federal (2005). *Ch.ch*. Disponível em <<http://www.ch.ch/schweiz/00143/00155/index.html?lang=en>> [acedido a 11 de Junho de 2011].

Chancelaria Federal (2011). *The Swiss Confederation – a Brief Guide 2011*. Berna: Chancelaria Federal.

Chancelaria Federal (2011a). "Tableau récapitulatif - Arrêté fédéral du 03.10.1972 concernant les Accords entre la Confédération suisse et la Communauté économique européenne ainsi que les

- Etats membres de la Communauté européenne du charbon et de l'acier". Disponível em <<http://www.admin.ch/ch/f/pore/va/19721203/det233.html>> [acedido a 12 de Fevereiro de 2011].
- Chiva, Cristina (2010). "Review". *Parliamentary Affairs*, 63 (1). Oxford: Oxford University Press, pp. 218–220.
- Church, Clive (2000). "Switzerland: An Overlooked Case of Europeanization?". *Queens University Belfast Papers on Europeanization*, 3. Disponível em <<http://www.qub.ac.uk/schools/SchoolofPoliticsInternationalStudiesandPhilosophy/FileStore/EuropeanisationFiles/Filetoupload,38444,en.pdf>> [acedido a 4 de Fevereiro de 2011].
- Church, Clive (2003). "The Contexts of Swiss Opposition to Europe". *SEI Working Paper*, 64 / *Opposing Europe Research Network Working Paper*, 11. Brighton: Sussex European Institute.
- Church, Clive (2004). "Swiss Euroscepticism: Local Variations on Wider Themes", In Robert Harmsen e Menno Spiering (eds.) (2004). *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amsterdam: Rodopi, pp. 269-290.
- Church, Clive (ed.) (2007). *Switzerland and the European Union: a close, contradictory and misunderstood relationship*. Nova Iorque: Routledge.
- Church, Clive e Paolo Dardanelli (2005). "The Dynamics of Confederalism and Federalism: Comparing Switzerland and the EU". *Regional and Federal Studies*, 15 (2), pp. 163-185.
- Christin, Thomas e Alexander H. Trechsel (2002). "Joining the EU? Explaining Public Opinion in Switzerland". *European Union Politics*, 3(4). SAGE Publications, pp. 415-443.
- Cinpoes, Radu (2008). "From national identity to European identity". *Journal of Identity and Migration Studies*, 2(1), pp. 3-14.
- Confederação Suíça (2003). "Constituição Federal da Confederação Suíça do 18 de Abril de 1999". Disponível em <[http://www.admin.ch/org/polit/00083/index.html?lang=fr&download=M3wBPgDB\\_8u1l6Du36Wen0jQ1NTTjaXZnqWfVp7Yhmfhnapmmc7Zi6rZnqCkklN0f35,bKbXrZ6lhuDZz8mMps2gpKfo](http://www.admin.ch/org/polit/00083/index.html?lang=fr&download=M3wBPgDB_8u1l6Du36Wen0jQ1NTTjaXZnqWfVp7Yhmfhnapmmc7Zi6rZnqCkklN0f35,bKbXrZ6lhuDZz8mMps2gpKfo)> [acedido a 12 de Fevereiro de 2011].
- Coutau, Gilbert (1996). "Bicaméralisme Suisse et Européen", In Dusan Sidjanski (ed.) *L'Union Européenne à la lumière du fédéralisme Suisse*. Institut européen de l'Université de Genève, pp. 55-62.
- Credit Suisse (2010). *Bulletin Plus - Baromètre d'identité Credit Suisse 2010*. Credit Suisse : Zurique.
- D'Agostino, Serge, Jérôme Buridant, Frédéric Depétris e Marc Montoussé (2004). *Textes citoyens: Éducation civique, juridique et sociale – Lycée*. Bréal, p. 106.
- Dardanelli, Paolo (1998). "Identity and Legitimacy: A European Dilemma", In *Second European Urban and Regional Studies Conference*, Durham, Reino Unido, 17-20 Setembro 1998.
- Dardanelli, Paolo (2005). "Swiss Direct Democracy: a Shining Example?", In *27th EGPA Annual Conference*, Berna, Suíça, 31 Agosto-3 Setembro 2005.
- Dardanelli, Paolo (2005a). "The Constitution of Europe: the European Union from a Federal Perspective", In *1e Congrès des Quatre Pays*, Lausanne, Suíça, 18-19 Novembro 2005.

Dardanelli, Paolo (2007). "Federalism: Institutional adaptation and symbolic constraints", In Clive Curch (ed.) *Switzerland and the European Union: a close, contradictory and misunderstood relationship*. Nova Iorque: Routledge, pp. 17-35.

Dardanelli, Paolo (2008). "Multinational Switzerland?". *Swiss Political Science Review*, 14 (3), pp. 551-577.

De Weck, Roger (2008). "Switzerland and its Past: An Uncomfortable Relationship". *TRANSIT*, 4(1). Disponível em <<http://escholarship.org/uc/item/9c60p2qz>> [acedido a 13 de Outubro de 2010].

Dewulf, Jeroen, Kezhen Feng, Susan Hunsicker e Andrew Tweed (2008). "Switzerland, a Country of Paradoxes: An Interview about Swiss Identity, Politics and Culture with Hugo Loetscher, Roger de Weck and Iso Camartin". *TRANSIT*, 4(1). Disponível em <<http://escholarship.org/uc/item/6jd0v592>> [acedido a 13 de Outubro de 2010].

Digithèque MJP (2007). "Confédération Suisse. Pacte Fédéral de 1815". Disponível em <<http://mjp.univ-perp.fr/constit/ch1815.htm>> [acedido a 15 de Março de 2011].

DDPS (2004). *La Neutralité de la Suisse*. Berna : Service de la communication du DDPS.

Elmiger, Daniel e Simone Forster (2005). *La Suisse face à ses Langues : Histoire et politique du plurilinguisme. Situation actuelle d'enseignement des langues*. Neuchâtel : IRDP, p. 3.

Ehs, Tamara (2005). "Switzerland – From Splendid Isolation to Selected Cooperation". *Politics in Central Europe*, 1(1), pp. 46-54.

Ehs, Tamara (2008). "History in Europeanisation Studies: Lessons from Switzerland", In Pavel Šaradín (ed.) *Contemporary European Studies*, 3 (1), pp. 23-39.

Eugster, Beatrice e Oliver Strijbis (2010). "Political, Cultural and Both: Swiss Diverging Visions on National Identity", In *Annual Conference of the Swiss Political Science Association*, Genebra, Suíça, 7-8 Janeiro 2010. Disponível em <<http://ebookbrowse.com/eugster-strijbis-political-cultural-and-both-swiss-diverging-visions-on-national-identity-pdf-d143286101>> [acedido a 1 de Maio de 2011].

Eurostat (2011). GDP per capita in PPS. Disponível em <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&plugin=1&language=en&pcode=tsieb010>> [acedido a 16 de Julho de 2011].

Federal Statistical Office (2011). *Statistical Yearbook of Switzerland 2011*. Neuchâtel: Federal Statistical Office.

Feld, Lars P. e Gebhard Kirchgässner (2003). "The Role of Direct Democracy in the European Union". *CESifo Working Paper Series*, 1083. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=466584>> [acedido a 4 de Janeiro de 2011].

Fleiner, Thomas (2002). "Switzerland: Constitution of the Federal State and the Cantons", In Jürgen Rose e Johannes Traut (eds.) *Federalism and decentralization: perspectives for the transformation process in Eastern and Central Europe*. Münster: LIT Verlag, pp. 71-96.

Fontaine, Pascal (1998). *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.

FORS (n.d.). *Social Science Data online*. Disponível em <<http://fors-nesstar.unil.ch/webview/index.jsp>> [acedido pela última vez a 31 de Julho de 2011].

Fuchs, Dieter, Raul Magni-Berton e Antoine Roger (eds.) (2009). *Euroscepticism: Images of Europe among mass publics and political elites*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.

Fuchs, Dieter, Isabelle Guinaudeau e Sophia Schubert (2009). "National Identity, European Identity and Euroscepticism", In Dieter Fuchs, Raul Magni-Berton e Antoine Roger (eds.) *Euroscepticism: Images of Europe among mass publics and political elites*. Opladen: Barbara Budrich Publishers, pp. 91-112.

Fundação BBVA (2010). *BBVA Foundation Study European Mindset*. Disponível em <[http://www.fbbva.es/TLFU/dat/european\\_mindset\\_27042010.pdf](http://www.fbbva.es/TLFU/dat/european_mindset_27042010.pdf)> [acedido a 4 de Fevereiro de 2011].

Harmsen, Robert e Menno Spiering (eds.) (2004). *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amsterdam: Rodopi.

Gabriel, Jürg Martin (2000). "Switzerland and the European Union". *Beiträge / Eidgenössische Technische Hochschule, Forschungsstelle für Internationale Beziehungen*, 33. ETH: Zurique.

Gabriel, Jürg Martin e Jon A. Fanzun (2003). "The Asymmetries of Swiss Foreign Policy". *Beiträge / Eidgenössische Technische Hochschule, Forschungsstelle für Internationale Beziehungen*, 42. ETH: Zurique.

Goetschel, Laurent (2000). *Power and Identity: Small States and the Common Foreign and Security Policy (CFSP) of the EU*. Berna: Schweizerischer Nationalfonds NFP 42.

Goetschel, Laurent (2007). "The wider setting of Swiss foreign policy", In Clive Chruch (ed.) *Switzerland and the European Union*. Abingdon: Routledge, pp. 169-185.

Grether, Jean-Marie e Tobias Müller (2000). "Decomposing the economic costs and benefits of accession to the EU: the Swiss case". *Cahiers du Département d'économétrie*, 2000.02. Universidade de Genebra: Genebra.

Groom, Arthur e Dominic Powell (1994). "From world politics to global governance: a theme in need of a focus", In Arthur Groom e Margot Light (eds.) *Contemporary International Relations: A Guide to Theory*. London: Pinter, pp. 81-90.

Haltiner, Karl (2002). *Tradition as a Political Value – The Public Image of Security, Defence and the Military in Switzerland*. Zurich: ETHZ-Publications.

Herrmann, Irène (2010). *Toward Swiss Self-interest*. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?id=124598>> [acedido a 24 de Maio de 2011].

Heywood, Andrew (2004). "Sovereignty, the Nation and Supranationalism", In *Political Theory: An Introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp. 89-120.

Hille, Jochen (2007). "Better than Europe - Eurosceptical self-descriptions in Norway and Switzerland". *NORDEUROPA Forum*, 2, pp. 57-69.

Hirter, Hans, e Wolf Linder (2000). "Analyse des votations fédérales du 21 mai 2000". *VOX*, 70. Bern: GfS.

Hirter, Hans, e Wolf Linder (2009). "Analyse VOX des votations fédérales du 8 février 2009". *VOX*.



Bern: GfS.

Hooghe, Liesbet e Gary Marks (2004). "Does Identity or Economic Rationality Drive Public Opinion on European Integration?". *Political Science and Politics*, 37, pp. 415-420.

Infopédia (2011). *Nação*. Disponível em < <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/na%C3%A7%C3%A3o> > [acedido a 10 de Novembro de 2010].

Ipperciel, Donald (2007). "La Suisse : un cas d'exception pour le nationalisme?". *Swiss Political Science Review* 13(1), p. 39-67.

Kaniok, Petr (2009). "Europeanists, Eurogovernmentalists, and Eurosceptics: A Constructive Criticism of Previous Research", In Krisztina Arató e Petr Kaniok (eds.) *Euroscepticism and European Integration*. Zagreb: Political Science Research Centre Zagreb, pp. 159-178.

Kaufmann, Bruno (coord.) (2005). *Guidebook to Direct Democracy in Switzerland and Beyond*. Amesterdão: The Initiative & Referendum Institute Europe.

Keiner, Marco (2005). *Switzerland in Europe: Policy Options Toward EU*. Zurique: ETH Zürich.

Kleiner-Liebau, Désirée (2009). *Migration and the construction of national identity in Spain*. Madrid: Iberoamericana, p. 31.

Koch, Philippe e Sandra Lavenex (2007). "The (contentious) human face of Europeanization: Free movement and immigration", In Clive Curch (ed.) *Switzerland and the European Union: a close, contradictory and misunderstood relationship*. Nova Iorque: Routledge, pp. 153.

Kopecký, Petr e Cas Mudde (2002). "The Two Sides of Euroscepticism. Party Positions on European Integration in East Central Europe". *European Union Politics*, 3(3). SAGE Publications, pp. 297-326.

Kraus, Daniel, Tobias Jaag e Georg Umbricht (2009). *L'Union Européene: ses institutions et ses relations avec la Suisse*. Genebra : Schulthess.

Kriesi, Hanspeter (1998). *Le système politique suisse*. Paris : Economica.

Kriesi, Hanspeter, Klaus Armingeon, Hannes Siegrist e Andreas Wimmer (eds.) (1999). *Nation and National Identity: The European Experience in Perspective*. Chur/Zurique: Verlag Rüegger.

Kriesi, Hanspeter e Alexander Trechsel (2008). *The Politics of Switzerland. Continuity and Change in a Consensus Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kufer, Astrid (2009). "Images of Europe – the meaning and perception of 'Europe' by citizens of EU member states", In Dieter Fuchs, Raul Magni-Berton e Antoine Roger (eds.) *Euroscepticism: Images of Europe among mass publics and political elites*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.

Kymlicka, Will (1996). *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford: Oxford University Press, p. 11.

Leconte, Cécile (2010). *Understanding Euroscepticism*. Palgrave Macmillan.

Leoussi, Athena (ed.) (2001). "Gellner, Ernest (1925-1995)", In *Encyclopaedia of nationalism*. New Brunswick: Transaction Publishers.

Mach, André, Silja Häusermann e Yannis Papadopoulos (2003). "Economic Regulatory Reforms in Switzerland: Adjustment without European Integration, or How Rigidities Become Flexible". *Journal of European Public Policy*, 10 (2), pp. 301-318.

Mannitz, Sabine (2007). "The Normative Construction of the Soldier in Switzerland: Constitutional Conditions and Public Political Discourse: The Swiss Case", *PRIF Research Papers*, I/9. Frankfurt am Main: Peace Research Institute Frankfurt. Disponível em <[http://cgi.hsfk.de/fileadmin/downloads/Switzerland\\_9.pdf](http://cgi.hsfk.de/fileadmin/downloads/Switzerland_9.pdf)> [acedido a 4 de Março de 2011].

Mattenschlager, Andreas e Hubert Riedle (2003). "Media construction of national identities in Germany and Switzerland, 1946-1995", *Conflict & Communication online*, 2(1). Disponível em <[http://www.cco.regener-online.de/2003\\_1/pdf\\_2003\\_1/mattenschlager\\_riedle.pdf](http://www.cco.regener-online.de/2003_1/pdf_2003_1/mattenschlager_riedle.pdf)> [acedido a 2 de Março de 2011].

McLaren, Lauren (2005). "Explaining Mass-Level Euroskepticism: Identity, Interests, and Institutional Distrust", In Liesbet Hooghe e Gary Marks (ed.) *Euroskepticism: Causes and Consequences*. Amesterdão, Países Baixos 1-2 Julho 2005. Disponível em <<http://www.unc.edu/depts/europe/conferences/euroskepticism/papers/mclaren.pdf>> [acedido a 16 de Julho de 2011].

Mercer (2008). *Quality of Living global city rankings 2008 – Mercer survey*. Disponível em <<http://www.mercer.com/referencecontent.htm?idContent=1307990>> [acedido a 16 de Julho de 2011].

Mirow, Wilhelm (2011). "The particularities of contemporary Swiss security policy and practice : A strategic culture-based explanation", In *4th Annual Critical Voices in Swiss IR Conference*, Zurique, Suíça, 19–20 May 2011.

MIS Trend e L'Hebdo (2009). *L'étude SOPHIA 2009 - La Suisse romande en questions Ce que pensent les leaders et la population Suisses*. Lausanne: L'Hebdo.

Möckli, Daniel (2007). "Swiss Neutrality: Rhetoric and Relevance". *CSS Analyses in Security Policy*, 2 (20). Zurique: Center for Security Studies ETH Zürich.

Möckli, Daniel (2008). "Switzerland and the EU: The Prospects of Bilateralism". *CSS Analyses in Security Policy*, 3 (37). Zurique: Center for Security Studies ETH Zürich.

Müller, Alexia (1996). "Les défis de l'intégration européenne", In Dusan Sidjanski (ed.) *L'Union Européene à la lumière du fédéralisme Suisse*. Institut européen de l'Université de Genève, pp. 153-158.

OECD (2011). *Gross domestic product: GDP per head, US \$, current prices, current PPPs*. Disponível em <<http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=558>> [acedido a 16 de Julho de 2011].

Oxford Dictionaries (2010). *Nation*. Disponível em <<http://oxforddictionaries.com/definition/nation>> [acedido a 10 de Novembro de 2010].

Petignat, Yves (2011). "Inutile de retirer la demande d'adhésion à l'UE". *Le Temps*, 7/06/2011. Disponível em <[http://www.letemps.ch/Page/Uuid/c52617cc-907c-11e0-809a-d1bf5b7f1ff7/Inutile\\_de\\_retirer\\_la\\_demande\\_dadh%C3%A9sion\\_%C3%A0\\_lUE](http://www.letemps.ch/Page/Uuid/c52617cc-907c-11e0-809a-d1bf5b7f1ff7/Inutile_de_retirer_la_demande_dadh%C3%A9sion_%C3%A0_lUE)> [acedido a 25 de Junho de 2011].

Petignat, Yves (2011a). "Au Grütli, l'UDC a réveillé le spectre d'un Sonderbund anti-européen". *Le Temps*, 14/06/2011. Disponível em <<http://www.letemps.ch/Page/Uuid/52475e04-95fa-11e0-94ee-c7401763224e>> [acedido a 25 de Junho de 2011].

Pfaff-Czarnecka, Joanna (2004). "Diversity, immigration, and national identity in Switzerland". *Canadian Diversity/Diversité Canadienne*, 3 (2), pp. 77-80.

Presence Switzerland (2011). *Swissworld.org*. Disponível em <[http://www.swissworld.org/en/history/the\\_federal\\_state/the\\_restoration\\_1815\\_30](http://www.swissworld.org/en/history/the_federal_state/the_restoration_1815_30)> [acedido a 11 de Junho de 2011].

Reimann, Lukas (2006). "How does the EU directives affect the Swiss laws?", In *10th European Futures Conference in Helsinki*, Helsinquia, Finlândia, 8-9 Setembro 2006. Disponível em <<http://www.lukas-reimann.ch/datein/doku/publikationen/030.pdf>> [acedido a 2 de Maio de 2011].

Rennwald, Jean-Claude, Stéphanie Lachat, Jean-Pierre Ghelfi e Jean-Claude Prince (2005), *Suisse – Union Européenne: Les 44 questions qui irritent les Helvètes*. Delémont : Editions Communication Jurassienne et Européenne.

Risse, Thomas (2003). "European Institutions and Identity Change. What Have We Learned?", In Hermann, Richard, Marilyn Brewer e Thomas Risse (eds.) *Identities in Europe and the Institutions of the European Union*, (Lanham MD: Rowman & Littlefield, forthcoming). Disponível em <[http://userpage.fu-berlin.de/~atasp/texte/030730\\_europeaninstandidentity\\_rev.pdf](http://userpage.fu-berlin.de/~atasp/texte/030730_europeaninstandidentity_rev.pdf)> [acedido a 4 de Março de 2011].

Ruffy, Victor, Anne De Preux, Antoine Grosjean, Jean-Pierre Bastian, Yves Fricker e Andreas Gross (2004). "La Suisse, l'Europe: mêmes valeurs?", *Rivista di studi politici internazionali*, 71 (1), Roma : Universidade de Roma La Sapienza, pp. 114-118.

Safi, Louay (1992). "Nationalism and the Multinational State", *American Journal of Islamic Social Sciences*, 9 (3), pp. 336-350.

Safi, Katayoun (2010). "Swiss Euroskepticism: economically or culturally determined?", In: Simon Hug e Hanspeter Kriesi (eds.) *Value change in Switzerland*. Lanham: Lexington Press, pp. 93-114.

Schelbert, Leo (2007). *Historical Dictionary of Switzerland*. The Scarecrow Press.

Schlesinger, Philip (1987). "On National Identity: Some Conceptions and Misconceptions Criticized". *Social Science Information*, 26 (2), pp. 219-264.

Schoch, Bruno (2000). "Switzerland – A Model for Solving Nationality Conflicts?", *PRIF Reports*, 54. Frankfurt am Main: Peace Research Institute Frankfurt. Disponível em <[cpc.emu.edu.tr/dosyalar/ReportSwitzerland.pdf](http://cpc.emu.edu.tr/dosyalar/ReportSwitzerland.pdf)> [acedido a 4 de Março de 2011].

Schwok, René (2009). *Switzerland – European Union. An Impossible membership?*. PIE - Peter Lang.

Sciarini, Pascal e Sarah Nicolet (2005). "Internationalization and Domestic Politics: Evidence from the Swiss Case", In Hanspeter Kriesi, Peter Farago, Martin Kohli e Milad Zarin-Nejadan (eds.) *Contemporary Switzerland: Revising the Special Case*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, pp.221-238.

Sebastião, Sónia (2005). *A Democracia Directa ainda interessa? - O caso Suíço*. Lisboa: ISCSP.

- Seiler, Daniel-Louis (1996). "L'apport de l'expérience suisse", In Dusan Sidjanski (ed.) *L'Union Européenne à la lumière du fédéralisme Suisse*. Institut européen de l'Université de Genève, pp. 29-46.
- Smith, Anthony (1991). *National Identity*. Reno: University of Nevada Press.
- Smith, Anthony (1992). "National Identity and the Idea of European Unity". *International Affairs*, 68 (1). The Royal Institute of International Affairs, pp. 55-76.
- Smith, Anthony (2008). *The cultural foundations of nations: Hierarchy, Covenant, and Republic*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Spirig, Beat e Rolf Weder (2004). "To Wait or Not to Wait: Swiss EU-Membership as an Investment under Uncertainty". *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 144 (1), pp. 85-114.
- Steinberg, Jonathan (1996). *Why Switzerland?*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stojanovic, Nenad (2003). "Swiss nation-state and its patriotism. A critique of will Kymlicka's account of multinational states". *Polis/Revue Camerounaise de Science Politique*, 11, pp. 45-94.
- Stråth, Bo (2002). "A European Identity. To the Historical Limits of a Concept". *European Journal of Social Theory* 5(4), pp. 387-401.
- Taggart, Paul (1998). "A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary Western European Party Systems". *European Journal of Political Research*, 33 (3), pp. 363-388.
- Taggart, Paul e Aleks Szczerbiak (2004). "Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe". *European Journal of Political Research*, 43, pp. 1-27.
- Tanner, Fred (2003). "Comments on the Swiss positions", In Hanna Ojanen (ed.) *Neutrality and Non-Alignment in Europe Today: FIIA Report 6/2003*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs, pp. 58-61.
- Teixeira, Filipa (ed.) (2008). *A Revolução Europeia por Francisco Lucas Pires – Antologia de Textos*. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.
- The Economist (2004). "The Economist Intelligence Unit's quality-of-life index", In *The World in 2005*. Disponível em <[http://www.economist.com/media/pdf/quality\\_of\\_life.pdf](http://www.economist.com/media/pdf/quality_of_life.pdf)> [acedido a 16 de Julho de 2011].
- Theiler, Tobias (2004). "The origins of Euroscepticism in German-speaking Switzerland". *European Journal of Political Research*, 43, pp. 635-656.
- Trechsel, Alexander (1995). *Clivages en Suisse: Analyse des impacts relatifs des clivages sur l'électorat suisse lors des élections fédérales*. Geneva : Universidade de Genebra.
- Trechsel, Alexander (2007). "Direct Democracy and European Integration: a limited obstacle?", In Clive Church (ed.) (2007) *Switzerland and the European Union: a close, contradictory and misunderstood relationship*. Nova Iorque: Routledge, pp. 36-51.
- Tresch, Tibor e Andreas Wenger (eds.) (2011). *Sicherheit 2011*. Zurique: ETH Zürich.

Tribune de Genève (2010). "Les Suisses ne veulent pas de l'UE", Tribune de Genève, 20/07/2010. Disponível em <<http://www.tdg.ch/actu/suisse/suisses-ne-veulent-ue-2010-07-20>> [acedido a 4 de Janeiro de 2011].

União Europeia (2010). *Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

União Europeia (n.d.). *Public Opinion Analysis*. Disponível em <[http://ec.europa.eu/public\\_opinion](http://ec.europa.eu/public_opinion)> [acedido a 11 de Julho de 2011].

Vahl, Marius e Nina Grolimund (2006). *Integration without membership. Switzerland's bilateral agreements with the European Union*. Bruxelas: Centre for European Policy Studies.

Vetik, Raivo, Gerli Nimmerfelft e Marti Taru (2006). "Reactive identity versus EU integration". *Journal of Common Market Studies*, 44, pp. 1079-1102.

Villiger, Kaspar (2002). "14. mai 2002 - Ouverture de l'EXPO.02 par le président de la Confédération Kaspar Villiger le 14 mai 2002". Disponível em <<http://www.efd.admin.ch/dokumentation/reden/archiv/02347/index.html?lang=fr>> [acedido a 25 de Julho de 2011].

Weibel, Ernest (coord.) (1997), *La cohésion nationale menacée? Ist der nationale Zusammennhalt in Frage gestellt?*. Neuchâtel: Universidade de Neuchâtel.

Welti, Philippe (2003). "Switzerland", In Hanna Ojanen (ed.) *Neutrality and Non-Alignment in Europe Today: FIIA Report 6/2003*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs, pp. 52-57.

Wendt, Alexander (1994). "Collective identity formation and the international state". *The American Political Science Review*, 88 (2). Academic Research Library, pp. 384-396.

Widmer, Jean (1993). "De l'Espace a la Clôture: le vote sur l'EEE renvoi la Suisse a ses espaces internes", In *Espaces politiques et espaces des médias en Suisse. Réflexions après le vote sur l'Espace Economique Européen du 6 décembre 1992*. Friburgo : Universidade de Friburgo, pp. 103-111.

Wilner, Alexander (2007). "The Swiss-ification of Ethnic Conflict: Historical Lessons in Nation-building – The Swiss Example". *Federal Governance*, 6. Disponível em <<http://www.queensu.ca/iigr/apps/journal/fedg/content/volume5.6/Wilner,%20Alexander%20-%20The%20Swiss-ification%20of%20Ethnic%20Conflict.pdf>> [acedido a 5 de Junho de 2011].

Wimmer, Andreas (2002). "Nationalising Multi-ethnic Switzerland" In Andreas Wimmer *Nationalist exclusion and ethnic conflict: shadows of modernity*. Cambridge University Press, pp. 222-268.

Winderl, Thomas (1999). *Nationalism, nation and state*. Viena: WUV Universitätsverlag.

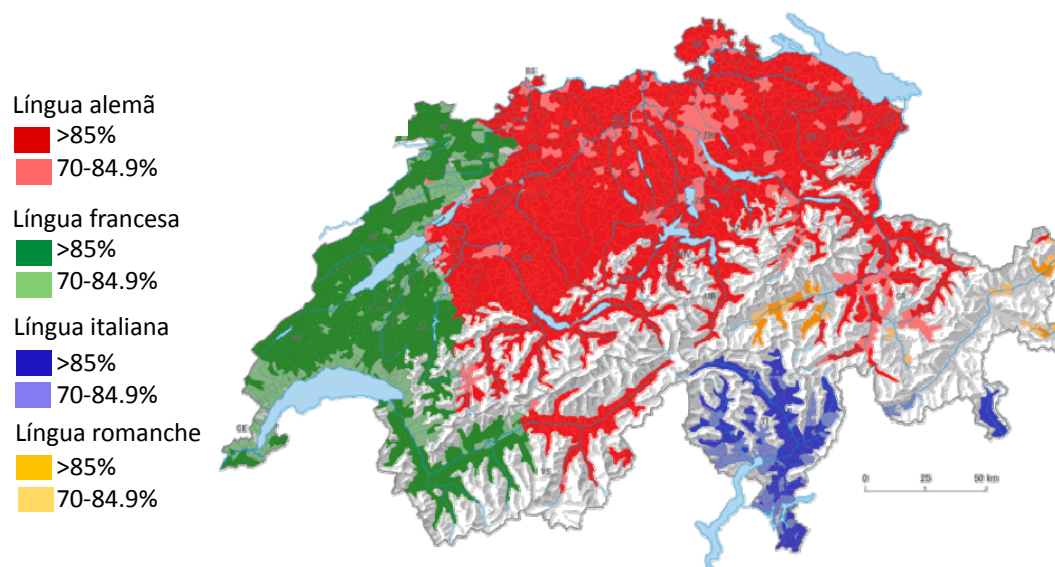
Wodak, Ruth, Rudolf de Cillia, Martin Reisigl e Karin Liebhart (2009). *The discursive construction of national identity*. Edimburgo : Edinburgh University Press.

Zierhofer, Wolfgang (2005). " 'Röstigraben': A Discourse on National Identity in Switzerland", In Wolfgang, Zierhofer, Henk van Houtum e Olivier Kramsch (eds.) *B/ordering Space* . Ashgate Publishing, pp. 225-234.

## ANEXOS

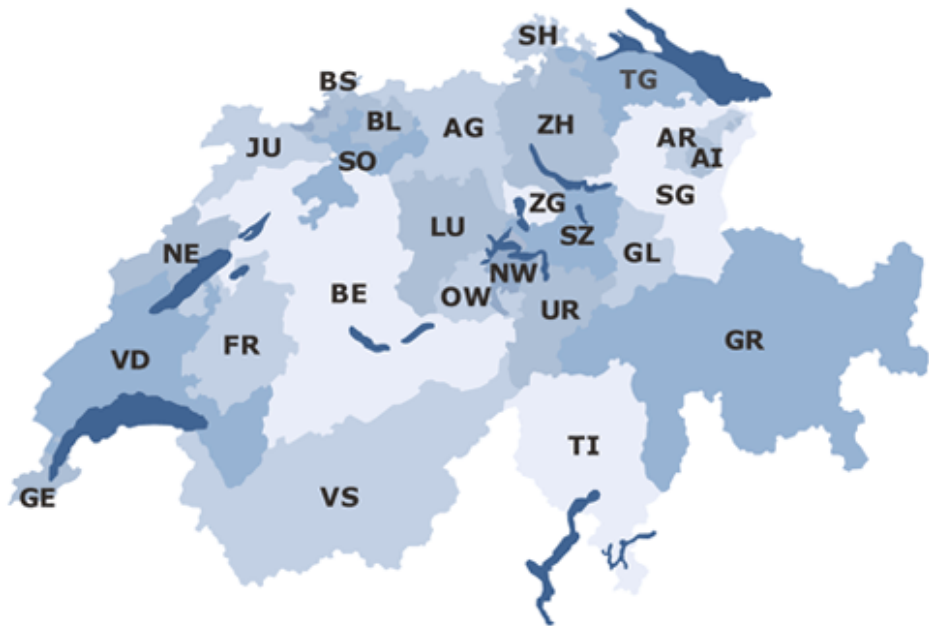
### ANEXO I - FIGURAS

**Figura 1 – Distribuição das línguas nacionais da Confederação Suíça em 2000**



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas da Confederação Suíça

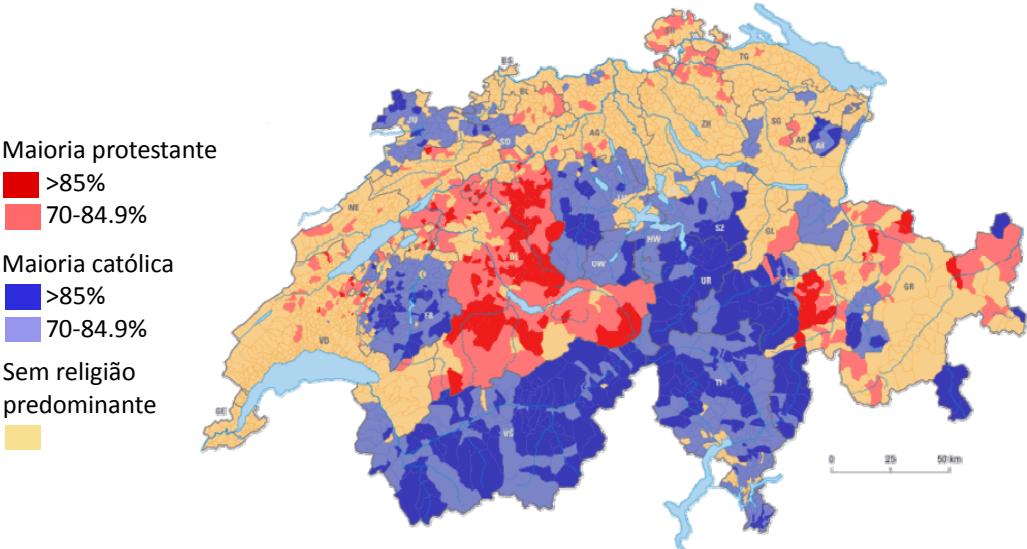
Figura 2 – Os 26 cantões da Confederação Suíça



Fonte: Portal ch.ch

AG: Argóvia	BS: Basileia-cidade	JU: Jura	SG: São Galo	TI: Tessino	ZH : Zurique
AI: Appenzell Interior	FR: Friburgo	LU: Lucerna	SH: Schaffhausen	UR: Uri	
AR: Appenzell Exterior	GE: Genebra	NE: Neuchâtel	SO: Soleura	VD: Vaud	
BE: Berna	GL: Glarus	NW: Nidwald	SZ: Schwyz	VS: Valais	
BL: Basileia-campo	GR: Grisões	OW: Obwald	TG: Turgóvia	ZG: Zug	

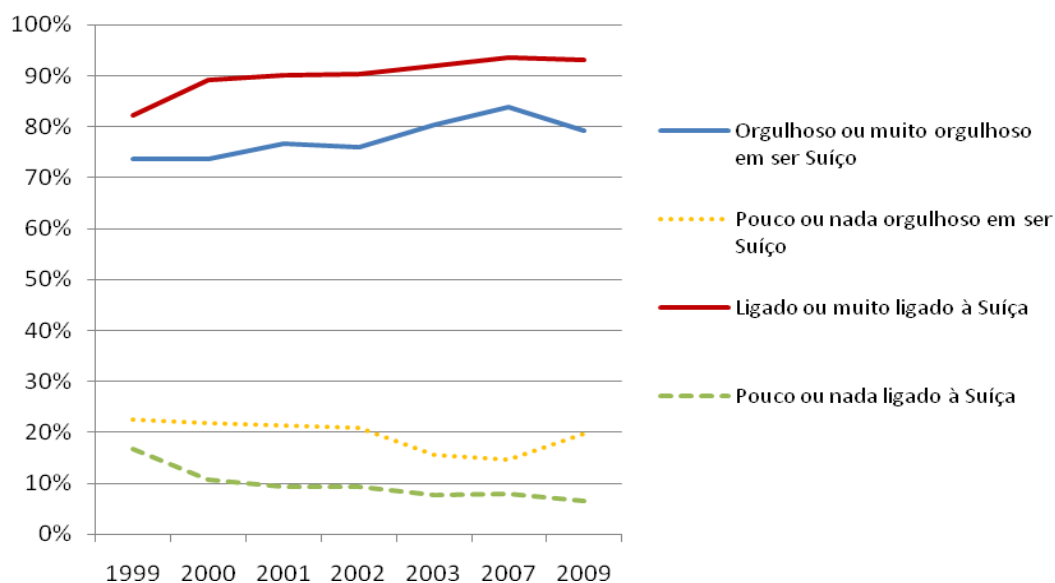
Figura 3 – Distribuição das religiões católica e protestante na Confederação Suíça em 2000



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas da Confederação Suíça

## ANEXO II – GRÁFICOS

**Gráfico 1 – Orgulho em ser Suíço e a ligação da população à Suíça**

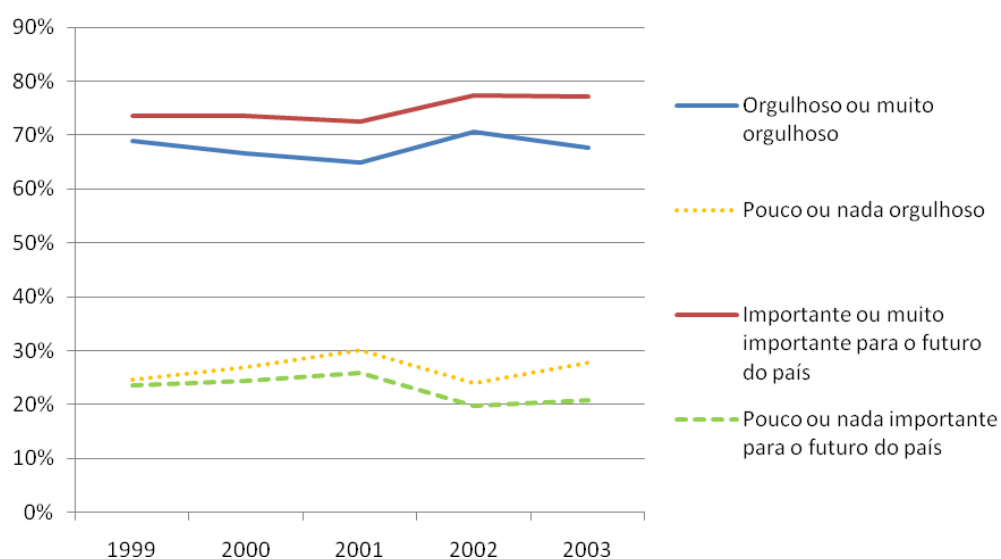


	Orgulhoso ou muito orgulhoso em ser Suíço	Pouco ou nada orgulhoso em ser Suíço	Ligado ou muito ligado à Suíça	Pouco ou nada ligado à Suíça
1999	73,6%	22,5%	82,3%	16,7%
2000	73,7%	21,9%	89,1%	10,7%
2001	76,6%	21,3%	90,0%	9,4%
2002	75,9%	20,8%	90,4%	9,4%
2003	80,5%	15,7%	92,0%	7,8%
2007	83,8%	14,6%	93,6%	8,0%
2009	79,2%	19,6%	93,0%	6,6%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2009



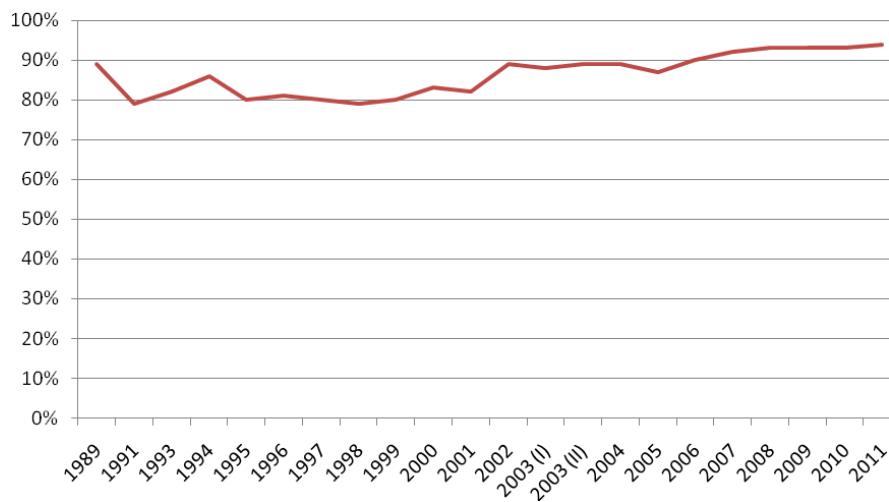
**Gráfico 2 – Orgulho da população Suíça na prática da neutralidade e importância da neutralidade para o futuro do país**



	Orgulhoso ou muito orgulhoso	Pouco ou nada orgulhoso	Importante ou muito importante para o futuro do país	Pouco ou nada importante para o futuro do país
<b>1999</b>	68,8%	24,5%	73,6%	23,5%
<b>2000</b>	66,6%	26,9%	73,6%	24,4%
<b>2001</b>	64,9%	30,2%	72,5%	25,8%
<b>2002</b>	70,6%	24,0%	77,4%	19,7%
<b>2003</b>	67,6%	27,7%	77,1%	20,9%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003

**Gráfico 3 – População Suíça defensora da manutenção da política de neutralidade**



Fonte: Adaptado de Sicherheit 2011

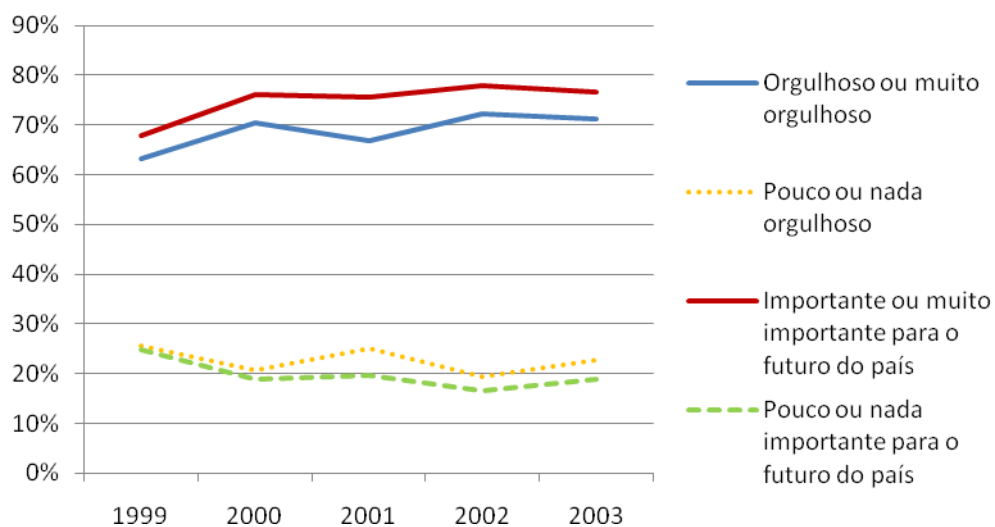
1989	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
89%	79%	82%	86%	80%	81%	80%	79%	80%	83%	82%

2002	2003 (I)	2003 (II)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
89%	88%	89%	89%	87%	90%	92%	93%	93%	93%	94%

Fonte: Sicherheit 2011

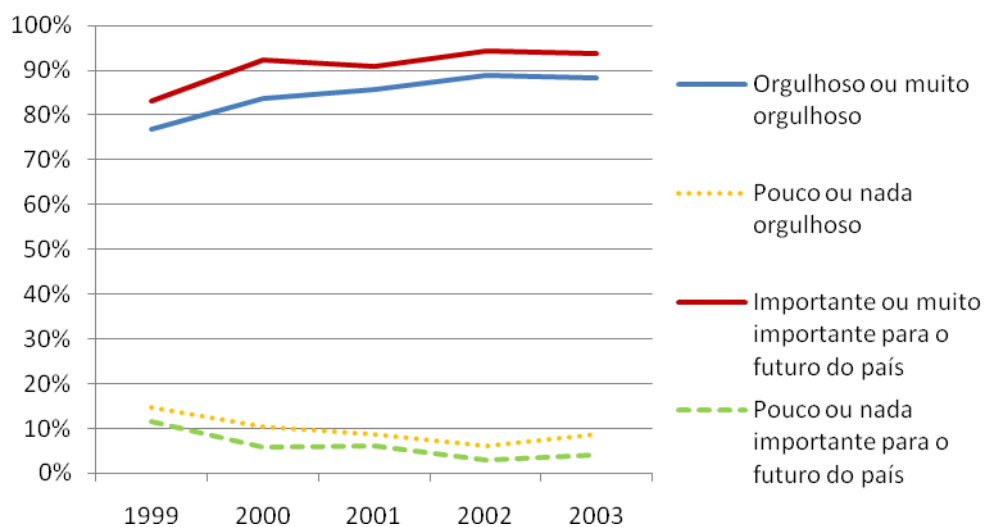
**Gráfico 4 - Orgulho da população Suíça na prática do federalismo e importância do federalismo para o futuro do país**



	<b>Orgulhoso ou muito orgulhoso</b>	<b>Pouco ou nada orgulhoso</b>	<b>Importante ou muito importante para o futuro do país</b>	<b>Pouco ou nada importante para o futuro do país</b>
<b>1999</b>	63,2%	25,7%	67,8%	24,8%
<b>2000</b>	70,3%	20,6%	76,0%	18,9%
<b>2001</b>	66,8%	25,0%	75,6%	19,6%
<b>2002</b>	72,3%	19,5%	78,0%	16,6%
<b>2003</b>	71,1%	22,8%	76,7%	19,0%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003

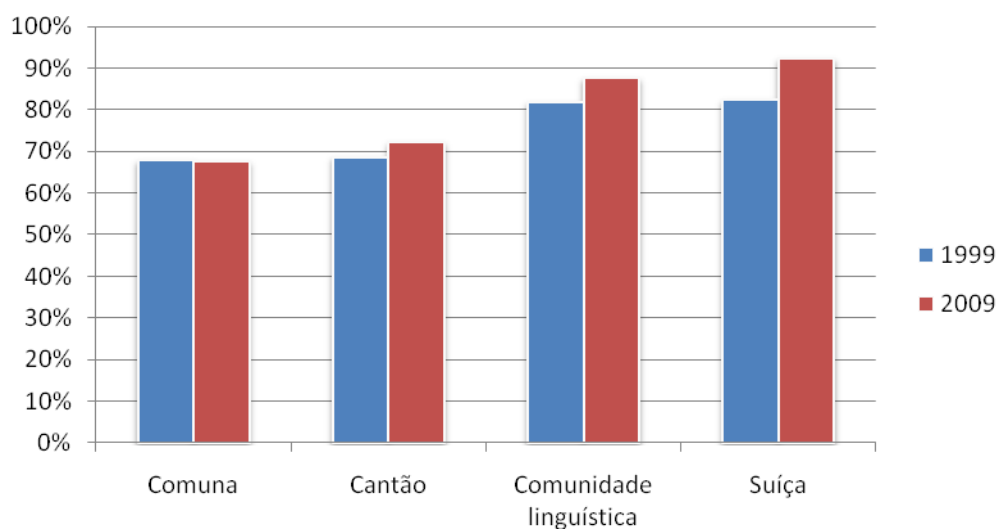
**Gráfico 5 - Orgulho da população Suíça na prática da democracia directa e importância da democracia directa para o futuro do país**



	Orgulhoso ou muito orgulhoso	Pouco ou nada orgulhoso	Importante ou muito importante para o futuro do país	Pouco ou nada importante para o futuro do país
1999	76,8%	14,6%	83,1%	11,7%
2000	83,8%	10,5%	92,2%	5,9%
2001	85,8%	8,8%	91,0%	6,1%
2002	89,0%	6,1%	94,2%	3,0%
2003	88,3%	8,6%	93,6%	4,1%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003

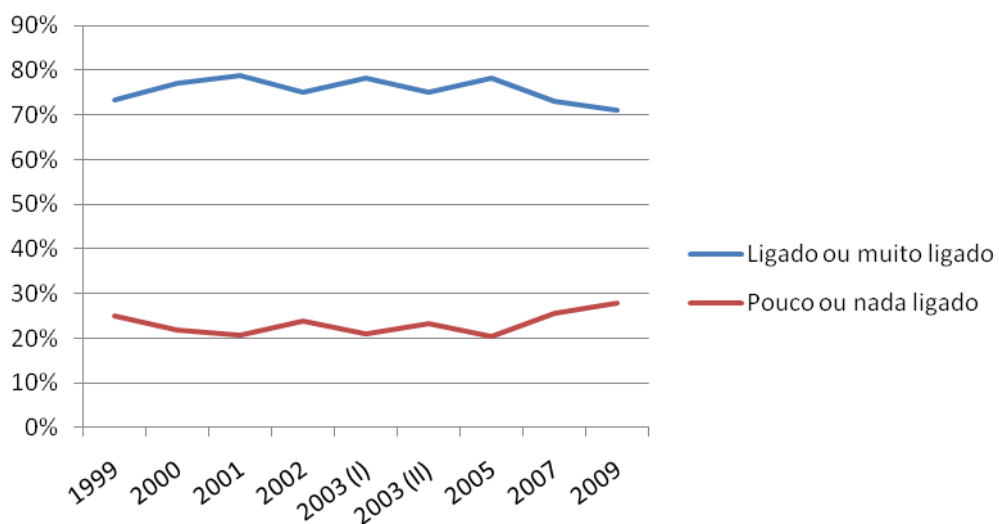
**Gráfico 6 - Ligação da população Suíça aos diferentes espaços onde se insere**



	1999	2009	Não ligado	Não sabe/não responde	Total
<b>Comuna</b>	67,8%	67,5%	31,4%	0,9%	100%
<b>Cantão</b>	68,6%	72,2%	30,6%	0,8%	100%
<b>Comunidade linguística</b>	81,9%	87,6%	17,4%	0,8%	100%
<b>Suíça</b>	82,3%	92,3%	16,7%	1,0%	100%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 e 2009

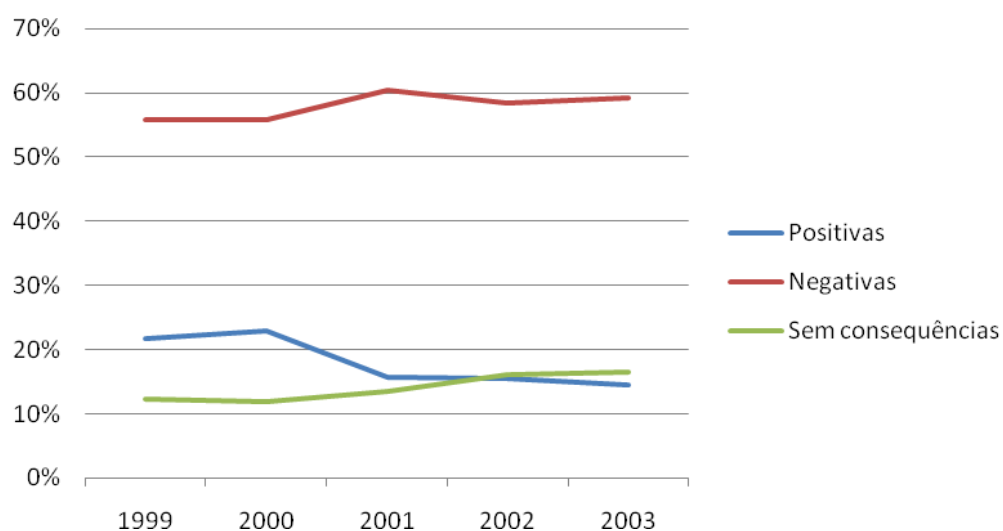
**Gráfico 7 - Ligação da população Suíça à Europa**



	Ligado ou muito ligado	Pouco ou nada ligado	Não sabe/não responde	Total
1999	73,4%	25,0%	1,6%	100%
2000	77,1%	21,7%	1,2%	100%
2001	78,7%	20,6%	0,7%	100%
2002	75,1%	23,8%	1,1%	100%
2003 (I)	78,3%	21,0%	0,7%	100%
2003 (II)	75,1%	23,3%	1,6%	100%
2005	78,3%	20,4%	1,3%	100%
2007	73,1%	25,6%	1,3%	100%
2009	71,0%	27,9%	1,1%	100%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2009

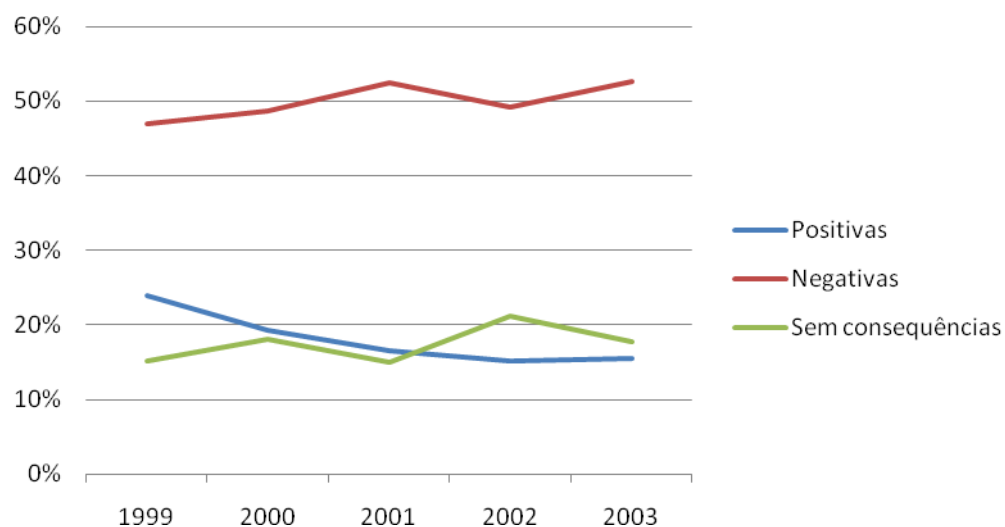
**Gráfico 8 - Percepção das consequências da adesão à UE na neutralidade da Suíça**



	Positivas	Negativas	Sem consequências	Não sabe/Não responde	Total
1999	21,7%	55,9%	12,4%	10,0%	100%
2000	22,9%	55,8%	12,0%	9,4%	100%
2001	15,7%	60,3%	13,5%	10,5%	100%
2002	15,6%	58,4%	16,1%	9,9%	100%
2003	14,5%	59,2%	16,6%	9,7%	100%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003

**Gráfico 9 - Percepção das consequências da adesão à UE no federalismo da Suíça**

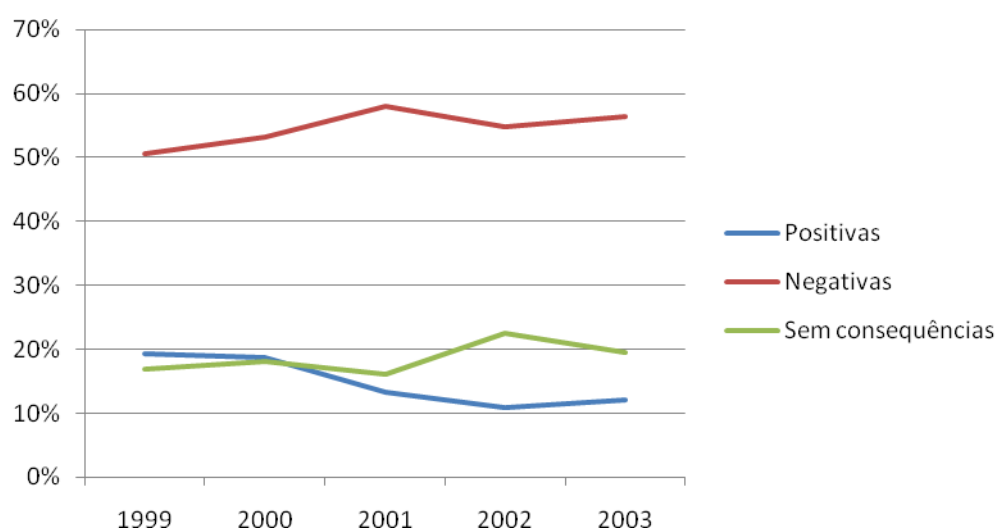


	Positivas	Negativas	Sem consequências	Não sabe/Não responde	Total
<b>1999</b>	23,9%	47,0%	15,3%	13,8%	100%
<b>2000</b>	19,3%	48,6%	18,1%	13,9%	100%
<b>2001</b>	16,6%	52,4%	15,0%	16,0%	100%
<b>2002</b>	15,1%	49,2%	21,2%	14,4%	100%
<b>2003</b>	15,6%	52,6%	17,7%	14,1%	100%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003



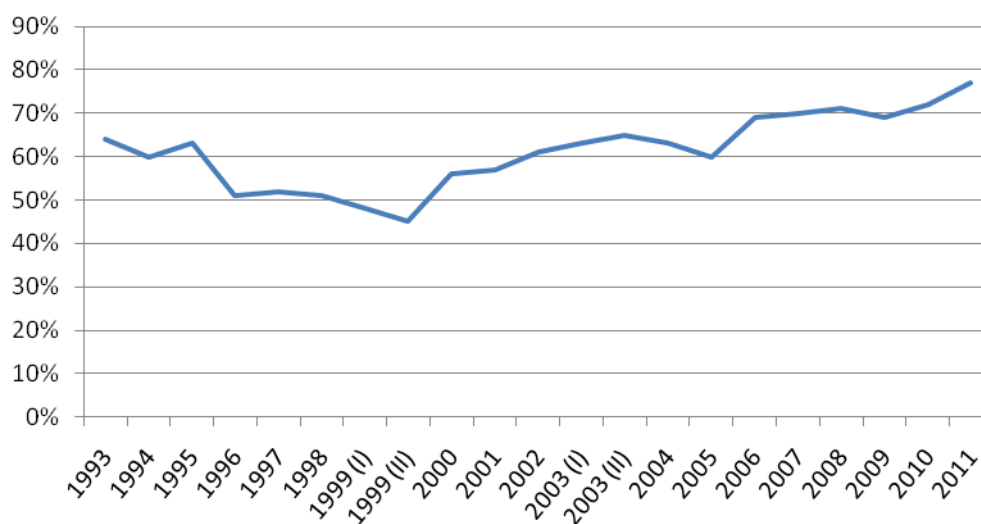
**Gráfico 10 - Percepção das consequências da adesão à UE na democracia directa da Suíça**



	Positivas	Negativas	Sem consequências	Não sabe/Não responde	Total
1999	19,4%	50,5%	16,9%	13,2%	100%
2000	18,6%	53,1%	18,0%	10,3%	100%
2001	13,4%	57,9%	16,1%	12,6%	100%
2002	10,8%	54,9%	22,6%	11,7%	100%
2003	12,1%	56,4%	19,5%	11,9%	100%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça de 1999 a 2003

**Gráfico 11 – População Suíça defensora da manutenção da soberania nacional**



Fonte: Adaptado de Sicherheit 2011

**Gráfico 11 – População Suíça defensora da manutenção da soberania nacional**

1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 (I)	1999 (II)	2000	2001	2002
64%	60%	63%	51%	52%	51%	48%	45%	56%	57%	61%

2003 (I)	2003 (II)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
63%	65%	63%	60%	69%	70%	71%	69%	72%	77%

Fonte: Sicherheit 2011

### ANEXO III – TABELAS

Tabela 1 – Ligação da população ao seu país na Suíça e na União Europeia  
(% de população ligada ou muito ligada)

	1999	2000	2002	2003	2005	2007
<b>Suíça</b>	82,3%	89,1%	90,4%	92%	93%	93,6%
<b>UE (média)</b>	90%	89%	89%	91%	91%	91%

Fonte: Eurobarómetros na Suíça e na UE de 1999 a 2007

Tabela 2 – Ligação da população à Europa na Suíça e na União Europeia  
(% de população ligada ou muito ligada)

	1999	2000	2002	2003	2005
<b>Suíça</b>	73,4%	77,1%	75,1%	78,3%/75,1%	78,3%
<b>UE (média)</b>	56%	59%	45%	58%	66%

\* Em 2003 foram efectuados dois estudos na Suíça.

Fonte: Eurobarómetros na Suíça e na UE de 1999 a 2005